



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

**PROTEÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE: UNIFICAÇÃO DO PROJovem  
ADOLESCENTE AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV EM MANAUS**

LIDIANE DE ALELUIA CRISTO

MANAUS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

LIDIANE DE ALELUIA CRISTO

**PROTEÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE: UNIFICAÇÃO DO PROJovem  
ADOLESCENTE AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, sob a linha de pesquisa Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marinez Gil Nogueira

MANAUS

2017

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C933p      Cristo, Lidiane de Aleluia  
Proteção Social e Juventude: Unificação do Projovem  
Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de  
Vínculos - SCFV em Manaus / Lidiane de Aleluia Cristo. 2017  
173 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal  
do Amazonas.

1. Proteção Social. 2. Pobreza. 3. Juventude. 4. Reordenamento.  
I. Nogueira, Marinez Gil II. Universidade Federal do Amazonas III.  
Título

**LIDIANE DE ALELUIA CRISTO**

PROTEÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE: IMPACTOS DA UNIFICAÇÃO DO  
PROJOVEM ADOLESCENTE AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV EM MANAUS

Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na  
Amazônia - PPGSS da Universidade Federal do Amazonas.

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira – Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS)

---

Profa. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante – Membro  
Docente do Departamento de Serviço Social (UFAM)

---

Profa. Dra. Hamida Assunção Pinheiro – Membro  
Docente do Departamento de Serviço Social (UFAM)

---

Profa. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira - Suplente  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS)

---

Profa. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues- Suplente  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS)

Manaus, 30 de agosto de 2017.

*In Memoriam,*

*À minha mãe, **Francisca de Aleluia Cristo**. Minha eterna gratidão por tudo que sou, amo você para sempre!*

## AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus por ter me dado a força, perseverança e determinação necessária para conseguir alcançar esse sonho;

À minha família por ter me ajudado nesse tempo, dando-me casa, pão e aconchego; e aí em especial a meu pai Justino Silva de Cristo, que com muita esperança nos anima com seu amor paternal e presença alegre em nossas vidas;

Às minhas irmãs, companheiras e cuidadoras: Dilcilene, Franciele, Auricele, Libliana e Elessandra. E aos meus irmãos que do jeito deles também tem sido apoio nessa jornada: Augusto, Gláucio, Fernandes, Everaldo, Estevão e Jânio;

Aos meus sobrinhos Fábio, Fabiana, Fabiano e a todos os meus sobrinhos pequenos e adoráveis;

Às minhas companheiras de mestrado, foi um tempo leve e de muito estudo, grata, queridas: Etyanne, Jeanne, Naira, Natália, Damares, Edielle, Janilse, Kellem, Maria, Viviane, Ana Rafaela, e ao companheiro Gladson, grata por tudo.

À professora Dr. Marinez Gil Nogueira, por todo conhecimento repassado, pelas demonstrações de afeto que perpassam o espaço acadêmico, por ser exemplo de profissional, por oferecer toda a sua bagagem teórica-metodológica para me orientar desde a iniciação científica, tecnológica, TCC e mestrado;

Aos companheiros e companheiras da coordenação nacional da Pastoral da Juventude, esse tempo que tive de conciliar mestrado e militância na PJ, não foi fácil, mas foi muito gostoso, desafiador e gratificante, se pudesse faria tudo de novo. Amigos vocês são muito especiais: Vinicius, Aline, Rafael, Matheus, Carlinhos, Milady, Robson, Eduardo, Aercilon, Tiago Arcego, Déborah e Uilian.

Aos amigos e amigas da coordenação regional norte 1 da PJ, guardo-os com afeto: Joselma, Ilki, Lidia, Onofre, Guilherme, Felipe, Ronaldo, Mel, Rayfran. Obrigada mesmo por todo esse tempo de paciência com meus processos pessoais e grupais;

Aos companheiros e companheiras da PJ da arquidiocese de Manaus, que souberam com afeto se aproximar de mim, e me chamar para roda sempre que foi possível. Obrigada pela

paciência: Elayne Cardoso, Chiquinho, Felipe Fialho, Gabriel, Drielle, Gabriel Estald, e Henrique, grata companheiros e companheiras pela presença na caminhada;

À Raissa Maria que tem sido uma grande amiga, muitas partilhas, risadas, caronas e lanches compartilhados na gratuidade, que o Senhor da mercê sempre nos anime e nos ajude nessa missão de concretizar o amor;

A todos os meus amigos e amigas que dividem a espiritualidade inaciana e a missão comigo (Paulo Leandro, Irmã Delíres, Maria José, Edson Tomé, Tércio, Mário Cabal, Daniel, Jobson, Lucíola Cavalcanti, Telma Amaral, Idarcley, Zenilda e Diego Aguiar). E nesse tempo, especialmente à Casa Magis de Juventude: na pessoa do Pe. Silas e demais companheiros e companheiras de caminhada;

Às minhas amigas pessoais, nós brigamos e choramos, mas nós estamos sempre juntas: Tatiane, Andréia e Joyce, muito obrigada pelo apoio nessa trajetória de luta;

Às minhas grandes amigas que a graduação me presenteou e que hoje continuam grandes companheiras e confidentes. Por terem me incentivado a não desistir das vezes que não passei, esse sonho compartilho com vocês. Obrigada pelo ânimo, por tantos momentos de busca profissional e pessoal. Obrigada Jéssica Barreto e Juliana Maia. Amo vocês;

À Josiara pelo carinho, pelo açúcar, pelo afeto, e por tantos cafés que dividimos juntas e principalmente pela espiritualidade que nos une. Amo-te;

Ao meu querido amigo Sandoval, pelas partilhas, pelo ânimo e pelo apoio na amizade e na cumplicidade;

A todos os (as) trabalhadores (as), e os (as) jovens vinculados (as) à Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos- SEMMASDH pela concessão das entrevistas e pela disponibilidade de cada um em contribuir com o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social- PNAS e a Política Nacional de Juventude;

Ao apoio Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, pela concessão da bolsa de mestrado; e tantas outras desde a iniciação científica;

Ao Programa de Pós-graduação de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia-PPGSS, pelo apoio na pesquisa, pelos professores, e por todo o conhecimento construído e adquirido na graduação e na pós-graduação.

Gratidão.

*[...] em todo tempo histórico se falou pejorativamente dos jovens, mas também em todo tempo foi essa mesma juventude que dava testemunho de compromisso, fidelidade e alegria. Nunca percam a esperança e a utopia, vocês são os profetas da esperança, são o presente da sociedade [...]*

*Joguem a vida por grandes ideais. Apostem em grandes ideais, em coisas grandes; não fomos escolhidos pelo Senhor para coisinhas pequenas, mas para coisas grandes!*

*Papa Francisco*



## RESUMO

O estudo tem como *temática* a gestão de políticas sociais, tendo como foco o processo de gestão que ficou conhecido como o reordenamento da proteção social básica no âmbito da Política de Assistência social. Neste processo de reordenamento a pesquisa focalizou a Unificação do Programa Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e teve como *locus de pesquisa* o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Jorge Teixeira e do bairro Alfredo Nascimento, que estão situados respectivamente nas zonas leste e norte da cidade de Manaus. Assim, o *objetivo geral* foi avaliar os impactos do reordenamento, que unificou as ações do *Projovem Adolescente* ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sobre a oferta da proteção social básica à juventude em Manaus. E os *objetivos específicos* foram: 1) identificar o perfil da vulnerabilidade e risco social da juventude atendida no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; 2) caracterizar as ações de proteção social básica que estão sendo ofertadas para os jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e 3) analisar se o processo de unificação realmente possibilitou a qualificação e ampliação das ações socioassistenciais de proteção básica voltada para a juventude. Em relação aos *procedimentos metodológicos*, a pesquisa se caracteriza como um *estudo de caso* realizado mediante três percursos: levantamento bibliográfico, documental e de campo. A abordagem de campo foi de natureza qualitativa, realizada por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas junto aos sujeitos de pesquisa, que se dividiram em três segmentos: 1) os jovens atendidos no SCFV dos CRAS pesquisados; 2) Operadores do SCFV (técnicos e orientadores sociais); 3) os gestores. Para tratar o material coletado, a *análise de conteúdo* constituiu-se como a técnica mais adequada para tratar os dados qualitativos. Desta maneira, tem-se como *principais resultados desta pesquisa*: a necessidade de formulação e efetivação de políticas públicas voltadas para a juventude, tais como: educação, cultura, mobilidade urbana, saúde e de enfrentamento às drogas. Essas políticas precisam privilegiar o território e a intersetorialidade como uma dimensão importante da PNAS para a efetivação dessas demandas. No que tange às ações do SCFV, identificou-se algumas fragilidades que ainda não foram superadas, a saber: insuficiência de materiais para trabalhar com os jovens, profissionais insuficientes para pensar e executar às ações junto aos jovens e, por fim, alguns impactos decorrentes da unificação, tais como: A perda da metodologia Projovem, as dificuldades materiais, de recursos humanos e financeiros. Por fim, as reflexões críticas tecidas nesse estudo apontam algumas problemáticas, que podem subsidiar tomadas de decisões de gestão para que criem possíveis formas de atenuá-las e/ou superá-las, contribuindo para a melhoria do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no contexto de Manaus, de forma a contribuir cada vez mais para o aperfeiçoamento da política pública de Assistência Social, bem como contribuir para a efetivação da política nacional de juventude.

**Palavras-chave:** Proteção Social. Juventude. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Reordenamento. Projovem Adolescente.

## ABSTRACT

The study has as its theme the management of social policies, focusing on the management process that was known as the reorganization of basic social protection in the scope of the Social Assistance Policy. In this process of reorganization, the research focused on the Unification of the Projovem Adolescent Program to the Service of Coexistence and Strengthening of Links (SCFV), and had as a *locus* of research the Reference Center of Social Assistance (CRAS) of the neighborhood Jorge Teixeira and Alfredo Nascimento neighborhood, which are located respectively in the eastern and northern areas of the city of Manaus. Thus, the overall objective was to evaluate the impacts of the reorganization, which unified the actions of the Projovem Adolescente to the Service of Coexistence and Strengthening of Links (SCFV), on the offer of basic social protection to the youth in Manaus. And the specific objectives were: 1) to identify the profile of the vulnerability and social risk of the youth served in the service of coexistence and strengthening of bonds; 2) characterize the actions of basic social protection that are being offered to young people in situation of vulnerability and social risk in the Service of Coexistence and Strengthening of Links; And 3) to analyze whether the process of unification really enabled the qualification and expansion of the socio-assistance actions of basic protection for youth. Regarding the methodological procedures, the research is characterized as a case study carried out through three routes: bibliographical, documentary and field survey. The field approach was qualitative, carried out through the application of semi-structured interviews with the research subjects, which were divided into three segments: 1) the young people attended in the SCFV of the CRAS surveyed; 2) SCFV operators (technicians and social counselors); 3) the managers. In order to treat the collected material, content analysis was the most adequate technique to treat the qualitative data. In this way, the main results of this research are: the need to formulate and implement public policies aimed at youth, such as: education, culture, urban mobility, health and coping with drugs. These policies need to privilege territory and intersectorality as an important dimension of PNAS for the fulfillment of these demands. With regard to the actions of the SCFV, we identified some fragilities that have not yet been overcome, namely: insufficient materials to work with young people, insufficient professionals to think about and carry out actions with young people and, finally, some resulting impacts of unification, such as: The loss of Projovem methodology, material difficulties, human and financial resources. Finally, the critical reflections in this study point to some problems, which may support management decision-making to create possible ways to alleviate and / or overcome them, contributing to the improvement of the Single Social Assistance System (SUAS) in the context of Manaus, in order to contribute more and more to the improvement of the public policy of Social Assistance, as well as contributing to the implementation of the national youth policy.

**Keywords:** Social Protection. Youth. Service of Coexistence and Strengthening of Links. Reordering. Projovem Adolescente.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Configuração da Proteção Social nos governos e regimes políticos no Brasil (anos 30 a 90).....	33
Quadro 2 - Quantitativo de Jovens entre 15 a 17 que são alfabetizados e não alfabetizados em Manaus apenas nos Territórios onde estão presentes os CRAS na cidade.....	54
Quadro 3- Síntese da oferta da Proteção Social básica e especial no âmbito do SUAS .....	64
Quadro 4 - Meta do Município de Manaus no que tange ao Reordenamento do SCFV .....	81
Quadro 5 - Situação do Município em 2014 em relação à meta de atendimento do SCFV ....	82
Quadro 6 - Dimensões - Social, Política, ambiental e cultural - das principais atividades realizadas com os jovens de 15 a 17 nos bairros Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira.....	88
Quadro 7 - Percepção dos orientadores sociais a respeito da suficiência de materiais para realização do trabalho com os jovens .....	89
Quadro 8 - Percepção dos orientadores sociais sobre a continuação da metodologia Projovem .....	90
Quadro 9 - Percepção dos Jovens do CRAS Alfredo Nascimento e do Jorge Teixeira sobre a satisfação quanto às atividades que participam no SCFV .....	92
Quadro 10 - Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa.....	96
Quadro 11 - <i>Locus</i> e quantidade de sujeitos na pesquisa .....	98
Quadro 12 - Adaptação da Matriz FOFA aos objetivos da pesquisa.....	99
Quadro 13 - Percepção dos jovens sobre a colaboração do SCFV para o seu projeto de vida .....	109
Quadro 14 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais do CRAS Jorge Teixeira a respeito das Fortalezas ocorridas com a Unificação do Projovem ao SCFV .....	111
Quadro 15 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais do CRAS Alfredo Nascimento a respeito das Fortalezas ocorridas com a Unificação do Projovem ao SCFV .....	114
Quadro 16 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Principais Fortalezas ocorridas no CRAS Jorge Teixeira com o reordenamento do SCFV .....	115
Quadro 17 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Principais Fortalezas ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento com o reordenamento do SCFV .....	116
Quadro 18 - Percepção dos técnicos, orientadores sociais no que tange das Fortalezas ocorridas no CRAS Jorge Teixeira sobre a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros .....	118

Quadro 19 - Percepção dos técnicos, orientadores sociais no que tange das Fortalezas ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento sobre a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros .....	120
Quadro 20 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Oportunidades ocorridas no CRAS Jorge Teixeira com a Unificação do Projovem no SCFV .....	122
Quadro 21 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Oportunidades ocorridas no Alfredo Nascimento com a Unificação do Projovem no SCFV .....	123
Quadro 22 - Percepção dos técnicos e orientadores a respeito das principais oportunidades ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento com o reordenamento do SCFV .....	126
Quadro 23 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Fraquezas ocorridas no CRAS Jorge Teixeira no que tange a flexibilização, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros .....	130
Quadro 24 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Fraquezas ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento no que tange a flexibilização, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros .....	132
Quadro 25 - Percepção dos técnicos do CRAS Alfredo Nascimento e do Jorge Teixeira a respeito da ampliação do atendimento aos jovens após a Unificação .....	139
Quadro 26 - Percepção dos orientadores sociais sobre a ampliação do SCFV depois da unificação.....	140
Quadro 27 - Quantitativo de grupos de SCFV em todas às faixas etárias nos CRAS pesquisadosFonte: Pesquisa de campo, 2017. ....	141
Quadro 28 - Percepção dos jovens sobre melhorias a partir do reordenamento de 2013.....	142

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Mapa de Índice de Vulnerabilidade Social por região.....	48
Figura 2 - Bairros e zonas da cidade de Manaus .....	55
Figura 3 - Principais atividades socioeducativas realizadas no CRAS Alfredo Nascimento...	87

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Índice de Vulnerabilidade Social Região Norte a partir do Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros.....	49
Tabela 2 - Grau de escolaridade dos membros da Família.....	103

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - População Brasileira em extrema pobreza.....	47
Gráfico 2 - Evolução da quantidade de homicídios de 2001 a 2012 em Manaus.....	52

## LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF 88	Constituição Federal de 1988
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONU	Organização das Nações Unidas
PJA	Projovem Adolescente
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PBV	Piso Básico Variável
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCVF	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SISC	Sistema de Informação do Serviço de Convivência
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO I - Proteção Social, Pobreza e Juventude: a Articulação da Política de Assistência Social com as Políticas da Juventude no Brasil</b> .....	23
1.1 Determinantes sócio-históricos da questão social na sociedade capitalista: a ação do Estado na proteção social .....	25
1.2 Aspectos da configuração da seguridade social no Brasil: articulação da assistência social com as políticas da juventude no enfrentamento à pobreza .....	35
1.3 A multidimensionalidade da pobreza e da vulnerabilidade social: Juventude em situação de extrema pobreza na Região Norte e em Manaus .....	42
<b>CAPÍTULO II - A gestão do SUAS: A questão da Unificação do Programa Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)</b> .....	59
2.1. A lógica de gestão do SUAS no Brasil: intersectorialidade e territorialidade .....	60
2.2 O Programa Projovem Adolescente: fatores determinantes da unificação ao SCFV .....	71
2.3. As ações de proteção básica voltada para os jovens no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Manaus: a visão dos orientadores sociais e usuários dos CRAS pesquisados .....	83
<b>CAPÍTULO III - Análise dos resultados da unificação do projovem adolescente ao scfv: o contexto do reordenamento em Manaus</b> .....	95
3.1. Detalhamento da trilha metodológica da pesquisa de campo.....	96
3.2. Perfil dos jovens usuários do SCFV entrevistados nos CRAS pesquisados em Manaus: A percepção dos jovens sobre a colaboração do SCFV para o seu projeto de vida.....	100
3.3. Análise das fortalezas e/ou oportunidades do processo de unificação do Projovem Adolescente ao SCFV.....	110
3.4 Análise das fraquezas e/ou ameaças do processo de unificação do Projovem Adolescente ao SCFV .....	126
3.5 Ampliação e melhoria do atendimento aos jovens após a Unificação do Projovem ao SCFV? .....	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	156

<b>APÊNDICE B</b> – Formulário de Pesquisa- Segmento dos operadores (técnicos e orientadores sociais) e gestores da proteção social básica .....	158
<b>APÊNDICE C</b> - Formulário de Pesquisa - Segmento dos usuários da proteção social básica - jovens de 15 a 17 anos.....	163
<b>APÊNDICE D</b> – Centros de Referências da Assistência Social pesquisados – CRAS Alfredo Nascimento e CRAS Jorge Teixeira.....	171
<b>ANEXO A</b> - Aprovação do Conselho de Ética.....	172

## INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo foi amadurecida desde a inserção desta mestranda no *Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia*<sup>1</sup>, que nos últimos anos têm se detido a estudar e refletir a política pública de Assistência Social. E também, pela militância da proponente em diversos espaços ligados ao acompanhamento das juventudes.

No Brasil, atualmente há milhões de pessoas/jovens que vivem em situação de *vulnerabilidade* e *risco social*, especialmente diante de diversos arranjos estratégicos de sobrevivência da população que vive em extrema pobreza, situação que é imposta pelo atual modelo de desenvolvimento econômico do país, o qual não tem proporcionado um Estado universalista, garantidor e responsável pela *proteção social*, o que gera enormes desigualdades, em um contexto marcado por *desproteções sociais*.

Tendo como base esse contexto econômico excludente, a pesquisa de campo desenvolvida neste estudo teve como *objetivo geral*: avaliar os impactos do reordenamento, que unificou as ações do *Projovem Adolescente* ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sobre a oferta da proteção social básica à juventude em Manaus. E como *objetivos específicos*: 1) identificar o perfil da vulnerabilidade e risco social da juventude atendida no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; 2) caracterizar as ações de proteção social básica que estão sendo ofertadas para os jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e 3) analisar se o processo de unificação realmente possibilitou a qualificação e ampliação das ações socioassistenciais de proteção básica voltada para à juventude.

---

<sup>1</sup> O referido Grupo de pesquisa é vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFAM, e tem como líder a professora Dra. Marinez Gil Nogueira. O objetivo central do grupo é pesquisar a relação entre a gestão social das políticas públicas, a defesa e garantia de direitos humanos e a criação de alternativas ambientalmente sustentáveis de desenvolvimento regional. Assim, o referido grupo visa contribuir para: a) a produção de Fontes primárias dos resultados das políticas públicas do Amazonas sob o crivo analítico da sustentabilidade socioambiental; b) a geração de conhecimentos sobre o impacto das políticas públicas na efetivação de Direitos Humanos e Socioambientais; c) o fomento de ações de participação e controle social nos processos de gestão social; d) a ampliação da discussão sobre a relação entre trabalho e sustentabilidade por meio da mediação das escolhas da tecnologia; e) a discussão sobre Arranjos produtivos locais e tecnologias sociais enquanto alternativas sustentáveis para o desenvolvimento regional; f) a produção de conhecimentos sobre a relação entre territorialidade, modos de vida tradicional e a sustentabilidade (cf. folder do referido Grupo de pesquisa).

Quanto aos *procedimentos metodológicos desta pesquisa*<sup>2</sup>, este estudo foi viabilizado fundamentando-se na técnica do *estudo de caso*. Neste tipo de estudo entende-se que “a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa” (GIL, 1989, p. 79). Desta maneira, foi realizada uma análise do desenvolvimento das ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), tendo como *locus* de investigação o equipamento público de proteção básica chamado de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Em relação às *Fontes de informação*, nesta pesquisa foram tomadas às Fontes de *dados de origem primária*, que foram obtidas mediante técnicas de coleta de dados aplicadas pelo próprio pesquisador junto aos informantes (entrevistas) e, também, por meio do levantamento de *dados de origem secundária*, que se referem ao levantamento documental junto às revistas eletrônicas, censos, *sites* oficiais do governo (federal, estadual e municipal), tais como o *site* da Secretaria Nacional de Juventude e o *site* do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A pesquisa de campo foi realizada por meio de uma *abordagem qualitativa*, em que foram realizadas entrevistas junto aos sujeitos de pesquisa, buscando explicar, em profundidade, o significado e as características das informações. Destaca-se que houveram algumas dificuldades no processo de ir a campo, primeiro a espera pela assinatura do órgão competente municipal para adquirir a anuência para realização da pesquisa nos CRAS, assim, depois dois (2) meses conseguimos reunir os documentos necessários para entrar com o pedido junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O segundo desafio foi a busca pela localização dos CRAS, dos quais são localizados na zona leste e norte da cidade, sendo assim, houveram várias visitas no campo, com idas e vindas atrás de informação e dos profissionais para que eles aceitassem participar da pesquisa, a maioria deles pensou ser importante a realização da pesquisa, mas tiveram também aqueles que não quiseram participar da pesquisa. E na rotina do trabalho profissional tornou-se bem corrido a realização das entrevistas.

Com os jovens o processo foi de ir nos encontros semanais, alguns jovens não queriam participar, pois não queriam se ausentar do serviço ou não tinham paciência de esperar para que pudessem ser entrevistados logo que o serviço terminasse. Sem falar na dificuldade de não ter os encontros semanais. Durante a pesquisa de campo, o serviço ficou quase 1 mês sem

---

<sup>2</sup> Cabe destacar que a explicação dos procedimentos metodológicos será melhor aprofundada e detalhada no primeiro tópico do terceiro capítulo deste estudo.

funcionar, devido algumas situações como: férias dos orientadores, recesso e atividades externas ao CRAS, essas foram algumas das dificuldades encontradas na pesquisa de campo.

Em relação ao *locus* da pesquisa de campo, destaca-se que a investigação foi realizada em dois (02) CRAS que estão situados nos bairros Jorge Teixeira e Alfredo Nascimento. Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida a análise do CEP, da Universidade Federal do Amazonas, por meio da Plataforma Brasil, vinculado ao Ministério da Saúde. Nesse sentido, esta pesquisa está inscrita por meio do CAAE de número: 61617916.7.0000.5020.

Neste estudo foi utilizado um *conjunto de técnicas e instrumentos*<sup>3</sup> de coleta de dados, visando desencadear um processo de sucessivas aproximações junto ao objeto pesquisado (a partir de uma perspectiva crítica de análise). Dentre as técnicas utilizadas para alcançar os objetivos deste estudo, destacam-se:

Entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup> – que foram aplicadas junto aos *sujeitos de pesquisa*, que são: os jovens participantes do SCVF (12); os gestores (1); os técnicos (8) e orientadores sociais responsáveis pelo SCFV (3). A intenção foi investigar os impactos do reordenamento do Serviço (SCFV) a partir de sua operacionalidade. Assim, buscou-se entender o *serviço como um todo*, desde as decisões, a execução das ações e da receptividade das ações pelos jovens. Para a realização das entrevistas foi utilizado como instrumento formulários com perguntas semi-estruturadas. Algumas perguntas do formulário de pesquisa foram pensadas com base na lógica da Matriz FOFA<sup>5</sup>, e igualmente aplicadas aos sujeitos da pesquisa dos segmentos dos gestores e operadores (técnicos e orientadores sociais) do SCFV.

Observação Sistemática – que foi realizada durante todas as atividades de campo, seja na observação realizada junto aos gestores, técnicos e orientadores sociais, seja junto aos jovens participantes do SCFV, por meio da utilização de um caderno de campo.

Em relação à *estrutura de apresentação dos resultados* deste estudo, destaca-se que a dissertação está estruturada em três capítulos.

---

<sup>3</sup> Os instrumentos de pesquisa foram elaborados com base na definição *a priori* de *indicadores e variáveis* de pesquisa, que foram construídos levando em conta os objetivos específicos da pesquisa. Essa definição foi feita por meio da construção de um quadro que serviu de guia para a elaboração desses instrumentais, o qual pode ser visualizado no apêndice deste projeto de pesquisa.

<sup>4</sup> Segundo Lakatos e Marconi (2010), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

<sup>5</sup> A *Matriz de organização Comunitária FOFA* desenvolvida pelo MDA, em 2011, tem o objetivo de analisar os grupos organizados que pertencem a uma determinada comunidade, essa matriz foi utilizada com o objetivo de levantar nas *percepções dos sujeitos da pesquisa* sobre o significado de: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças (as iniciais dessas palavras formam a sigla FOFA). No terceiro capítulo deste estudo essa matriz será melhor detalhada.

O capítulo I apresenta uma discussão sobre a *pobreza*, entendendo-a como uma das *manifestações da questão social*. Mas antes, aborda-se a forma como o Estado, enquanto principal provedor de políticas sociais, realiza a gestão social, visto que o objeto dessa pesquisa trata da gestão social de uma política pública de proteção social, isto é, a política de Assistência Social. Assim, foram abordados os determinantes sociohistóricos da questão social na sociedade capitalista, de modo a destacar a ação do Estado na proteção social. E, ainda neste capítulo, destacamos alguns aspectos da configuração da Seguridade Social brasileira, com a finalidade de demonstrar a articulação das políticas públicas de Assistência Social com as Políticas de Juventude. E, por fim, o capítulo I aborda a discussão conceitual sobre a *multidimensionalidade da pobreza* vivenciada pela juventude no Brasil (de modo mais *geral*), abordando, por meio de dados oficiais, às *expressões da questão social manauense*.

O capítulo II aborda o modo como está estruturada a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Brasil, pois esse modelo de gestão direciona a forma de execução da política pública de Assistência Social desde 2005. Essa lógica de gestão do SUAS é abordada visando ressaltar as questões sobre *intersectorialidade e territorialidade* no âmbito da organização da política de assistência social brasileira. Ainda neste capítulo foram destacados os fatores determinantes da Unificação do *Projovem Adolescente* ao Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos – SCFV. E, por fim, o último tópico deste segundo capítulo irá iniciar a apresentação de alguns resultados da pesquisa de campo, que permitiram fazer uma caracterização das ações do SCFV em Manaus, tendo como base de análise o marco-normativo que delinea as ações ofertadas aos jovens de 15 a 17 anos, isto é, a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (2009).

Já o terceiro e último capítulo, apresenta os principais resultados da pesquisa de campo, mas antes traz um aprofundamento da explicação dos procedimentos metodológicos do estudo. Os primeiros resultados a serem apresentados se referem à elaboração do *perfil da juventude que acessa o SCFV*, a fim de evidenciar as diversas facetas da pobreza multidimensional desses jovens atendidos nos CRAS do bairro Jorge Teixeira e do bairro Alfredo Nascimento. Por fim, serão apresentados os impactos da unificação do Projovem Adolescente ao SCFV, em que se buscou desvelar se esse processo contribuiu para ampliar e/ou melhorar a qualidade das ações socioassistenciais que são ofertadas aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social em Manaus.

## CAPÍTULO I

### PROTEÇÃO SOCIAL, POBREZA E JUVENTUDE:

#### A Articulação da Política de Assistência Social com as Políticas da Juventude no Brasil

O propósito deste capítulo é estabelecer balizas que permitam entender a *pobreza* como uma das *manifestações da questão social*. Como sinaliza Yasbek (2012) busca-se, entendê-la como expressão das relações vigentes na sociedade, situando a pobreza no âmbito de relações constitutivas do padrão de desenvolvimento capitalista.

Desta maneira, a discussão teórica tem a finalidade de compreender as minúcias da proteção social à juventude em situação de extrema pobreza, a partir do momento histórico em que a juventude brasileira torna-se prioridade na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, em consonância com a Política Nacional de Juventude (2005).

Dado que em 2004, o governo federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que reuniu dezenove Ministérios e Secretarias, para realizar o enfrentamento do que se chamou: a *questão da juventude*, qual ganhou contornos de prioridade política, consubstanciada, no ano seguinte, pela criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

Na época a iniciativa de criar o Projovem foi considerada pelo governo e pela sociedade civil um importante avanço em termos de política pública para a juventude. Mas desde a sua criação o Projovem passou por modificações, em que se destaca a reformulação de 2008 que, por meio da Lei nº 11.629 de 10 de junho de 2008, ampliou a faixa etária para o público de 15 a 29 anos, criando quatro modalidades do programa: *Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo*, *Projovem Urbano*, *Projovem Trabalhador* e *Projovem Campo – Saberes da Terra*, que ficaram a cargo de determinados ministérios, conforme os objetivos do programa maior, o *Projovem Adolescente* ficou a cargo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o então ministério na época. Entretanto, as ações do *Projovem Adolescente* foram unificadas em 2013 junto SCFV da Proteção Social Básica, o qual está organicamente ligado ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

É no bojo desta trajetória de mudanças de gestão do Programa *Projovem adolescente que o objeto desta pesquisa se situa*. Por isso, é perspicaz destacar no primeiro tópico deste capítulo de que forma o Estado, como principal provedor de políticas sociais, realiza a sua gestão social, visto que o objeto dessa pesquisa foca a gestão social de uma política pública de proteção social. Mas para tanto, antes de tratar especificamente aspectos sobre a gestão das políticas sociais realizada pelo Estado, é salutar abordar os determinantes sociohistóricos da questão social na sociedade capitalista, de modo a destacar a ação do Estado na proteção social.

No segundo tópico deste capítulo, a discussão abordará aspectos da configuração da Seguridade Social brasileira, com a finalidade de apresentar a articulação das políticas públicas de Assistência Social com as políticas de juventude, no que tange principalmente ao enfrentamento à Pobreza, no caso desta pesquisa, a pobreza vivenciada pela juventude. Por isso, toma-se como base o processo de estruturação da política de Assistência Social brasileira, bem como as suas ações. Nesse sentido, buscar-se-á apreender a Assistência Social tendo como parâmetros os seus principais marcos legais: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993; PNAS (2004); e o SUAS (2005). A intenção é situar a *Proteção Social Básica*, que é o principal foco da presente discussão.

Assim, é no âmbito da discussão da política de Assistência Social, no que tange à estruturação e organização do SUAS, que se circunscreve o processo de unificação dos pisos que cofinanciam o SCFV, da proteção social básica, o qual se efetiva no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Entender essa estruturação é fundamental para analisar o processo de reordenamento do SCFV que incorporou o *Programa Projovem Adolescente*.

O terceiro tópico aborda a discussão conceitual sobre a *multidimensionalidade da pobreza* vivenciada pela juventude no Brasil (de modo mais *geral*), abordar, por meio de dados oficiais, as *expressões da questão social manauense*, no sentido de desvelar as *particularidades* da juventude que vive em situação de extrema pobreza na região Norte, e de modo singular, na cidade de Manaus.



## 1.1 Determinantes sócio-históricos da questão social na sociedade capitalista: a ação do Estado na proteção social

Netto (2001, p. 41) ao realizar sua exposição a respeito da *questão social* destaca que se trata de uma expressão que “não é semanticamente unívoca; mas apresenta-se em torno dela compreensões e atribuições das mais diversas”. Nesta pesquisa, o entendimento sobre a *questão social* estará em consonância com a discussão conectada à tradição marxista, a partir de uma análise das suas determinações teóricas e históricas, em pleno século XIX.

Como salienta Santos (2012, p. 17) a concepção de que a questão social é a “expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista”, contrapõe-se, decisivamente a visões cujo argumento central trata a *questão social* como mudanças nas formas de “solidariedade” ou “coesão social”. Para esta autora, nesta definição desaparecem ligações fundamentais entre determinantes econômicos e históricos, o que significa que está funcionalmente atrelada à naturalização de suas expressões em uma visão positivada do capital.

A expressão *Questão Social* emerge para caracterizar um “fenômeno mais evidente na história da Europa Ocidental, que experimentava o grande impacto da ‘onda industrializante’ que havia sido iniciado ainda no século XVIII na Inglaterra, que se trata do pauperismo” (NETTO, 2001, p. 42). Esse fenômeno da pauperização, com característica de pobreza absoluta, acirrava-se em pleno contexto do capitalismo industrial concorrencial. O referido autor ressalta ainda que:

Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas da sociedade, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava (NETTO, 2001, p. 42).

Conforme Netto (2001), a história pela primeira vez via a pobreza crescer na mesma proporção em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. A sociedade foi capaz de progredir ligeiramente na produção de bens e serviços, mas concomitantemente aumentava o contingente de seus membros que não tinham acesso ao que era produzido por ela, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que anteriormente dispunham em sociedades precedentes.

Netto (2001) explica que na sociedade burguesa, a pobreza mostrava-se ligada a um quadro geral de escassez determinado pelo nível de desenvolvimento de forças produtivas

materiais e sociais, isto significa que a pobreza se acentuava e generalizava-se no primeiro terço do século XIX, na forma amplamente conhecida de pauperismo.

Desta maneira, a nomeação desse pauperismo “pela expressão questão social relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos” (NETTO, 2001, p. 43). Deste modo, a ordem burguesa se consolidava enquanto os pauperizados não se conformavam com a situação vivida por eles na primeira metade do século XIX, seus protestos tomaram as mais diversas formas, como a criação da *trade unions*<sup>6</sup>, que se configuravam como ameaça às instituições existentes naquela época. A partir dessa perspectiva efetiva de contestação da ordem burguesa, que o pauperismo passou a ser chamado de *questão social*, como sinaliza Netto (2001) em suas reflexões. Essa afirmativa corrobora com o pensamento de Yamamoto e Carvalho (2008), os quais assinalam que as expressões da *questão social* são:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (CARVALHO, 2008, p. 77).

Santos (2012) dialogando com Netto destaca que as lutas de classe são inegavelmente constitutivas da *questão social*:

Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza e, com a mesma intensidade, privatizando o seu resultado final (SANTOS, 2012, p. 30).

Esse contexto favoreceu para que os trabalhadores acendessem em seu “processo de luta e à consciência política de que a ‘questão social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (NETTO, 2001, p. 44-45). Isto significa que a *questão social* somente desaparecerá quando houver o fim da sociedade capitalista. Assim, o referido autor assinala:

---

<sup>6</sup>As Trade-Unions são organizações dos trabalhadores que precederam os sindicatos no século XIX, que foi um período muito fértil na produção de ideias antiliberais que serviram à luta da classe operária, seja para obtenção de conquistas na relação com o capitalismo, seja na organização do movimento revolucionário, cuja meta era construir o socialismo objetivando o comunismo. O mais eficiente e principal instrumento de luta das *trade-unions* era a greve. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/trabalho/trabalho-trade-unions.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potencial social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

Trata-se de uma visão crítica, a partir da leitura marxista, com a qual nem toda corrente do pensamento social converge, sobretudo, as correntes de cunho conservador e reformista. Com base nos estudos de Marx, Netto (2001) salienta que somente com o conhecimento rigoroso da *lei geral da acumulação capitalista* é possível entender o processo de produção do capital, sendo assim possível “esclarecer com precisão a dinâmica da ‘questão social’, na qual consiste em uma complexa problemática muito ampla, irreduzível à sua manifestação imediata como o pauperismo” (NETTO, 2001, p. 45).

Netto (2001) aponta que a obra de Marx - O'Capital - revelou claramente, que a *questão social* está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a *exploração*. O autor explica “que a exploração, todavia, apenas remota à determinação molecular da ‘questão social’ na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc” (NETTO, 2001, p.45-46). Como é possível elucidar na citação a seguir, a despeito da diferença da exploração em sociedades precedentes à ordem burguesa. Em que certos aspectos a diferencia, por que Marx chegou à conclusão de que sem a supressão do sistema capitalista não é possível suprimi-la.

[...] A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tomam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica- bem ao contrário- redução da produção da riqueza (NETTO, 2001, p. 46).

Outra diferença que precisa ser notada também se refere à questão da escassez, na qual se diferencia a partir da constituição da sociedade burguesa. Netto (2001) salienta que *desigualdades* e *privações* aconteceram em outras sociedades, mas era uma escassez decorrente do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, e que era correlato a um componente ideal o qual legitimava as desigualdades e privações. Já na atual ordem

estabelecida, “a escassez é produzida socialmente, isto é, é um processo que resulta necessariamente da contradição entre as forças produzidas crescentemente socializadas e as relações de produção que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação” (NETTO, 2001, p. 46).

Desta maneira, concluiu o autor que a *questão social*, a partir desta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver “com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46).

O que se desprende da abordagem marxista de Netto (2001) sobre a questão social é que não se trata de uma questão “natural” das sociedades que vivenciam a chamada escassez econômica que se expressa no pauperismo (pobreza) de segmentos da sociedade. Não, essa não é uma questão “natural”, mas sim uma *questão estrutural* inerente à forma de organização da sociedade capitalista. Assim, a *desigualdade social* deve ser entendida como determinada pela “sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46).

No século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, durante o processo de reconstrução econômica e social que então esteve em curso, especialmente no contexto ocidental da Europa, o capitalismo vivenciou o que alguns estudiosos da época, principalmente os franceses, chamaram de as “*três décadas gloriosas*”. Netto (2001) explica que foi um período de grande crescimento econômico, representando uma fase de reconstrução (anos sessenta e setenta), época em que o capitalismo vivia de certa maneira estável, mesmo não erradicando suas crises periódicas.

A partir dos chamados “anos gloriosos”, verificou-se a construção do *Welfare State* na Europa nórdica e em alguns países da Europa Ocidental, bem como os dinamismos da economia norte-americana que estava em ascensão desde a Segunda Guerra, e que se tornou posteriormente o carro-chefe do capitalismo mundial. Esse contexto de acordo com Netto (2001) parecia remeter para o passado a *questão social* e suas manifestações. Essa realidade de *desigualdades sociais* era quase um “privilégio” da periferia capitalista, que vivia ainda com formas de subdesenvolvimento. Entretanto, na entrada dos anos setenta, esgotou-se a *onda longa expansiva da dinâmica capitalista*. Esse contexto abriu espaço para o *capitalismo globalizado, transnacional e pós-fordista*, então se descobriu a chamada “nova pobreza”, os

chamados “excluídos”, o que nesse contexto da Europa Ocidente Castel (2008) denominou-a “*Nova questão social*”<sup>7</sup>.

Sobre essa questão, com base nos estudos de Pereira (2008), verificou-se que “no Brasil, as políticas sociais tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna” (PEREIRA, 2008, p. 125). Nesse sentido, acrescenta a autora, que “tais influências e impactos ajudaram, ao invés de dificultar, a produzir uma experiência nacional, que pode ser tipificada como um *sistema de bem-estar periférico*” (PEREIRA, 2008, p. 125, grifo nosso).

Montaño (2012, p. 280) destaca que no *contexto da ordem do capital*, o fornecimento de bens e serviços se forma, em parte, como “resultado de demandas e lutas de classes sociais”, caracterizando assim um “processo contraditório entre a sua funcionalidade com a hegemonia e a acumulação capitalista produtivo-comercial, e a representação de conquistas e direitos dos trabalhadores e cidadãos”.

Convergindo com essa assertiva de Montaño (2012), Pereira (2011) destaca que foi somente com a institucionalização do *Welfare State* como um fenômeno histórico específico no contexto político do segundo pós-guerra, que as *políticas sociais* passaram a ter um caráter *normativo* (de caráter formalmente intervencionista). É nesse contexto que a *política social* se tornou um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais e de cidadania. Mas até então, ressalta a autora:

[...] a trajetória que acompanhou a história da política da humanidade no sentido de interpor, à coerção pura e simples, forma de regulação social regidas por justificações morais e ideológicas, legalmente amparadas, embora nem sempre favoráveis aos mais necessitados (PEREIRA, 2011, p. 86).

Por isso, Pereira (2011) define que o *caráter da política social* nesse processo foi de:

---

<sup>7</sup> Um dos maiores expoentes dessa discussão a respeito da “Nova Questão Social” é Robert Castel, da literatura francesa, portanto, um olhar a partir da experiência europeia. Castel (2008) salienta que a “questão social” se apresenta lá no século XIX, por volta dos anos de 1830, conhecida por pauperismo. O que para o autor não é mais a mesma questão na atualidade, pois aquela questão que se apresentava era considerada ameaça, ou seja, o proletariado miserável e subversivo conhecido da época, passou a ser uma classe operária relativamente integrada. Para o autor essa ameaça não existia mais, o que deu lugar hoje a “nova questão social”. Costa (2000) vai dizer que a obra de Castel sobre as metamorfoses da questão social é de extrema importância, mas tem uma forte marca durkheimiana. De acordo com esta autora, Castel define questão social “como: um estado de ameaça ao equilíbrio social, num tempo de anomia, visto como o da perda de laços de coesão societária. Tal estado será por ele identificado na derrocada dos sistemas protecionistas da mão-de-obra em todo o mundo” (COSTA, 2000, p. 20). Essa concepção de Castel é defendida em sua tese sobre o fim da sociedade salarial, na obra “As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário”.

[...] por não ser só uma forma de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes, tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exerce sobre ela. É por isso - vale insistir-, dependendo dos regimes políticos prevaletentes, da organização das classes dominadas e dos paradigmas teóricos em vigência, a política social pode representar ganhos para os dominados e, ao mesmo tempo, constituir para estes um meio de fortalecimento de poder político (PEREIRA, 2011, p. 86-86).

Portanto, percebe-se que o caráter contraditório acompanha o processo de realização da política social. Pereira (2011, p. 166) reitera que a “política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe”. De acordo, com a autora, é isso “que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor” (PEREIRA, 2011, p. 166).

Elucidando o que já foi abordado nessa discussão acerca do fortalecimento da Proteção Social e de como o Estado tem dado respostas à *questão social*, Pereira (2008, p. 125) salienta que “[...] diferente das políticas sociais dos países capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções”.

Conforme estudos de Santos (2012), o ano de 1930 marca no Brasil a orientação às respostas estatais para a *questão social*. Já Ianni (1989, p.146) salientava que “ao longo das décadas de 1920 e 1930 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia e começar a ser tratada como um problema político”. Ou seja, a *questão social* deveria passar a demandar políticas públicas ou sociais, a fim de eliminar, sobretudo, a lógica do favor, clientelismo e da subordinação tão praticada no país.

Ianni (1989, p.145) salienta ainda que é uma história “permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes”. Essa questão se expressa como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Esse processo refletiu “disparidades econômicas, políticas e culturais, abrangendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Pondo em cheque às relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (IANNI, 1989, p. 145).

Portanto, compreende-se que a partir de 1930, no Brasil, se tem o início da intervenção estatal no campo das ações sociais, no contexto histórico do período da Nova República. Sobre esse contexto, Silva (2014, 1989, p. 84) sinaliza que:

[...] a herança de um período colonial e oligárquico vivido no país ilustra aspectos característicos dessa época e materializa elementos essenciais para compreender a inexistência de parâmetros que indiquem condições para discutir o exercício da cidadania dos brasileiros.

Assim, nesse contexto:

A população, até então, pouco ou quase nada participativa das decisões do país. Basicamente, vivia no meio rural, sob a tutela dos senhores e, mais tarde, dos grandes coronéis. Convivia-se, naturalmente, como herança da escravidão, fato negativo do grande latifúndio, marcas que impediram, por longo tempo, a população de ter acesso a direitos (SILVA, 2014, p. 84).

Nesse sentido, ao se pensar a *configuração da política social no Brasil* é salutar situar as marcas da formação social do Estado brasileiro e a consolidação do capitalismo no país. Silva (2014, p. 84) a partir dos estudos de Florestan Fernandes (na obra intitulada: *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*, 2005), explica exatamente que alguns pilares do capitalismo no país se acentuaram ainda no Brasil colonial, mas ganha força e importância a partir da Independência em 1822 e, conseqüentemente, com a criação do Estado Nacional.

Assim, ressalta Fernandes (2005) em seus estudos que houve uma ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária e o surgimento de novos agentes econômicos, também sob o contexto da pressão da divisão do trabalho, que ajudou para a construção de uma “nova sociedade nacional”, em que para o autor, não houve compromisso com qualquer defesa mais contundente no que tange aos direitos do cidadão, o que para ele refletiu em marcas indelévels na formação do Estado Nacional.

A partir da abordagem anterior, é possível depreender alguns aspectos da trajetória da formação do Estado Nacional, no que se refere a sua formação inicial e de como esse Estado fez o enfrentamento à questão social. Com a finalidade de aprofundar esse debate será destacado o estudo de Raichelis (2007) que, ao escrever sobre *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social*, problematiza e caracteriza de que maneira o Estado Nacional historicamente deu respostas à questão social, tendo como pano de fundo a década de 1950, contexto em que surgem as teses desenvolvimentistas difundidas pela Cepal para a superação do atraso dos países subdesenvolvidos na América Latina. Essas teses reforçavam a

“centralidade do Estado como impulsionador de um projeto de industrialização indutor da modernidade capitalista” (RAICHELIS, 2007, p.90).

No que tange ao contexto brasileiro, “a adoção do projeto nacional-desenvolvimentista levou o Estado a assumir o papel de protagonista das funções de regulação da economia, abarcando também o papel de produtor de mercadorias e serviços” (RAICHELIS, 2007, p. 90). Assim, sinaliza a autora que “as instituições consolidadas pelo Estado corporativo desde a década de 30 vão ser o suporte das políticas de desenvolvimento que se desenvolverão de 1950 a 1980” (RAICHELIS, 2007, p.90).

No quadro 1 será apresentada uma síntese de algumas características da intervenção do Estado Brasileiro na questão social, destacando os governos da década de 1930 até os da década de 1990 no séc. XX, trazendo elementos importantes para entender a intervenção do Estado brasileiro na promoção da proteção social no país.

<b>Governo ou Regime Político</b>	<b>Contexto</b>	<b>Proteção Social</b>
<b>Estado Novo (1937 – 1945)</b>	Centralização e regulamentação das relações entre capita-trabalho, realizado pelo Estado corporativo a partir de 1930.	Legislação trabalhista e previdência materializada na CLT em 1943;  Expansão do sistema de proteção social baseia-se, no seguinte padrão das políticas sociais públicas: seletivo (beneficiários), heterogêneo (benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro).
<b>Governos militares (1964 - 1985)</b>	Consolidação no país da modernização conservadora que se instala, apoiado no tripé econômico formado pelo grande capital monopolista, pelo capital nacional e pelo Estado, vai consagrar um tipo histórico de Estado capitalista, o chamado estado burocrático;  Torna-se um Estado antinacional e antidemocrático.	Processo de reformas gradativas e complexas, que tenderam à unificação e à uniformização durante os governos militares.  Ampliou-se a cobertura da seguridade social para novos grupos sociais e foram incorporados programas e instituições assistenciais voltados para os grupos mais vulneráveis.
<b>A Nova República Início em 1985</b>	Grave crise econômica, enorme dívida interna e externa, descontrole governamental, legislação e instituições sociais e políticas autoritárias, profundas desigualdades de renda, crescimento sem precedentes da miséria absoluta e relativa.	Agravaram-se antigos problemas e distorções das ações governamentais nas áreas sociais: pulverização de recursos, paralelismo dos programas, superposição de clientelas, sobretudo intenso uso clientelístico dos programas.
<b>Governo Collor (1990 – 1992)</b>	Contexto de avanço do Neoliberalismo. As propostas do governo relativas à reforma do Estado estão expressas nos projetos de Reforma Administrativa e nos Programas de Desregulamentação e desestatização. O desenvolvimento	A concepção residual da assistência social revela-se na natureza das ações propostas, estritamente limitadas às camadas mais carentes da população, por meio da atenção aos “incapacitados” para o trabalho, que, por “deficiências individuais”, não



	social é concebido como decorrência do crescimento econômico, cabendo ao Estado definir e executar políticas complementares ao mercado.	conseguem vencer a competição dentro das regras estabelecidas pelo mercado.
<b>Governo Itamar</b>  (1992 - 1994)	A partir do <i>impeachment</i> do presidente Collor, Itamar Franco assume a presidência em meio a grave crise econômica, política e social.	A área social totalmente desarticulada, sem recursos definidos para os programas sociais.  A ausência de um plano social de governo articulado e orgânico levou à permanência da histórica fragmentação e pulverização de iniciativas dispersas no campo das políticas sociais.
<b>Governo Fernando Henrique Cardoso</b> (1995 – 2002)	O Plano Real lastreia-se no conjunto de medidas preconizadas pelo Consenso de Washington para a periferia do sistema capitalista, ou seja: estabilização da moeda, privatização das empresas estatais, redução do papel regulador do Estado, saneamento da dívida pública, desregulamentação do mercado de trabalho, minimização das políticas sociais mediante cortes dos gastos públicos.	A criação do Programa Comunidade Solidária entra em rota de colisão com o que determina a Constituição quando trata da Seguridade Social: ações universais, integradas e continuadas de proteção social e garantia de direitos.

**Quadro 1 - Configuração da Proteção Social nos governos e regimes políticos no Brasil (anos 30 a 90)**

Fonte: Raichelis, 2007.

Ao se analisar as informações do quadro 1 é possível perceber as nuances das relações entre o contexto econômico e as formas de intervenção do Estado voltadas à proteção social, em que a regulação Estatal da economia assegurou um sistema de proteção frágil, expressado na fragmentação das políticas sociais e redução de gastos sociais com a ofensiva do neoliberalismo nos anos de 1990, que implicou, principalmente, no incentivo governamental às ações sociais de organizações privadas no âmbito da política de Assistência Social no Governo de FHC.

Silva (2014) ao discutir sobre Estado brasileiro sinaliza que desde a sua constituição mostrou-se um Estado pautado em relações privatistas. Visto que, ao mesmo tempo em que se garantia direitos sociais pelo então, Presidente Getúlio Vargas, no contexto de 1930, reproduziam-se também desigualdades e o alcance aos direitos sociais se estabelecia pelas relações de trabalho. O que alguns autores denominarão de cidadania regulada<sup>8</sup>. E, portanto, destaca Silva (2014) que “aos que ficaram de fora do direito por via do trabalho, restava-lhes

<sup>8</sup> Conforme Raichelis (2007), o conceito cidadania regulada foi cunhada por Wanderley Guilherme dos Santos (1987) sendo um conceito amplamente aceito na literatura. Para Raichelis (2007) corresponde a um sistema de estratificação ocupacional que considera cidadãos “todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (*Idem*, 2007, p. 88).

usufruir da filantropia, e associada ao Estado, que continuava por discriminar e tratar a pobreza sob a ótica do fracasso e da não cidadania” (SILVA, 2014, p. 85).

Pereira (2008) salienta que “a proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilstras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estratos sociais majoritários da população da extrema pobreza” (PEREIRA, 2008, p. 125). Para essa autora, esse processo se fortalece com a “fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob os governos de coalizões conservadoras” (IDEM, 2008, p. 126).

Entretanto, sinaliza Pereira (2008) que esse contexto oportunizou o Estado nacional permanecer com um padrão de proteção social, cujas características são: ingerência imperativa do poder executivo, seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos, heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira. A narrativa de Pereira (2008) a respeito das características de gestão das políticas sociais do Estado brasileiro que é fundamental para este estudo, demonstrando o quão frágil se configurou o padrão de proteção social em nosso país.

Assim, neste estudo se torna imperativo compreender o processo de constituição da política pública de Assistência Social no país, a partir do estudo de Raichelis (2007), o qual traz algumas características que são fundamentais para entender a trajetória de fragmentação da política de Assistência Social (foco deste estudo), que passa a ter *status* de política pública de Proteção Social com o advento da Constituição de 1988, que instituiu a seguridade social brasileira.

Cabe ressaltar, que o objeto deste estudo problematiza a política de Assistência Social no enfrentamento à pobreza, tendo como horizonte a *juventude que vive em situação de extrema pobreza*<sup>9</sup> em Manaus. Nessa análise se busca pensar no concreto, entendendo que estas ações de enfrentamento à pobreza estão inseridas em um contexto permeado por várias contradições, correlatas às estruturas do sistema capitalista, como pôde ser elucidado

---

<sup>9</sup> Conforme Santos e Arcoverde, (2011, p. 4-5) numa parte significativa dos estudos relacionados à pobreza no Brasil, e isso é possível verificar por meio de estatísticas oficiais no país, a pobreza está relacionada “à renda per capita familiar. É utilizada como parâmetros para identificar os pobres, as linhas de pobreza e indigência ou extrema pobreza. No Brasil, a linha de pobreza equivale à renda familiar per capita de meio salário mínimo e Linha de Indigência à renda familiar per capita de um quarto do salário mínimo”. Assim, está no limite ou abaixo dessas linhas é ser respectivamente pobre ou indigente, ou seja, extremamente pobre.

anteriormente na *discussão da questão social*.

Deste modo, a abordagem da realidade desse objeto, passa pela análise da relação capital/trabalho (*questão social*) enquanto relação medular da sociedade capitalista, compreendendo que seus impactos na sociedade decorrem de situações diversas, como: desigualdade, desproteção e pobreza. Essas situações são cada vez mais perceptíveis na realidade, e os mais afetados por essa relação, como têm demonstrado a história, é a *classe que vive do trabalho*, que sofre com as mais diversas *expressões da questão social*, decorrentes desse sistema.

Portanto, a situação de extrema pobreza vivenciada pelas famílias dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da proteção básica da Assistência Social em Manaus é uma das *expressões da questão social*, cuja multidimensionalidade de suas determinações também expressam as situações de *vulnerabilidade e riscos sociais* que são vivenciadas pelos jovens, que são os principais sujeitos deste estudo. No tópico seguinte será abordada ação do Estado no que tange as *respostas à questão social*, destacando os principais aspectos da configuração e construção da *seguridade social brasileira* a partir da Constituição de 1988.

## 1.2 Aspectos da configuração da seguridade social no Brasil: articulação da assistência social com as políticas da juventude no enfrentamento à pobreza

Falcão *et al* (2008) salienta que a seguridade social no Brasil se apresenta e se ratifica na Constituição de 1988 como dever do Estado. Cabe destacar, que o art. 194 da constituição federal, institui a assistência social como uma das políticas inseridas no âmbito da seguridade social, estando disciplinada pelos artigos. 203 e 204 da Carta Magna. Assim, a seguridade social deve ser entendida como um “conjunto de políticas sociais e ações de reprodução social dos indivíduos humanos que introduz na agenda compromissos da humanidade a partir do advento do capitalismo” (FALCÃO, 2008, p. 111). A *Seguridade Social* é constituída pelo tripé das políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, o que representou um avanço nas políticas sociais, pois a constituição de 1988 definiu e estabeleceu em seu artigo 194 o seguinte:

[...] a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (...) são princípios e objetivos da seguridade: universalização; equidade; seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios, irredutividade do valor dos benefícios; equidade na

forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; democratização e descentralização da gestão (BRASIL, 1988).

Sposati (2007) corrobora com essa discussão ao se referir a esse contexto de surgimento da *seguridade social* reportando-se à promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993. Aponta didaticamente que é preciso reconhecer que o pai da LOAS é o Estado brasileiro, mas o nascimento da seguridade social tem mais parentes estrangeiros do que brasileiros, pois boa parte são ingleses, outra parte são Franceses. Assim, a autora também sinalizar de forma crítica que a *experiência inglesa de bem-estar social* e a *francesa de solidariedade e proteção social*, se estenderam em toda a Europa, por meio de um acordo entre Estado-sociedade-mercado, em um momento histórico específico que foi a década de 1940, ainda no século XX, que representa então o marco da proteção social, situado exatamente no pós-segunda guerra mundial, em um contexto que fez surgir uma visão de *cidadania para todos*.

Também analisando esse contexto do pós-segunda guerra mundial, Falcão (2008) destaca que o modo de produção capitalista introduziu um novo modo político de condução da vida societária. Pois é também na modernidade capitalista que a questão da pobreza ganha nova visibilidade, dado que, ela não pôde mais ser justificada como apenas fragilidades ou limites individuais ou ainda como fenômeno conjuntural. Nesse contexto, “a pobreza tornava-se visível como fenômeno estrutural decorrente de um modo de produção que engendra a exclusão, as desigualdades sociais e a injustiça social” (FALCÃO *et al*, 2008, p. 112).

Desta maneira, a referida autora aponta que “para enfrentamento dessa pobreza estrutural, já não bastavam às iniciativas assistenciais de caráter espontâneo da sociedade civil ou do Estado” (p.112). A autora afirma ainda que é nesse contexto que “a seguridade social contemporânea decorre de avanços históricos, tendo como principal pilar o Estado” (p. 112). Por sua vez, complementa a autora, esse processo não foi tão pacífico assim, houve também as contradições, como sinaliza:

Esses avanços não foram pacíficos, lineares, mas fruto de fortes contradições e conflitos instalados no interior do desempenho histórico das sociedades capitalistas. É só em nosso século, mais precisamente no pós-guerra, que as nações capitalistas desenvolvidas assumem a seguridade social em seu sentido mais pleno- a reprodução social de todos os cidadãos, em patamares mais equitativos e justos- e como um dever do Estado (FALCÃO *et al*, 2008, p. 112).

Voltando para a análise da realidade da seguridade social brasileira, ressalta-se que este estudo foca apenas uma política do tripé da seguridade, a política de assistência social. E

como recorte temporal, delimitou-se tratar a partir da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, Lei de nº 8.742, que regulamenta a Assistência Social e estabelece normas e critérios para a sua efetivação. Desse modo, é importante destacar os principais artigos que vão ajudar a realizar uma reflexão em torno do objeto desta pesquisa focalizando sobretudo a discussão sobre o enfrentamento da pobreza da juventude. Assim, no primeiro capítulo da LOAS no Art. 1º. Estabelece que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, LOAS, 1993).

Verifica-se então que a LOAS imprime o caráter de política pública à política de assistência social, por meio do entendimento de que o Estado tem o dever de promover ações que garantam o atendimento das necessidades básicas à população que dela necessitar. Deixando claro que essas ações devem ser implementadas de modo integrado com um conjunto de políticas sociais. Em seu artigo 2º. a LOAS trata das funções da Assistência Social, que são:

- I - **A proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
  - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
  - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
  - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
  - d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
  - e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- II - **A vigilância socioassistencial**, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III - **A defesa de direitos**, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, LOAS, 1993).

Depreende-se da citação anterior que a Política de Assistência Social tem três principais funções: 1) fazer a proteção social, 2) realizar a vigilância socioassistencial e 3) garantir a defesa dos direitos. Conforme a edição comentada da LOAS (2009), é importante destacar alguns conceitos presentes neste artigo 2. Como por exemplo, o uso da palavra *carente* no inciso I (b), que se encontra em desuso, tendo a administração pública empregado, na prática e nos documentos relacionados à política de assistência social, a expressão *em situação de vulnerabilidade e risco social*, em substituição a esse termo referido.

Outra terminologia em desuso de acordo com a edição comentada da LOAS (2009) é a expressão *peças portadoras de deficiência*, a que se refere o inciso I (d), tendo sido substituída, na prática, pelo termo *peças com deficiência*, tendo em vista que a condição de deficiência faz parte da própria pessoa, que, assim, não tem como portar algo que já a integra. Essa terminologia corrobora com a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das pessoas com deficiência, que adota também a mesma terminologia ao se referir a estas pessoas.

Destaca-se o parágrafo único da LOAS que preconiza sobre o *enfrentamento da pobreza*, que diz que a assistência social deve ser implementada de maneira integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Outro marco legal a ser destacado é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada pela resolução nº15, de outubro de 2004. Esta Política expressa exatamente a materialidade das diretrizes contidas na LOAS e destaca também a norma operacional básica (NOB) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que foi aprovada por meio da resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. A referida NOB/SUAS trata da implementação e a consolidação do SUAS.

Observa-se na PNAS (2004) uma discussão sobre a problemática da fragmentação das políticas sociais no Brasil, em que é ressaltada a importância da *intersectorialidade* no que tange à execução dos programas sociais brasileiros. Conforme estudos de Couto *et al* (2012, p. 61), a PNAS reafirma “a necessidade de articulação com outras políticas e indica que as ações públicas devem ser múltiplas e integradas no enfrentamento das expressões da questão social”.

Cabe destacar, quais são os objetivos da Política de Assistência Social segundo a PNAS (2004):

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;

Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, PNAS, 2004, p. 18).

Couto *et al* (2012) afirmam que além da Política de Assistência Social de 2004 ser resultado de intenso e amplo debate nacional, é também, principalmente, uma manifestação de

resistência, pois sua consolidação enquanto política “expressa os anseios das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003 e se põe na perspectiva da materialização das diretrizes da Loas e dos princípios enunciados na Constituição Federal de 1988” (COUTO *et al*, 2012, p. 59-60).

É possível depreender, que a PNAS deixa às claras as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direitos de cidadania e responsabilidade do Estado. Segundo Couto *et al* (2012) a gestão desta política segue o modelo de *gestão compartilhada*, pautada desde o *pacto federativo* (união estado e município), que detalhou as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normas Operacionais (Nobs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestores Tripartite e a Bipartite - CIT e CIB).

Com a PNAS (2004), seguiu-se o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi aprovado pelo CNAS por meio da NOB. Nº 130, em 15 de julho de 2005. Sendo assim:

O Suas está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critérios de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (BRASIL, PNAS, 2012, p. 60).

Couto *et al* (2012) destaca que algumas dimensões da PNAS vão ganhando relevância frente aos seus objetivos, principalmente a *dimensão da intersetorialidade*, já mencionada anteriormente. Esta questão da necessidade de intersetorialidade na gestão ganha força a partir dessa nova configuração da gestão da política pública. Assim, entende-se que a *intersetorialidade*:

[...] deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e de ser princípio orientador da construção das redes municipais (COUTO *et al*, 2012, p. 61).

No que se refere à integração de políticas públicas setoriais, de acordo com a Loas anotada (2009), cabe destacar que o Governo Federal utiliza o *cadastro único* para inserção da

população em seus programas sociais. O cadastro em menção encontra-se regulamentado pelo Decreto 6. 135, de 26 de junho de 2007. A LOAS prever de forma clara a necessidade de articulação entre a Assistência Social e as políticas públicas de juventude para o enfrentamento à pobreza.

Neste sentido, Nunes (2015) em seus estudos destaca os dados da Secretaria Nacional de Juventude, na qual realizou um levantamento no país para saber quantas ações nos diversos setores tinham como recorte a juventude. E surpreendentemente foram encontrados os seguintes dados:

[...] na etapa do diagnóstico e da elaboração da proposta da Política Nacional de Juventude, o Grupo Interministerial realizou mapeamento dos programas federais existentes e que eram voltados direta ou indiretamente para a juventude. Foram identificadas nada menos do que 135 ações federais, que estavam vinculadas 32 em 45 programas e eram implementadas por 18 ministérios ou secretarias de estado. Deste total de ações, apenas 19 eram específicas para o público jovem do grupo etário de 15 a 24 anos. As outras 112 ações, ainda que incidissem sobre os jovens, não se voltavam exclusivamente a este público. A partir deste trabalho, o grupo identificou a frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude, sugerindo a urgente necessidade de criação de uma instância de coordenação e de articulação, que tivesse, entre outras atribuições, a de combater o paralelismo e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem (NUNES, 2015, p. 31-32).

Desta maneira, destaca Nunes (2015, p. 32) que em 2005 foi instituído um arcabouço institucional específico para políticas de juventude que resultou na criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado a Secretaria-Geral da Presidência da República. Essa secretaria visa articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal. Também foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, de caráter consultivo e propositivo.

Conforme Nunes (2015) é então nesse contexto que em 1º. de fevereiro de 2005 o Governo Federal, por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva) implanta a Política Nacional de Juventude, cujas diretrizes são:

1. Ampliação do acesso dos jovens ao ensino médio e sua permanência com qualidade;
2. Democratização do acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação;
3. Erradicação do analfabetismo entre os jovens;
4. Estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens;
5. Geração de trabalho e renda para a juventude;
6. Melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais;
7. Preparo de jovens para o mundo do trabalho e;
8. Promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas para os jovens (BRASIL, MP 218, 2005).



É nesse ínterim das diretrizes da Política Nacional de Juventude que surge o *Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM*, estruturado para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, que é a dimensão da inclusão, contemplando os jovens de 15 a 29 anos que não tinham o ensino fundamental, e estavam fora da escola e do mercado de trabalho. De 2005 a 2007, o Projovem Original atendeu mais de 240 mil jovens nas capitais e regiões metropolitanas do país. Na época, podiam participar jovens de 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental, mas que tivessem cursado até a 4ª série. Além disso, os alunos não podiam ter emprego formal, com carteira assinada (BRASIL, SNJ, 2014).

De acordo com Nunes (2015) foi desta maneira que para ampliar o atendimento ao público juvenil, em 2007 foi lançado o Projovem Integrado, resultado da unificação de seis programas que na época já atendiam à juventude, tais como: 1) Projovem, 2) Agente Jovem, 3) Saberes da Terra, 4) Escola de Fábrica, 5) Consórcio Social da Juventude, e 6) Juventude Cidadão.

O *Projovem Integrado* entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e foi subdividido em quatro modalidades: *Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo*; *Projovem Urbano*; *Projovem Campo - Saberes da Terra*; e *Projovem Trabalhador*. A faixa etária atendida também foi expandida, em alguns casos, para os limites de 15 e de 29 anos. Assim, na época, o *Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo* foi coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o *Projovem Urbano* e o *Projovem Campo* pelo Ministério da Educação; e o *Projovem Trabalhador* pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe destacar, que o *Projovem Adolescente* foi coordenado pelo MDS e atualmente está unificado ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV no âmbito da proteção básica da política de Assistência Social. Assim, *os impactos desta unificação na proteção básica da juventude é objeto de estudo desta pesquisa*. Essa integração entre políticas de juventude e de enfrentamento da pobreza denota o esforço de implementação das diretrizes da LOAS (1993) e de busca da intersectorialidade.

No segundo capítulo deste estudo será aprofundada a discussão sobre o modelo de gestão da Política de Assistência Social no Brasil, ou seja, o SUAS, visando discutir de modo mais amplo essa questão da necessidade da intersectorialidade entre as políticas sociais. Mas antes, ainda no próximo tópico deste capítulo se faz necessário fazer uma abordagem conceitual sobre a *multidimensionalidade da pobreza e vulnerabilidade social*, visando

destacar os riscos sociais que afetam a juventude na região Norte e, especificamente, em Manaus.

### 1.3 A multidimensionalidade da pobreza e da vulnerabilidade social: Juventude em situação de extrema pobreza na Região Norte e em Manaus

Este tópico do trabalho versa sobre as *expressões da questão social manauense*, por meio de dados oficiais, a fim de realizar uma discussão acerca das *particularidades* da juventude que vive na cidade de Manaus. Para tal análise consultou-se a plataforma da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), do governo federal, e também dados da plataforma do Ipea. Destaca-se também a *vulnerabilidade da juventude negra manauara*, devido ao expressivo quantitativo dessa população em situação de vulnerabilidade e risco social. Esse mapeamento faz parte do *Plano Juventude Viva*, qual identificou esses expressivos e maléficos dados nas capitais do país.

Antes de se adentrar na apresentação dos indicadores de pobreza e vulnerabilidade social no Brasil e, de modo particular, na região Norte, focalizando a cidade de Manaus, faz-se necessário abordar uma breve discussão conceitual sobre o significado da multidimensionalidade da pobreza e da vulnerabilidade social.

O Estatuto da Juventude está em vigência sob a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o referido Estatuto e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Este Estatuto representa um importante avanço no que tange a construção de políticas públicas para a juventude. Entretanto, ainda falta muito para seus artigos ganharem total regulamentação. Os dados que serão apresentados terão como parâmetro o não acesso da juventude aos seus principais direitos sociais contidos no Estatuto, a saber: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, direito à educação, do direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, direito à diversidade e à igualdade, do direito à saúde, direito à cultura, direito à comunicação e à liberdade de expressão, direito ao desporto e ao lazer, direito ao território e à mobilidade, direito à sustentabilidade e ao meio ambiente, direito à segurança pública e ao acesso à justiça.

Antes de sinalizar alguns dados sobre as vulnerabilidades e riscos que afetam a juventude, é preciso discorrer sobre os conceitos de *vulnerabilidade* e *risco social*, os quais

são bastante divulgados e, atualmente, têm sido citados com frequência nos discursos de profissionais, gestores e estão presentes também nos discursos e na prática de grandes bancos.

Os conceitos de *vulnerabilidade* e *risco social* são bastante polêmicos no Serviço Social, entretanto, ainda são pouco problematizados. Por isso, o desafio de travar a discussão, contudo, neste trabalho a discussão não pretende ser exaustiva, mas é preciso sinalizar as principais Fontes, pois há bastante controvérsias nesse conceito, que inclusive, estão em oposição da teoria crítica.

Desta feita, focaliza-se essa discussão dos referidos conceitos a partir da PNAS (2004), que segundo Silva (2014) ainda precisam ser discutidos e problematizados, uma vez que a PNAS não aprofunda esses conceitos. Desta maneira, Alvarenga (2012) ressalta ser necessário realizar uma reflexão sobre a forma como esses conceitos têm tomando espaço, ao ponto de “parar lá”, isto é, na PNAS. Assim, tem-se como ponto de partida o marco legal da política, ou seja, a própria PNAS (2004) que é um importante avanço para a efetivação da política pública de Assistência Social no país. Autores como Alvarenga (2012), Silva (2014) e Sposati (2009) já realizaram uma discussão sobre esses conceitos relacionando-os com a PNAS.

Silva (2014) assinala que os conceitos supramencionados são utilizados na PNAS, como forma de caracterizar os usuários que buscam os serviços de atendimento na Política de Assistência Social, o que permite descrever os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos.

Conforme Silva (2014), a política avança no sentido de não mais segmentar os sujeitos conforme faixas etárias e gênero, expandindo assim, para todos os indivíduos e famílias que necessitarem da política. Entretanto, a autora, vai sinalizar que esses conceitos não ficam explicitados no texto da PNAS (2004). Desta maneira, as concepções teóricas que embasam os conceitos de vulnerabilidade e risco social representam um determinante “problemático para a execução do Suas, deixando assim, possibilidades de diversas interpretações quanto ao público usuário da Política de Assistência Social” (SILVA, 2014, p. 70). É neste sentido que Alvarenga (2012) vai apontar que esses conceitos são utilizados conforme o *mirante de análise*, isto é, vai depender da concepção dos gestores, de quem opera. Silva (2014) também corrobora com essa visão e diz que esses conceitos não são simples e *podem representar diversos olhares*.

Alvarenga (2012) aprofunda em seus estudos os conceitos de vulnerabilidade e risco social das mais variadas concepções teóricas, passando pelas *concepções conservadoras* como

(Beck, Amartya Sen e Rosavalllon, Castel e Giddens) e, também, as fundamentadas no *pensamento de esquerda marxista* (Francisco Oliveira). Essa autora ressalta que esses “[...] termos podem ou não escamotear as manifestações ditas de risco e vulnerabilidade como resultantes da exploração do capital sobre o trabalho, fundante do sistema capitalista que estão a depender do mirante de análise” (ALVARENGA, 2012, p. 121). Ou seja, ora os conceitos tomam um posicionamento mais crítico, ora podem se filiar as correntes do pensamento mais conservadoras, dependendo da visão de quem opera.

No que tange a concepção de vulnerabilidade social, a PNAS (2004), de acordo com Sposati (2009), adota interpretações diferenciadas. E a primeira delas é aquela concepção que taxa uma pessoa de “vulnerável”, ou seja, é o mesmo que dizer que “alguém é pobre”. Isso demonstra que “essa concepção está carregada de estigmas, que também podem se aplicar aos conceitos de vulnerabilidade e de vulnerável” (SPOSATI, 2009, p. 33). Portanto, para a autora, “trata-se do uso de uma categoria como o designativo de alguém, e por isso, esse alguém abre mão de ser sujeito para ser sujeitado, perdendo a categoria de cidadão” (p. 33). Dessa forma, o “designativo é usado como forma de redução social e, até mesmo, culpabilização do indivíduo por sua fragilidade” (SPOSATI, 2009, p. 32).

Sposati (2009) vai dizer, portanto, que em uma sociedade complexa, a *vulnerabilidade social* não é só econômica, ainda que os que possuem menor renda sejam de fato “os mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais” (SPOSATI, 2009, p.34). Essa visão da *complexidade da vulnerabilidade social* é de suma importância para este estudo, pois parte da concepção multidimensional da pobreza e vulnerabilidade social.

Yasbek (2010) define o caráter multidimensional da pobreza brasileira no âmbito das relações capitalista de produção, da seguinte maneira:

[...] é produto dessas relações que, em nossa sociedade a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos, político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam” os pobres em seu lugar na sociedade. [...] é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidade e de esperanças (YASBEK, 2010 *apud* SILVA 2014, p. 44.).

Sobre essa matéria, Sposati (2009) posiciona-se a partir do seguinte pressuposto:

[...] muitas inseguranças e riscos estão relacionados ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde, ao transporte, entre tantas outras áreas nas quais se setorizam as respostas às necessidades humanas. Não são todas as necessidades humanas de

proteção que estão para a resolutividade da assistência social, como também não são as necessidades de proteção social dos pobres que aqui são consideradas como específicas da assistência social. Elas são comuns a várias políticas sociais e econômicas (SPOSATI, 2009, p. 32).

Depreende-se que é preciso considerar *as expressões de risco e vulnerabilidade social* a partir de seguranças sociais afetas à proteção social não contributiva, no caso, a proteção realizada no âmbito da política de assistência social. Contudo, também é necessário entender que:

[...] é preciso construir o sentido de vulnerabilidade social relacionada a um dado risco social. Nessa ótica o sentido é de ser vulnerável a uma dada ocorrência, estar mais sujeito por algumas vivências e capacidades já instaladas. Do ponto de vista biológico, a vulnerabilidade inclui a ideia de estar mais predisposto a que ocorra algo. E é necessário eliminar a vulnerabilidade substituindo-a por força/resistência bem como eliminar os fatores de risco. A ideia de vulnerabilidade social indica uma predisposição à precarização, vitimização, agressão (SPOSATI, 2009, p.33-34).

Com base nas visões de Sposati (2009) e Yasbek (2010) abordadas anteriormente, este estudo tomará como base o *caráter multidimensional da compreensão conceitual sobre pobreza*. Desta forma, a condição de *vulnerabilidade e risco social* da população pobre será entendida para além da ausência de renda, entendendo que é preciso compreendê-la a partir dos seus diversos aspectos, que revelam que muitas inseguranças (vulnerabilidades) e riscos sociais a que estão submetidas as pessoas pobres, estão relacionados à falta de acesso “ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde, ao transporte, entre tantas outras áreas nas quais se setorizam as respostas às necessidades humanas” (SPOSATI, 2009, p. 32). Portanto, a pobreza precisa também ser entendida como uma categoria política “que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidade e de esperanças” (YASBEK, 2010 *apud* SILVA 2014, p. 44).

Nesse sentido, neste estudo, se entende que a pobreza *não pode ser vista unicamente como ausência de renda*, mas também como *resultante da falta de acesso aos direitos sociais* relativos à saúde, educação, habitação, transporte (que demandam por políticas sociais públicas de qualidade) e, principalmente, entendida como resultante da *falta de trabalho digno*.

É sob esta perspectiva que aborda as várias facetas da *vulnerabilidade* e dos *riscos sociais* (multidimensionalidades) que o presente trabalho propõe olhar para a juventude em situação de pobreza em nosso país, a fim de compreendê-la e perceber também que são muitas

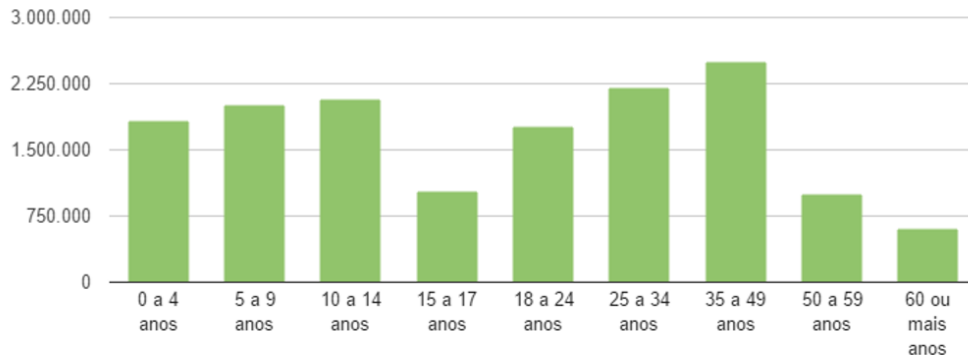
as políticas que além da Assistência Social podem contribuir sobremaneira para a sua proteção social.

Silva (2014) vai dizer então, que a presença dos conceitos de vulnerabilidade e risco social na PNAS também remete à discussão da proteção social e de sua função preventiva. Nesse sentido, a autora, sinaliza que fica a cargo da “proteção social básica a tarefa de prevenir riscos por meio da *superação das vulnerabilidades*” (SILVA, 2012, p. 73, grifo nosso).

É neste sentido que este trabalho irá evidenciar alguns dados sobre os índices de vulnerabilidade e risco que afetam à juventude em *extrema pobreza* na cidade de Manaus, que é o *locus* desta pesquisa.

Conforme o senso do IBGE (2010), a população brasileira é de 190.755.799, sendo que 16% da população vive em área rural e 84% da população vive em área urbana. O total da população em extrema pobreza do país é de 15.002.707. No âmbito deste quantitativo mais geral, o relatório do MDS (2017) destacou apenas o quantitativo de três segmentos da população: crianças, jovens e idosos. No que tange às crianças (0 a 9 anos) há 3.833.278 milhões que vivem nessa situação extrema pobreza no país, já os jovens de 18 a 25 somam 1.757.901, e por fim, entre os idosos com 60 anos ou mais, verifica-se um quantitativo de 610.956 mil. É possível visualizar no gráfico 1, retirada do relatório de Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de 2017, as faixas etárias que estão em situação de extrema pobreza no país, em que se verifica que o percentual maior está na faixa etária de 35 a 49 anos, mas cabe atenção também para a faixa etária de jovens de 15 e 17 anos, foco deste estudo.

**POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE 2010**



**Gráfico 1 - População Brasileira em extrema pobreza**

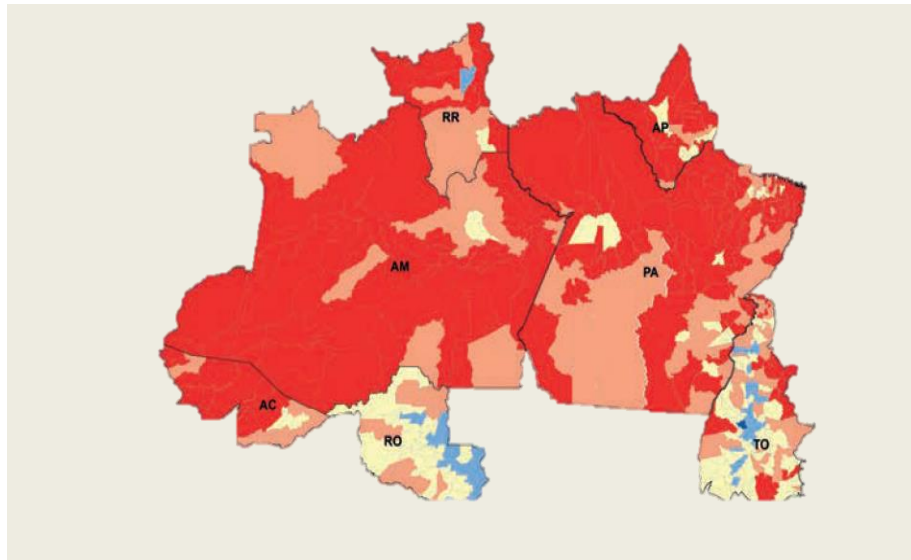
Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), 2017.

No que se refere à juventude de 15 a 17 anos, o índice de extrema pobreza perde somente para a população com mais de 60 anos, isso significa que há no país milhares de jovens de 15 a 17 anos vivendo em situação de extrema pobreza, os quais teriam que ser prioridade para as políticas públicas, primeiro, por serem adolescentes, pois isso os tornam prioridade do Estado brasileiro diante da Constituição Cidadã de 1988, e também, diante do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). E, segundo, por se enquadrarem no Estatuto da Juventude (2013), que *garante uma série de direitos sociais*, que ainda precisam ser regulamentados.

A Política de Assistência Social reconhece esse segmento da população como público prioritário na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (2009). Assim, destaca-se que a juventude integra o público prioritário para atuação da Proteção Social Básica, pois as recentes leis do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) priorizam todos *os ciclos de vida*. O enfrentamento dessa questão da pobreza, entre os jovens de 15 a 17 anos, tornou-se prioridade também no *Programa Projovem Adolescente* (2009) e no *Plano Juventude Viva* (2014), por isso, as diretrizes das referidas ações estão articuladas com as finalidades do SCFV, no âmbito da proteção social básica na Política de Assistência Social.

Cabe ressaltar, que a juventude brasileira também está inserida em vários contextos que vão definir características específicas das quais podem determinar se estão mais ou menos expostos às vulnerabilidades, sabe-se também que em determinadas regiões do país, que historicamente sofreram processos sociais e econômicos diferenciados, vão determinar maiores ou menores graus de vulnerabilidade e risco social.

Conforme pesquisa realizada pelo Ipea (2015), que sistematiza indicadores por meio do *Atlas da Vulnerabilidade Social* nos municípios brasileiros a Região Norte apresenta municípios que possuem um percentual de 41,9%, que se enquadram no grupo de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>10</sup> muito alto. Como é possível verificar na figura 1 a seguir, que traz o mapa da região Norte do país. Para cada tipo de IVS existe uma cor correspondente: a cor azul escuro significa um IVS muito baixa, azul claro IVS baixa, amarelo IVS média, rosa para IVS Alto e vermelho para IVS muito alto. Pode-se verificar que na região Norte do país há uma grande extensão pintada de vermelha no mapa, representando uma realidade de IVS muito alto.



**Figura 1 – Mapa de Índice de Vulnerabilidade Social por região**  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015.

Desta maneira, o Ipea (2015) identifica o Estado do Amazonas como um dos estados com maior percentual de municípios com IVS muito alto, com 80,6%, seguido do Pará com 63,6%. No que se refere aos 1.064 municípios da região Norte, o estudo ressalta que nenhum desses municípios se encontra na faixa de IVS muito baixa, entretanto, 29 destes estão na faixa do IVS baixa, 108 em IVS média, 124 com IVS alto e 803 com IVS muito alta. Percebe-

<sup>10</sup> De acordo com o Ipea (2015, p. 18) “o IVS é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um município[...]. Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social” (*Ibidem*, p. 18). Assim, para o Ipea (2015, p. 19) “o IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso” (*Idem*, p. 19).



se, então, que nenhuma das microrregiões do Norte está com IVS muita baixa, o que demonstra que a situação da região deveria ser prioridade no que tange a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento social, pois sua população convive com as diversas multidimensionalidades da pobreza.

A tabela 1 a seguir foi elaborada a partir do Atlas da Vulnerabilidade Social (2015) nos municípios brasileiros, e apresenta os índices dos Estados e municípios da região Norte.

Estados de IVS baixo	Percentual da Vulnerabilidade social (%)	Municípios de IVS Médio	Percentual da Vulnerabilidade social (%)
Rondônia	25%	Manaus	24,1%
Tocantins	10,8%	Belém	24,1%
Palmas	Não informou	Rio Branco	24,1%
Boa vista (RR)	Não informou	Porto Velho	24,1%
		Macapá	24,1%

**Tabela 1 - Índice de Vulnerabilidade Social Região Norte a partir do Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros**

Fonte: Ipea, 2015.

Com a finalidade de explicar melhor a figura 1 é que se apresenta a tabela anterior, que traz a sistematização dos dados referente ao IVS de Estados e Municípios da região Norte que ganharam destaque no Atlas do Ipea. Assim, entende-se que essa explicação fica ainda mais clara com a análise realizada pelo próprio Ipea (2015, p. 58), que problematiza os dados ora apresentados, conforme citação a seguir:

O estado que apresenta maior percentual de seus municípios na faixa do IVS *baixo* é Rondônia, com 25%, localizados principalmente na divisa com o Mato Grosso. Em seguida, aparece o estado do Tocantins, com 10,8% dos municípios, observados no eixo da rodovia BR-153; e Boa Vista (RR). Na faixa do IVS *médio* estão 24,1% dos municípios desta macrorregião, incluindo Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Macapá. Já as capitais Palmas e Boa Vista apresentam *baixo* IVS. [...] as maiores evoluções do IVS (redução da vulnerabilidade social), entre 2000 e 2010, ocorreram nos estados do Tocantins, de forma generalizada, e, pontualmente, em municípios da área central de Rondônia, sudeste do Pará, oeste do Amapá e nos municípios de Tefé e Codajás, no Amazonas.

É possível verificar que das 5 capitais que compõem os estados da região Norte, apenas duas capitais apresentam IVS baixa, e com IVS média tem-se 5 capitais. Em relação às capitais Palmas e Boa Vista, o Atlas informa que essas duas capitais se encontram com IVS baixa.

Em síntese, tem-se na região Norte 5 capitais com IVS médio, e duas capitais com IVS baixo. Isso configura, de acordo com o Atlas do Ipea (2015), que nenhum município da região Norte se encontra na faixa de IVS muito baixa, embora tenha na região 29 municípios

em situação de IVS baixa, um quantitativo irrisório, diante da quantidade de municípios que se apresentem com IVS muito alta. Desse modo, a vulnerabilidade social da região Norte é vista como uma das mais preocupantes do país.

O Ipea (2015) ao abordar as dimensões das desigualdades salienta que elas “não podem ser tratadas exclusivamente em nível municipal, pois, se é fato que elas se expressam de forma intensa entre as regiões do Brasil, assumem forma ainda mais acentuada na escala intramunicipal” (*Idem*, 2015, p.11), pois os municípios fazem parte de grandes aglomerados urbanos. Nesse sentido, o relatório do Ipea (2015) apresenta uma relevante característica da pobreza urbana e metropolitana, que de acordo com esse estudo é entendida da seguinte maneira:

[...] consiste na segregação espacial como forte condicionante da própria condição de pobreza, uma vez que a diferenciação entre áreas intraurbanas, em termos de infraestrutura, segurança, disponibilidade de espaços públicos, entre outros, influencia os níveis de bem-estar de pessoas e famílias. Em sua forma extrema, a segregação residencial cria, de um lado, “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinados fatores que as tornam vulneráveis à pobreza e, de outro, áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza (*Ibidem*, 2015, p. 11).

A intenção ao se abordar o relatório do Ipea foi salientar as multidimensões da pobreza no contexto regional. Diante do exposto, faz-se necessário situar a questão da pobreza na cidade de Manaus, e alguns dados do MDS, da SAGI e do IBGE serviram para caracterizar a *extrema pobreza na cidade de Manaus* (*locus* desta pesquisa). Desse modo, serão apresentados alguns dados, principalmente no que concerne ao *público jovem*, visando elucidar aspectos das expressões da questão social na capital amazonense.

Conforme o Censo do IBGE de 2010, a população total do município era de 1.802.014 residentes, dos quais 129.246 se encontravam em *situação de extrema pobreza*, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Conforme, o boletim do MDS, se tem uma população municipal de 7,2% que vive nessa situação de extrema pobreza, desse total 2,0% (2.556 pessoas) vive no meio rural e 98,0% (126.691 pessoas) reside no meio urbano em Manaus.

O censo de 2010, a partir da sistematização da Sagi (2016), revela que na cidade de Manaus havia 12.766 mil crianças na extrema pobreza na faixa que corresponde de 0 a 3 anos e 6.312 mil entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 31.30 mil pessoas na extrema pobreza, já no grupo de 15 a 17 anos havia 8.302 mil jovens nessa situação. Foram

registradas 6.138 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. Destaca-se, que 45,4% dos extremamente pobres no município têm de zero a 17 anos.

De acordo com dados do Censo Demográfico 2010, no município de Manaus, a taxa de extrema pobreza da população era de 20,88%. De acordo com a sistematização da Sagi (2013), o Censo Demográfico de 2010 apontava que o percentual de moradores com 60 anos ou mais com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo era de 10,4% percentual, se comparado com o Censo de 2000, o percentual havia diminuído em até 10,3%.

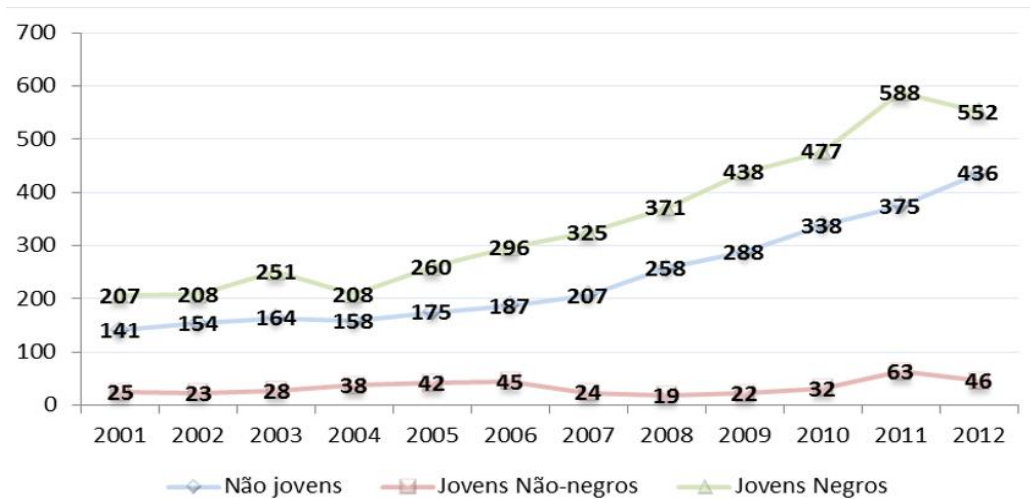
Tem destaque nessa pesquisa a *situação de vulnerabilidade social* que vive a juventude negra manauara, tendo em vista que há uma expressiva parcela dessa população na cidade, qual vive em condições de extrema pobreza. Conforme, dados do IBGE (2010) são 541.362 jovens de 15 a 29 anos, em um universo populacional de 1.300.375, dos quais 72,2% são negros, isto é, se autodeclararam pretos ou pardos. Entre os jovens, 392.784 (72,6%) se autodeclararam negros.

Sabe-se que a juventude negra tem sido alvo de estudos, devido à alta vulnerabilidade em que estão inseridas, seja pela violência, seja pelo não acesso à escola, à universidade, entre outros determinantes que contribuem para a expressiva vulnerabilidade dessa população.

A respeito da *vulnerabilidade à violência*, de acordo com o boletim da Sagi (2013), a partir dos dados do Ministério da Saúde, no ano de 2012:

Ocorreram 1.034 homicídios no município. Entre esses homicídios, 598 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 552 entre jovens negros. Os homicídios entre jovens negros corresponderam a 92,3% do total de homicídios entre jovens. Estudos revelam que a Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes no município, entre os jovens, é 2 vezes maior da população geral. Por sua vez, a taxa de homicídios entre jovens negros é 2,58 vezes maior da população geral (SAGI, 2013, p.1).

Os dados sistematizados no Boletim do MDS por meio da Sagi (2013) mostram que de 2001 a 2012, os homicídios no município aumentaram, representando uma variação de 177,21% no total anual de homicídios. No gráfico 2 a seguir, é possível verificar a evolução da quantidade de homicídios no intervalo de tempo que corresponde 2001 a 2012.



**Gráfico 2 - Evolução da quantidade de homicídios de 2001 a 2012 em Manaus**  
Fonte: Sagi, 2013.

No gráfico 2, percebe-se um crescimento progressivo da violência contra esse público juvenil, deixando evidente a necessidade de políticas públicas voltadas para este segmento populacional, sobretudo, para a juventude negra que vive em condições altamente vulneráveis na cidade de Manaus. Os estudos do Ipea (2017) sobre violência contra os jovens negros, destacam que: “aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de serem vitimados por homicídios, em relação ao conjunto dos indivíduos brancos, amarelos e indígenas” (*Idem*, p.9).

No que concerne ao *acesso à educação*, tendo como referência os dados do Censo do IBGE de 2010, sistematizados no Boletim do MDS, “verifica-se que o município possuía 46.689 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 76,8% são negros”. E no que tange ao *ensino superior*, observa-se que “211.872 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior, sendo que 74,4% desses jovens são negros” (SAGI, 2013, p.3).

Em relação ao *mundo do trabalho e a renda*, tendo como base esse estudo sobre a juventude negra em situação de vulnerabilidade social, verifica-se que a capital amazonense possuía:

844.465 pessoas economicamente ativa (PEA), sendo os jovens de 15 a 29 anos 37,6% da PEA. A taxa de desocupação da população geral foi de 11,1% e entre jovens foi de 6,6%. Desse total de 262.132 jovens com ocupação, 40,2% ganhavam até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal entre jovens é de R\$ 909,94 e entre jovens negros R\$ 811,61. O rendimento médio mensal da PEA em geral é de R\$ 1.419,44 (SAGI, 2013, p. 3).

Acerca do acesso à *eletricidade, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo* na cidade de Manaus, de acordo com Boletim da Sagi que se refere à extrema pobreza na cidade, 1.490 pessoas extremamente pobres (1,2% do total) viviam sem luz, 24.888 (19,3%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 70.529 (54,6%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 6.917 (5,4%) não tinham o lixo coletado. Sobre *banheiro no domicílio e paredes externas de alvenaria*, 18.400 pessoas extremamente pobres (14,2% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. Da população de 33.859 (26,2%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

O censo de 2010 também revela que das pessoas com mais de 15 anos em *extrema pobreza* na capital amazonense, 5.545 não sabem ler ou escrever, o que representa em termos percentuais 7,3% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Desse contingente, 1.710 jovens estavam fora da escola, representando 20,6% dos jovens extremamente pobres.

Referindo-se ainda *ao acesso à educação* da população jovem, a respeito da alfabetização, foi realizada uma sistematização, a partir da base de dados do IBGE, a fim de, conhecer especificamente o quantitativo dos extremamente pobres que estão no território dos CRAS na cidade de Manaus. Essa informação é importante para o SCFV, pois esses jovens fazem parte do público prioritário, portanto, deveriam ser atendidos pela PSB. Assim, o quadro 2 apresenta os dados de modo evidenciar o quantitativo do maior para o menor, primeiramente no país, e em seguida da cidade e, respectivamente, o quantitativo de alfabetizados e não alfabetizados, somente dos bairros em que estão localizados os CRAS em Manaus (cabe destacar que foi possível apenas verificar o quantitativo de 14 bairros, dos 18 bairros onde estão localizados os CRAS).

Território	Pop. Total do Território	Quantidade de <b>Alfabetizados</b> no Território	Quantidade de <b>Não Alfabetizados</b> no Território
<b>Brasil</b>	10.357.874	10.129.899	227.917
<b>Manaus</b>	107.791	106.304	1.487
Crespo	929	908	21
Glória	535	529	6
Jorge Teixeira	8.051	7.895	156
Redenção	2.128	2.103	25
São José	3.849	3.790	59

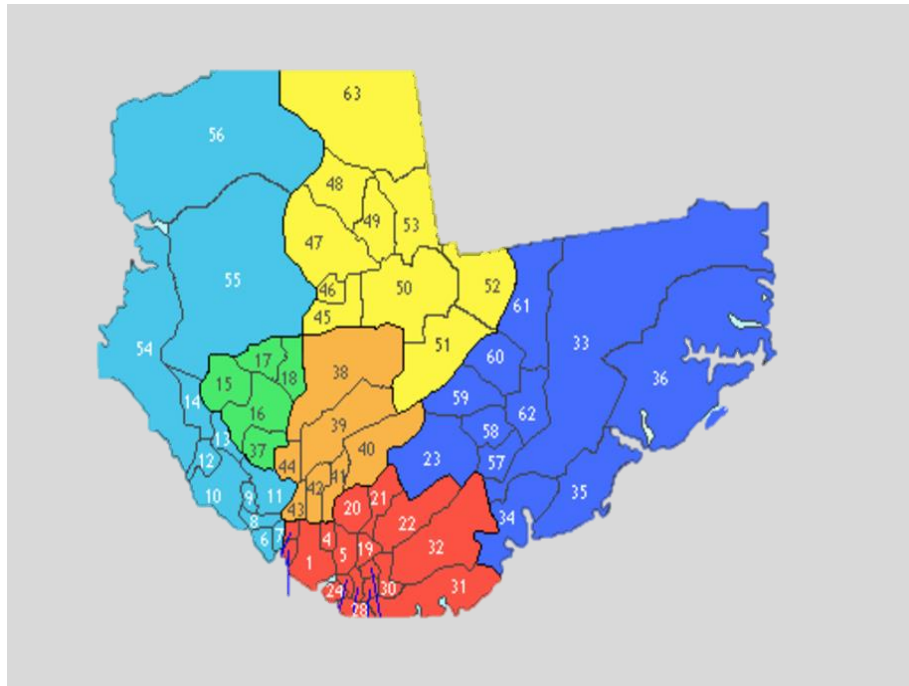
Terra Nova	2.772	2.737	35
Parque Dez	1.778	1.762	16
Alvorada	3.526	3.498	28
Armando Mendes	1.873	1.843	30
Betânia	591	582	9
Cachoeirinha	794	789	5
Cidade de Deus	4.682	4.593	89
Cidade Nova	7.178	7.121	57
Compensa	4.543	4.470	73

**Quadro 2 - Quantitativo de Jovens entre 15 a 17 que são alfabetizados e não alfabetizados em Manaus apenas nos Territórios onde estão presentes os CRAS na cidade**

Fonte: Levantamento documental, IBGE/ SIDRA (2010).

Destaca-se do quadro 2 os bairros *Jorge Teixeira* e *Cidade de Deus*. O primeiro por ser um dos bairros *locus* desta pesquisa. E o bairro *Cidade de Deus*, por pertencer territorialmente ao CRAS Alfredo Nascimento. Pois, não foi possível encontrar os micros dados na base do Sidra sobre o sub-bairro Alfredo Nascimento, sobretudo no que tange a população de 15 a 17 anos. Dessa maneira, destaca-se somente os dados do bairro *Jorge Teixeira*. Entretanto, cabe ressaltar nesta pesquisa o bairro *Cidade de Deus*, pois sua população é atendida pelo CRAS Alfredo Nascimento, visto que o faz parte deste territorialmente. Nesse sentido, há no bairro *Cidade de Deus*, um quantitativo de 89 jovens, dentre a população de 15 a 17 anos que é de 4.682, *não alfabetizados*. Já o Bairro Jorge Teixeira, que possui 4 etapas no bairro, tem um território maior que a *Cidade de Deus*, e possui uma população jovem de 8.051, sendo que destes apenas 156 jovens (entre 15 e 17 anos) não são alfabetizados.

Diante desse cenário, torna-se necessário mostrar a dimensão geográfica de Manaus situando, principalmente, a história dos bairros onde estão localizados os CRAS pesquisados. Mas, primeiro, será apresentada na figura 2 a ilustração do *Mapa da cidade de Manaus*, a respeito das zonas que compõem a cidade, em que se apresenta as zonas, para melhor ilustrar, para cada zona uma cor diferente. A capital amazonense é oficialmente dividida em seis zonas, a saber: zona leste (azul escuro), zona norte (amarela), zona centro-sul (laranja), zona centro-oeste (verde), zona sul (vermelha), zona oeste (azul claro). Nota-se que as maiores em extensão no mapa são as zonas norte e leste da cidade.



**Figura 2 - Bairros e zonas da cidade de Manaus**  
 Fonte: Bairros Manaus, *site* Camilo Marcelino, 2017.

A figura 2 ora apresentada se refere à organização dos bairros oficiais da cidade de Manaus. Nesse sentido o número 61 representa o bairro *Jorge Teixeira* (zona leste- azul escuro), o qual possui uma extensão territorial de 7. 249,08 quilômetros quadrados. Já o bairro *Alfredo Nascimento*, como ele não é reconhecido como bairro da cidade de Manaus, não está nesse mapa, mais à frente será explicada essa questão. Entretanto destaca-se o bairro *Cidade de Deus* (nº 51 do mapa, zona norte, amarelo) que tem uma densidade demográfica bastante expressiva, equivalente a 10. 364,38 quilômetros quadrados. Isso demonstra que a criação de um CRAS nesse bairro é urgente, nesse sentido questiona-se, será que o CRAS Alfredo Nascimento consegue atender as necessidades dessa população?

Conforme estudo de Bentes (2014) a partir da década de 1970 do século XX Manaus passou a ser destaque, devido, ao intenso processo de urbanização que se deveu ao episódio da Zona Franca de Manaus, é nesse contexto também que a capital foi reconhecida pelo *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA), como metrópole da Amazônia Ocidental, em plena a década de 1990. Desde aí, a cidade passou por um largo salto no que tange ao crescimento de sua população. Essa questão é possível verificar na evolução apresentada a partir dos dados do IBGE, sobretudo nessas últimas décadas, das quais é possível verificar que a cidade, de fato, passou por um intenso processo de urbanização.

No censo de 1970, o número de habitantes da capital era de 314.19 pessoas, correspondendo a 1/3 do total estadual, ou mais precisamente, 32, 7%. Essa intensa dinâmica possibilitou que, em 1980 a população de Manaus saltasse para 642.492 pessoas concentrando 44, 3% dos habitantes do Estado do Amazonas. E na década de 90 a capital amazonense é elevada à posição de metrópole da Amazônia Ocidental; momento em que alcançou o percentual de 48,1% do quantitativo da população do Amazonas, ou seja, 1.010.544 habitantes registrados no Censo Demográfico de 1991. No ano de 2000, embora com ritmo de crescimento cada vez menor, Manaus passou a ter metade da população do Amazonas, com 1.403.796 habitantes [49,9%], assumindo *cidade-Estado*. Assim, em quarenta anos, a população da cidade teve um incremento populacional que é oito vezes superior a população que possuía em 1960 (BENTES, 2014, p. 45).

Diante do exposto, é importante apresentar uma breve caracterização dos bairros em que se localizam o CRAS Alfredo Nascimento e o CRAS Jorge Teixeira, pois esses bairros se constituíram como *locus* desta pesquisa.

Os referidos bairros fazem parte de zonas mais populosas da cidade de Manaus (zonas norte e leste respectivamente), conhecidas como zonas de grande extensão geográfica e demográfica e também estigmatizadas pelos noticiários locais, como sendo zonas “vermelhas”, isto é, às áreas consideradas mais violentas. Conforme o IBGE (2008), a população da zona norte e leste quando somadas chegam ao total de 1.100.000 habitantes, ou seja, mais da metade dos habitantes do contingente da população manauara que é de 1.802.014 milhões de habitantes residentes na capital amazonense, de acordo com o censo do IBGE de 2010.

Desta feita, cabe mostrar um pouco do histórico de cada bairro, iniciando pelo *Alfredo Nascimento* que é chamado de Sub-Bairro pelo fato de não ter sido oficialmente reconhecido pela *lei Municipal* (Lei de nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010), que dispõe sobre a organização dos bairros de Manaus. Essa situação denota que do ponto de vista das políticas públicas, o referido sub-bairro se constitui como território invisível na cidade, podendo o poder público negligenciar, pois o território não estar reconhecido. Logo em seguida, será apresentado o bairro *Jorge Teixeira* que já é reconhecido pela referida *lei Municipal*, que dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus.

#### **SUB-BAIRRO ALFREDO NASCIMENTO:**

No que tange ao sub-bairro Alfredo Nascimento de acordo com dados oficiais sua população se aproxima de 9.522 habitantes. É possível verificar que são poucas as informações oficiais que se tem a respeito deste bairro, pois ele ainda não foi reconhecido pela prefeitura. A partir de pesquisa realizada em *sites*, sobretudo no *site* Amazonas de A a Z (2016), é possível verificar que o referido bairro estar localizado na Zona Norte de Manaus.



No que corresponde à geopolítica da cidade, é parte integrante do bairro *Cidade de Deus* e foi tido como um dos bairros mais violentos do município de Manaus em 2011.

O sub-bairro Alfredo Nascimento surgiu por volta de 1998, com uma densa ocupação de terras na região de aproximadamente 10 mil famílias. A comunidade só se homologou pela gestão municipal como sub-bairro nos anos 2000. Este território conta com *poucas condições de infraestrutura e um sistema educacional composto por poucas escolas*, as únicas escolas de ensino médio na localidade são a Escola Estadual Wilma Vitoriano e Escola Estadual Frei Mário Monacelle. Em relação à mobilidade urbana, verifica-se a existência de um terminal de ônibus na Cidade Nova (T3) que vai até ao Terminal do Jorge Teixeira (T4), contendo apenas outra linha de ônibus coletivo que o integra à zona leste.

### **BAIRRO JORGE TEIXEIRA:**

Conforme dados estatísticos do IBGE (2010), o bairro Jorge Teixeira possui uma população de 100.560 mil habitantes, com uma população jovem entre (15 a 17 anos) de 8.051 mil. O referido bairro está localizado na Zona Leste da cidade, fazendo fronteira com os bairros da Cidade Nova, Distrito Industrial e Tancredo Neves. Ainda em relação à localização, cabe destacar que deste bairro saem dois ramais, o do Brasileirinho e do Ipiranga, que cruzam a zona rural de Manaus.

De acordo com o *site Amazônia de A à Z* (2016), o bairro Jorge Teixeira foi criado em 14 de março de 1989 pelo então, prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto. Na época este prefeito distribuiu lotes de terra a pessoas “carentes”. Este bairro tem em sua história a questão das ocupações de terras, que foi liderada, sobretudo pelos movimentos de ocupações promovidos por integrantes da Igreja Católica e de partidos políticos ligados às causas populares.

O bairro Jorge Teixeira é considerado relativamente jovem, pois seu aparecimento é recente na cidade. Segundo o *site (Amazonas de A à Z, 2016)*, por ser um bairro relativamente novo, este ainda reivindica às autoridades públicas melhorias urbanas, tais como: a *falta de assistência no setor de energia, água, saneamento e segurança pública*. Somando-se a esta realidade, é um bairro também que se apresenta com características residências erguidas em terrenos impróprios à moradia, como morros ou zonas alagadas, e sem registro topográfico. No que se refere à infraestrutura educacional, nas três etapas do bairro existem apenas duas escolas estaduais (Vasco Vasques e Professora Cleomenes do Carmo Chaves), e duas escolas particulares, uma na terceira etapa, o Centro Educacional Leão de Judá, e outra na quarta etapa, o Centro Educacional Amazônida.

A partir dessa breve caracterização dos bairros *locus* da pesquisa de campo em Manaus, é possível depreender as *situações de riscos sociais* a que a juventude está inserida, revelada pela condição de *pobreza e vulnerabilidade social* na região Norte e em Manaus, o que exige da proteção básica de assistência social de Manaus ações efetivas de prevenções, no sentido de proteger a juventude por meio de ações realizadas no SCFV (essa questão será tratada de modo aprofundado no segundo capítulo).

Em síntese, na cidade de Manaus apresentam-se *inúmeras expressões da questão social*, que desafiam o poder público e a sociedade civil para garantir *direitos fundamentais* para todos os cidadãos por meio da implementação de políticas sociais públicas de qualidade. Pois como vimos anteriormente, a pobreza e as situações de vulnerabilidades e riscos sociais não são decorrentes apenas da ausência de renda, mas também da falta de acesso da população de baixa renda aos serviços sociais públicos.

O problema da intensa urbanização de Manaus citado por Bentes (2014) precisa ser alvo de atenção da gestão das políticas sociais do Estado, pois se esse problema não for monitorado pelo poder público pode acarretar territórios com *escassos acessos aos direitos sociais* (por isso a *categoria de territorialidade* é central na gestão do SUAS como poderá ser visto no próximo capítulo). Nesse sentido, entender a cidade e seus territórios torna-se fundamental para o enfrentamento às *inúmeras faces da desproteção*, sobretudo a que afeta às juventudes.

Cabe destacar, que a abordagem anterior teve a intenção de evidenciar a necessidade do Estado de ampliar as ações de *proteção social para os jovens*, entendendo que hoje eles vêm sofrendo retrocessos consideráveis no que tange aos seus direitos sociais. E, assim, buscou-se contribuir para a reflexão sobre a necessidade de melhorias das políticas públicas voltadas para a juventude, no sentido da *efetiva implementação da intersetorialidade no âmbito da política de Assistência social*.

Para deixar mais clara essa questão se faz necessário realizar uma abordagem mais profunda sobre a *proteção social* afiançada pela *política de Assistência social* à população que se encontra vivenciando as *múltiplas dimensões* da pobreza e da Vulnerabilidade social. Assim, essa questão será tratada no próximo capítulo, que tratará do *modelo de gestão* desta política, ou seja, o SUAS, visando ressaltar a questão da necessidade da intersetorialidade neste modelo de gestão. E, ainda, será enfatizada a questão do reordenamento da proteção básica e o processo de unificação do PJA ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)

## CAPÍTULO II

### A GESTÃO DO SUAS:

#### **A questão da Unificação do Programa Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

Para se entender o processo de reordenamento do SCFV é preciso compreender o modo como está estruturada a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), pois esse marco regulatório vem direcionando a gestão da política pública de Assistência Social nos últimos anos. Assim, no primeiro tópico deste capítulo será abordada a lógica de gestão do SUAS, ressaltando as questões sobre a *intersetorialidade* e a *territorialidade* no âmbito da organização da política de assistência social brasileira. Em termos de política pública, essas dimensões que foram preconizadas no SUAS se somam às diretrizes de: *proteção social básica e especial: matricialidade sociofamiliar, participação social, financiamento compartilhado e vigilância socioterritorial*. Essas diretrizes se apresentam como avanços para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Conforme Couto *et al* (2012), a *intersetorialidade* incorporada à abordagem territorial no SUAS difunde a questão da cidade e de seus territórios, em que o Estado, por meio da proteção social básica e especial do SUAS, estará mais próximo dos cidadãos que vivem *situações de vulnerabilidade e risco social*.

No segundo tópico deste capítulo serão destacados os fatores determinantes da Unificação do *Projovem Adolescente – PJA* ao Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos - SCFV. O reordenamento consistiu na unificação das regras de oferta, em que se estabeleceu que os recursos federais originários dos Pisos que cofinanciavam os serviços - do *Projovem Adolescente* – serviço socioeducativo (PBVI); do serviço de proteção social básica para crianças e/ ou pessoas idosas (PBVII); do serviço socioeducativo e de convivência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PVMC/PETI) – passassem, a partir de então, cofinanciar o *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, por meio de um *piso único*, isto é, o Piso Básico Variável (PBV).

O tópico III será dedicado a caracterizar as ações do SCFV em Manaus, tendo como base de análise o marco-normativo que delineia as ações ofertadas aos jovens de 15 a 17 anos, isto é, a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (2009). Essa caracterização irá

evidenciar alguns dados coletados em campo, a partir da percepção dos Jovens participantes do SCFV, bem como de orientadores sociais. Esses dados foram coletados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos bairros Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira, respectivamente na zona norte e leste da cidade de Manaus.

## 2.1 A lógica de gestão do SUAS no Brasil: intersectorialidade e territorialidade

Silva (2014) destaca que no final dos anos da década de 1980, já era possível vislumbrar um novo cenário no Brasil, uma vez que, a ditadura teria deixado sérias heranças na área social, incluindo pouco investimento e, com isso, ampliou as desigualdades sociais, mediante uma lógica de gestão pública que favorecia, sobretudo, a economia. Entretanto, a autora ressalta que mudou o contexto e já se percebia novos parâmetros sendo desenhados para as políticas sociais, inclusive nos Estados e Municípios. É no final dessa década, que alguns princípios embasados na *descentralização*, com forte vertente na *municipalização*, na *integração das políticas sociais* e na *participação popular* nos processos de decisão, implementação e controle dos programas sociais vão sinalizar mudanças necessárias que foram incorporadas na Constituição de 1988.

Assim, em 1988 efetivou-se o que Silva (2014) qualifica de *proteção social estatal*, pois foi com a nova Constituição que as inovações no modelo de proteção social aconteceram. As modificações nesse texto desconstruíram o modelo histórico da *meritocracia* em direção a patamares de *seguridade social*, buscando a *universalização* da proteção social no país. Carvalho (2014) ao se referir ao contexto brasileiro, isto é, nos últimos 20 anos, sinaliza que o país passou por enormes avanços na implementação das políticas públicas. De fato, a Constituição Federal de 88 representou um marco na afirmação de políticas fundadas no reconhecimento dos *direitos de cidadania*.

A partir da década de 1990, conforme estudos de Carvalho (2014, p. 40), o Brasil entrou em uma nova fase, descrita a seguir:

[...] passou por um processo de forte institucionalização das políticas sociais e de suas formas de organização e gestão; desde a promulgação de leis infraconstitucionais, até a criação dos diversos sistemas nacionais de ordenação da gestão das ações públicas, de acordo com a regulação e obediência ao novo pacto federativo.

Carvalho (2014) destaca ainda que esse processo ganhou celeridade a partir da implementação dos mecanismos propugnados em lei, na garantia de *participação* e *gestão*

*compartilhada*, tentando garantir a participação de toda a sociedade. Dessa maneira, foram criados os fóruns de decisão, os conselhos nas diversas políticas públicas com critérios de participação paritária, ou seja, a sociedade civil e o Estado passaram a realizar o *controle social*<sup>11</sup> sobre as ações da política. Nestes termos, é que se verificam importantes avanços na gestão da política social.

Neste capítulo, será enfocada especificamente a *gestão da política de assistência social*, em que será apresentada a lógica do seu *modelo de gestão*, ou seja, o *Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. As principais diretrizes e princípios do SUAS estão regulamentados pela Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Cabe ressaltar, que a NOB/SUAS estabelece os princípios de regulamentação e operacionalização das diretrizes e princípios dispostos na PNAS/2004.

No que se refere à *realização da proteção social*, o SUAS assegura dois tipos de proteções à população: a *proteção social básica* e a *proteção social especial*. Segundo Pereira (2007, p.74), “a proteção social básica tem caráter mais preventivo enquanto, a especial, caráter mais reparador”. Couto *et al* (2012) sinaliza que a desigualdade social e a pobreza, inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de desproteção social que exigem atenção estatal diferenciada para o seu enfrentamento. Por isso, conforme a PNAS/ 2004, a *Proteção Social Básica* tem por objetivo:

Prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, PNAS, 2004 p. 19).

Assim, verifica-se que a *proteção social básica* visa à prevenção de riscos sociais e de situações de vulnerabilidade social, por meio do atendimento às demandas e as necessidades da população usuária, implementando ações que asseguram uma renda ou provimento materiais para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Sposati (2007) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) representa um avanço importante no que tange a compreensão do que é a

---

<sup>11</sup> “O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania” (BRASIL, CGU, 2012, p. 16).

*proteção social*, pois foi a partir desse novo entendimento que o campo da *assistência social* ganhou um sentido mais amplo, dado que essa concepção inclui a *prevenção* como ideia primordial da proteção. Sendo assim, sinaliza a autora: “Estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/ privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição” (*Idem*, p. 17).

O principal foco do trabalho da proteção básica é a *busca de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários*, que foram enfraquecidos em decorrência de situações econômicas, sociais e culturais. Sendo assim, este primeiro nível de Proteção Social possui caráter preventivo e processador da inclusão social (COUTO *et al* 2012).

Do ponto de vista operacional, esse tipo de proteção básica se materializa e tem como porta de entrada a unidade estatal CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que funciona segundo o porte do município, levando em consideração: o total da população em um determinado território (diretriz da territorialidade na gestão) e um número específico de famílias para acompanhar e oferecer os serviços protetivos e preventivos, com auxílio da rede socioassistencial complementar.

No que tange a proteção social básica (PSB), a Tipificação dos serviços socioassistenciais (2009) garante três tipos de serviços, a saber: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (SCFV); c) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (SPBD) para pessoas com deficiência e idosas. Esses serviços mencionados deverão ser executados de forma direta nos CRAS, ou de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, sempre sob coordenação do órgão gestor da política de assistência social por se tratar de unidade pública estatal (COUTO *et al*, 2012, p. 64).

Já a *proteção social especial*, é aquela que é implementada quando o risco social se instalou, ou seja, os direitos foram violados, os vínculos familiares e comunitário dos indivíduos foram enfraquecidos ou rompidos. Assim, esta situação de rompimentos de vínculos e violação de direitos exigem atendimentos especializados, juntamente como um aparato estatal capaz de garantir a *segurança de acolhida*, qual deve propiciar ações que levem os usuários a reconstruir seus vínculos enfraquecidos ou rompidos, visando a saída desses usuários da situação de risco social em que se encontram.

Desta maneira, a PNAS/2004 define a *proteção social especial* em dois níveis de atendimento:

*Média complexidade:* atende famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

*Alta complexidade:* garante proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário (BRASIL, PNAS, 2004, p. 22).

Depreende-se que *proteção social especial de média complexidade* atende famílias, grupos e indivíduos que tiveram seus direitos violados, porém não houve rompimento dos vínculos familiares. Assim, operacionaliza atendimentos especializados para a superação da violação e o fortalecimento dos vínculos familiares, juntamente com a rede de proteção social básica. O atendimento de usuários na *proteção social especial de média complexidade* é realizado na unidade estatal Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Já a *proteção social de alta complexidade* atua nos casos em que os direitos do cidadão já foram violados e os vínculos familiares foram rompidos, em que os indivíduos necessitam de apoio institucional integral. Assim, esse tipo de proteção é operacionalizada por instituições que realizam *acolhimento institucional*, como forma de atender integralmente as demandas e necessidades dos *usuários em situação de violação de direito*, em que os vínculos familiares e comunitários foram rompidos. No quadro 3 que segue, é possível verificar a síntese organizacional dos serviços preconizados na *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, que são ofertados pela Proteção Social Básica, bem como a discriminação da oferta da *proteção social especial*, conforme níveis de complexidade das ações.

<b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);</li> <li>2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</li> <li>3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</li> </ol>
<b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>	<b>Média Complexidade</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);</li> <li>2. Serviço Especializado em Abordagem Social;</li> <li>3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);</li> <li>4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;</li> <li>5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.</li> </ol>
	<b>Alta Complexidade</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Serviço de Acolhimento Institucional;</li> <li>7. Serviço de Acolhimento em República;</li> <li>8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;</li> <li>9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.</li> </ol>

### Quadro 3- Síntese da oferta da Proteção Social básica e especial no âmbito do SUAS

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2013.

Como é possível depreender do quadro anterior, os serviços socioassistenciais possuem especificações para cada nível de proteção social. É importante se ter essa clareza, das diferenciações do público prioritário, que nem sempre poderá ser atendido na *Proteção Social Básica* (PSB), pois, muitas vezes, a situação de vulnerabilidade e risco social já alcançou outros patamares (rompimento dos vínculos familiares) e, neste caso, a proteção social só será possível ser trabalhada na *Proteção Social Especial* (PSE). A intervenção de cada forma de proteção, ou de ambas, depende das necessidades dos contextos de prevenção ou da ocorrência de riscos e da complexidade dos danos sociais e do comprometimento do direito à vida e à sobrevivência que envolva indivíduos, famílias ou grupos sociais.

As *proteções afiançadas* (básica e especial) são operacionalizadas pela rede socioassistencial que segundo a NOB/SUAS (2005) é um:

Conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que oferecem e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (2005, p.94).

Outro aspecto importante que a PNAS (2004) trouxe foi a questão da *matricialidade sociofamiliar*. Para Couto *et al* (2012) essa é uma noção que muda a abordagem de indivíduo isolado para o *núcleo familiar*, isto é, entende este núcleo como mediação fundamental na relação entre sujeitos e sociedade. Para a autora, essa noção de *matricialidade sociofamiliar* é



um tanto polêmica, pois envolve uma concepção de família, o que exige se refletir: que tipo de família está se falando? Portanto, diante de diferentes arranjos e/ou configurações de família, a atenção oferecida na proteção social também deverá ser diferenciada.

Conforme Carvalho (2014), outro ponto que também merece a ser destacado sobre as *mudanças na gestão da política social*, a partir da constituição de 1988, é o processo de *descentralização*. Isto é, o processo em que o município passa a assumir papel central na implementação e oferta dos serviços sociais públicos que são básicos, sob a ótica de *direito dos cidadãos*. Essa proposta de descentralização está ancorada em:

“[...] ideias de democratização da gestão pública, que afirma o compromisso com a equidade no acesso e usufruto dos serviços emanados das políticas, e participação proativa da sociedade civil, compondo assim, um pacto e condições de governabilidade” (CARVALHO, 2014, p. 41).

De acordo com Silva (2010), foi nessa mesma década, ou seja, nos anos de 1990, que se disseminou o uso da expressão *gestão social*, sob a perspectiva *multidisciplinar*, a qual se constituiu objeto da intervenção profissional *do Serviço Social* brasileiro, desde a sua gênese na década de 1930. Embora, de acordo com a autora, tenham-se verificado diferentes abordagens sobre *a gestão social*, tributárias de projetos societários oponentes:

[...] o conservadorismo católico sob a pretensa equidistância entre o liberalismo e o socialismo; [...] a consolidação da sociabilidade burguesa em diferentes estágios (o “espírito social” do empresariado das primeiras décadas do século XX, o controle social estacionarista, o desenvolvimentismo, a modernização conservadora da ditadura militar, a reforma e a contra-reforma da década de 1980, o projeto neoliberal); [...] e a perspectiva de questionamento e ruptura com os modelos dominantes de pensar a sociedade e suas influências na área profissional, buscando alternativas no âmbito de um projeto societário ancorado em valores democráticos de horizonte socialista (SILVA, 2010, p. 33).

Assim, de acordo com Silva (2010), a expressão *gestão social* ganhou relevância, mas em um contexto de reforma do Estado, sob a égide do pensamento neoliberal, o que para a autora equivaleu à transferência da *gestão social da esfera público-estatal* para a *esfera privada*, seja pela redução da ação do Estado, pela gestão compartilhada na forma de parcerias, pela transferência de responsabilidade ou, no caso de empresas, pela privatização, como ocorreu na década de 1990.

Foi nesse contexto, que embora com suas *contradições*, verificou-se *avanços significativos na gestão social*, uma gestão que estabeleceu: o controle social, a municipalização, a descentralização, a participação e a intersetorialidade.

No âmbito da *política de Assistência Social*, também se percebe que há avanços históricos como diz Bering (2006. P. 11):

Esse é um processo mais geral, mas que no Brasil adquire contornos específicos em função da novidade da assistência social como política de seguridade social e que só adquire corpo quando um governo do Partido dos Trabalhadores chega no nível federal do Estado Brasileiro. Desde 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, vem se realizando um choque de gestão e formulação nesta área antes marcada pelo eventual, pela benesse e pelo favor, tão criticados pela ampla literatura profissional desde o ano de 1985, com o texto inaugural Assistência na trajetória das Políticas sociais brasileiras [...].

Verifica-se que esse contexto de avanço na *gestão da política de assistência social* está diretamente vinculado ao estabelecimento da PNAS (2004) e a criação do SUAS (2005), cujas ações são ofertadas com o objetivo de implementar a proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo como base de organização dos serviços socioassistenciais, o território. Assim, visando à operacionalização da política de assistência social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabeleceu na NOB/SUAS (2005), os seguintes objetivos de gestão:

- I – Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II – Integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;
- III – Estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- IV – Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V – Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI – Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
- VII – Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

Verifica-se que o SUAS enquanto modelo de gestão da política de Assistência Social estabelece diretrizes que se coadunam com as mudanças mais gerais no âmbito da gestão das políticas sociais brasileiras (*gestão social*), com destaque para os princípios de: *descentralização, participação, controle social e intersetorialidade*.

Cumprido destacar, que é sobre a questão da *intersetorialidade* que esta pesquisa irá se deter, devido ser foco do objeto deste estudo. Essa *noção de intersetorialidade* só foi

incorporada à *gestão social* quando o Estado assumiu a *descentralização* como fundamental para a sua gestão, conforme problematiza os estudos de Faustino (2013):

A partir do processo de descentralização em desenvolvimento no país, a perspectiva da intersectorialidade passa a ganhar espaço no cenário local sendo, portanto, o município, o palco de sua tradução prática. Sendo assim este mesmo autor, anteriormente citado, destaca que a intersectorialidade está associada aos processos de descentralização, às demandas da população de um dado território e à discussão acerca da gestão das cidades. Para ele é com o processo de descentralização radical no interior dos municípios que a intersectorialidade ganha concretude (FAUSTINO, 2013, p. 3).

Autoras como Pereira e Teixeira (2013, p. 121) vão dizer que essa “noção de intersectorialidade surgiu ligada também ao conceito de *rede*, que emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços”. Nesta mesma direção, surge a discussão da “formação de rede de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos” (p.121).

Para Pereira e Teixeira (2013), o *processo de descentralização* se constituiu como precursor da intersectorialidade, pois a descentralização se propõe a transferir poder, especialmente ao poder municipal. Assim, a intersectorialidade emerge como uma estratégia de gestão integrada para fazer frente junto aos problemas sociais, visando garantir respeito à autonomia de cada ator envolvido no processo da gestão. Nessa percepção, “pela via da descentralização, cabe, principalmente aos gestores municipais, o papel de operacionalizar o desenvolvimento de ações intersectoriais no âmbito da gestão das políticas sociais” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 122).

A partir dos estudos de Nascimento (2010, p. 96), verifica-se que “a incorporação da intersectorialidade passou a ser requisitada à medida que não se atingem os níveis de eficácia, eficiência e efetividade esperados na implementação de políticas setoriais”. Por isso, a intersectorialidade ganhou espaço e passou a ser valorizada no âmbito das políticas públicas, uma vez que, por meio da utilização dos variados saberes técnicos se viabiliza a efetividade. Para Nascimento (2010, p.96), isso só foi possível porque “os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns”.

Desta feita, a *intersectorialidade* pode ser entendida como uma “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas, projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (INOJOSA, 2001 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p.122). Por isso mesmo, a

intersetorialidade mostra-se como uma nova lógica de gestão pública, que busca superar a fragmentação das políticas, considerando o indivíduo como um todo. Muito embora, acrescentam as autoras, que essa lógica se depare com a “resistência de grupos de interesse, uma vez que essa nova forma de atuar implica mudanças nas práticas e na cultura das organizações gestoras das políticas públicas” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p.122).

Neste mesmo sentido, concorda-se que a “intersetorialidade compõe os diferentes setores que constroem, de forma conjunta e pactuada, um projeto integrado destinado a alcançar objetivos mais amplos” (GARAIAU, 2013, p. 4).

Contudo, é necessário entender que as diretrizes expressas por meio de parceria, integração, ação em conjunto “podem não levar a uma atuação intersetorial que considere a interdisciplinaridade, mas tão somente às disciplinas envolvidas que possam garantir a execução e a implementação da política” (GARAIAU, 2013, p. 106). Assim, toda implementação de políticas públicas deve ser acompanhada de um planejamento com algumas características importantes para as ações terem maior impacto, conforme citação a seguir:

Esse planejamento inclui a identificação de determinantes, envolvimento dos sujeitos implicados no processo e a formulação de intervenções estratégicas que transcendam as ações setoriais e impactem diferentes dimensões do problema em um processo técnico e político (BURLANDY, 2014 *apud* GARAIAU, 2013, p. 4).

Isto significa que para haver de fato *intersetorialidade* não basta o caráter de parceira, de conexão, mas de fato, uma construção conjunta que inclua planejamento, identificação de determinantes, envolvendo os sujeitos que serão impactados com os processos, bem como estratégias que transcendam às ações setoriais, para assim, gerar resultados sinérgicos em situações complexas, como salientam alguns autores.

Dessa maneira, a *intersetorialidade* “supõe não apenas o diálogo ou o trabalho simultâneo entre os atores envolvidos, e sim a busca por resultados integrados” (INOJOSA, 2001 *apud* GARAIAU, 2013, p.4). O referido autor destaca ainda que a *intersetorialidade* deve ser entendida como uma *nova estratégia de gestão da administração pública*.

Garajau (2013), a partir dos estudos de Junqueira (1999), sinaliza que a relação entre a participação, a descentralização, o controle social, e a própria intersetorialidade tem a possibilidade de efetivação quando:

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e

de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social (JUNQUEIRA, 1999 *apud* GARAJAU, 2013, p. 4).

É nesse sentido, que a “intersectorialidade apresenta-se como uma perspectiva inovadora na política pública para a condução e operacionalização dos serviços ofertados, e para a reorganização da gestão, viabilizando uma nova relação entre o município e os gestores” (GARAJAU, 2013, p. 5). É sob esta ótica de abordagem que a noção de *territorialidade* surge como peça fundamental para que a *intersectorialidade* seja efetivada, pois deve-se considerar que “as peculiaridades locais e o envolvimento dos seres sociais que compõem as tramas dessas relações, trazendo sua singularidade e subjetividade, implicados como sujeitos no processo de gestão” (GARAJAU, 2013, p. 5). Acrescenta ainda a autora que a partir da efetivação dos processos sociais, podemos almejar a condução de um novo projeto societário.

Sobre o *conceito de território*, Nascimento e Melazzo (2013) destacam em seu trabalho a Norma Operacional Básica - NOB-SUAS/2005<sup>12</sup>, como marco-normativo para essa discussão, pois foi por meio dela que mudou a lógica de organização, gestão e provisão no campo das ações continuadas de assistência social. Essa lógica tem como principal tarefa aproximar os cidadãos e localizá-los, evidenciando territórios com maiores incidências de vulnerabilidade e riscos para a população. Assim, na *gestão do SUAS* entende-se que:

O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 53).

A respeito do *conhecimento do território*, Koga e Nakano (2005) explicam que há uma “necessidade de compreender as particularidades de cada território e incorporar a abordagem territorial na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas” (*Idem*, p. 68 *apud* NASCIMENTO e MELAZZO, 2013, p. 70) Por isso, as autoras acrescentam ainda que é “fundamental pensar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder” (*Ibidem*).

---

<sup>12</sup> Norma Operacional Básica - NOB-SUAS/2005 - consagra os eixos estruturantes para a realização do *pacto de gestão* a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil.

Entretanto, muitas das vezes o debate da territorialização é reduzido, quando se enfatiza apenas a lógica da localização e de proximidade, “compreendendo que os serviços sociais, ao serem implementados próximos ao cidadão, podem antecipar respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social pró-ativa” (NASCIMENTO e MELAZZO, 2013, p.71). Assim, entende-se que o território significa muito mais que uma dimensão reduzida à localização e proximidade. Para Saquet (2009) território significa:

[...] articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo (SAQUET, 2009, p. 88 *apud* NASCIMENTO e MELAZZO, 2013, p. 77).

Desta maneira, de acordo com Nascimento e Melazzo (2013, p. 77), a cidade é:

[...] palco de relações e de uma grande diversidade de ações que nela atuam segundo interesses diversos, é possível pensar que ela não é homogênea em vários aspectos e, portanto, seus vários lugares não devem ser tratados da mesma forma (*Ibidem*).

Por isso, deve-se entender que a cidade é “um território múltiplo, como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva”. Nesta mesma direção de abordagem, Koga e Alves (2010, p.71) destacam que o *território* se configura como um *elemento relacional* presente na dinâmica do cotidiano da vida das populações. Por isso, pelo fato do “território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial”.

É no bojo desse processo que Koga e Alves (2013) consideram como essencial a *inserção do território como elemento fundamental para contribuir na realização do acesso da população aos serviços de proteção social básica e especial*, por meio, sobretudo, dos *serviços socioassistências*. Esses serviços na prática se efetivam por meio do CRAS, dentro de determinados territórios, a fim de proteger os sujeitos das vulnerabilidades e risco social. Assim, o CRAS é a forma que o poder público tem de se aproximar desses lugares, ou seja, “é o reconhecimento do território enquanto: vida, por isso necessita de proteção para a sua existência” (p. 77). Sendo assim, a dimensão territorial na lógica do SUAS deve:

[...] fortalecer a lógica de proteção social, enquanto direito de cidadania, voltada para a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais, de modo a fortalecer os vínculos sociais e a capacidade de participação política, para além de uma localização ou proximidade do CRAS, apenas. Isto não significa, entretanto, que o CRAS não seja importante. Trata-se de um equipamento público fundamental que

deve garantir a presença dos direitos sociais, de maneira descentralizada, como unidade de possibilidades de acesso aos direitos de proteção social e de efetivação da cidadania, e como referência no atendimento da população local, reconhecendo os diferentes processos que, em múltiplas escalas, ali se cruzam (NASCIMENTO e MELAZZO, 2013, p. 85).

Sobre a citação anterior, é importante ressaltar que embora a política pública se configure territorialmente, sendo aí articulada, isso não significa que deva se restringir “à imposição ou transposição de uma lógica política administrativa para os territórios, mas deve ser baseada no reconhecimento das capacidades coletivas dos territórios enquanto espaços de vida e vivência com características políticas, econômicas e culturais” (NASCIMENTO e MELAZZO, 2013, p.85).

Portanto, essas categorias (território, intersetorialidade e descentralização) são chaves para que se possa entender a *lógica de gestão* do SUAS, sobretudo no bojo de uma política que pretende romper com políticas setorializadas e com a tradição histórica de fragmentação dos atendimentos (PEREIRA e TEIXEIRA, 2013).

Neste sentido, é necessário entender a conexão entre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e a Política Nacional de Juventude, desvelando como se tornou prioritária a integração entre essas políticas, tendo como marco-histórico referencial, o primeiro *Plano decenal da Assistência Social (2005-2015)*, que tinha como uma de suas metas: “*promover a integração das ações da política da juventude com os CRAS, consolidando o acompanhamento das famílias desses jovens (Idem, 2005-2015)*”. A intenção é realizar uma discussão sobre a intersetorialidade entre as referidas políticas, destacando como se efetiva, sobretudo, por meio da articulação dos territórios.

## 2.2 O Programa Projovem Adolescente: fatores determinantes da unificação ao SCFV

A iniciativa de criar o Projovem foi considerada pelo governo e pela sociedade civil um importante avanço em termos de política pública para a juventude. Acompanhado dessa deliberação está também a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)<sup>13</sup> que é um

---

<sup>13</sup> O Conselho Nacional de Juventude, ao lado das conferências nacionais de juventude, constitui-se em um dos principais espaços de participação social dos jovens na proposição e no controle social de políticas públicas. Este conselho é responsável por elaborar a Política Nacional de Juventude, a partir de subsídios gerados pelas conferências, bem como de encontros e seminários que articulam o debate conjunto em torno das políticas de juventude entre pesquisadores, militantes de grupos juvenis e integrantes de instituições governamentais (Silva e Macedo, 2016, p. 23).

“órgão consultivo e propositivo, com a atribuição de articulação entre o governo e a sociedade civil” (SILVA e MACEDO, 2016, p. 23).

A criação deste foi uma iniciativa emergencial voltada aos jovens excluídos da escola e do trabalho. Todavia, desde a sua criação o programa geral passou por modificações e reformulações, em que se destaca a de 2008, que por meio da Lei nº 11.629 (de 10 de junho de 2008) ampliou a faixa etária para o público de 15 a 29 anos, criando quatro modalidades do Programa: 1) Adolescente – Serviço Socioeducativo; 2) Urbano; 3) Trabalhador; e 4) do Campo – Saberes da Terra.

Dentre essas modalidades, este estudo tem como foco de análise o *programa Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo*, que foi coordenado pelo então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS<sup>14</sup>, atualmente Ministério do Desenvolvimento Social, tendo como público-alvo os jovens de 15 a 17 anos, proveniente de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e, também, jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI ou, ainda, jovens que estão sob medida de proteção ou socioeducativa, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cabe ressaltar, que como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade *Projovem Adolescente* foi constituído um comitê, sob a coordenação do antigo MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiras, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). E em 2013, as ações do *PJA* foram unificadas ao SCFV, no âmbito do processo chamado de reordenamento do SCFV.

Antes de iniciar a discussão sobre o reordenamento do SCFV, cabe ressaltar de maneira sucinta o que as diretrizes presentes na *tipificação dos serviços socioassistenciais*, definem, conceituam e caracterizam o Serviço. Nesse sentido, conforme resolução de nº 109, de 11 de novembro de 2009, que normatizou e o padronizou em todo território nacional os serviços de proteção social básica e especial. Desta feita, a tipificação elucida os conteúdos essenciais dos serviços socioassistenciais, isto é, o público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das

---

<sup>14</sup> A medida provisória de Nº 726, de 12 de maio de 2016, alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Desta feita, conforme artigos II ficaram transformados alguns ministérios, entre eles, no VI- o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.



provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

Destaca-se que o foco das ações do SCFV é a oferta de atividades de *convivência e socialização*, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social. Com a aprovação da *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (2009), o SCFV foi organizado por faixa etária (Crianças até 6 anos Crianças; Adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos, e pessoas idosas). Couto *et al* (2013, p. 63) salientam que a PNAS (2004) estabelece que a assistência social deve ser vista como “proteção social não contributiva, que aponta para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais”.

Deste modo as ações do SCFV são realizadas por meio de espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros; do estímulo e orientação dos usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território; da organização por percursos, conforme as especificidades dos ciclos de vida, das trocas culturais e de vivências; do incentivo a participação comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território. Por isso, são objetivos do SCFV:

Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas; desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; promover a socialização e convivência (BRASIL, MDS, 2013, p.3).

Conforme o MDS (2013), no âmbito da Proteção Social Básica, além da oferta do *Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)*, oferta-se o *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Sendo assim, de acordo com o MDS (2013) conceitua-se como SCFV, o serviço que é realizado em grupos, organizado a partir de percursos inerentes a cada ciclo de vida (por faixa etária e/ou intergeracionais), com objetivo de prevenir possíveis situações de risco, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários. O SCFV tem como referência de ação os ciclos de vida familiar, pois estes têm estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento das pessoas que os compõem.

É imperativo destacar as normativas legais do processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Primeiro, a *Portaria do MDS Nº 134, de 28 de novembro de 2013* que dispôs sobre o cofinanciamento federal do SCFV, por meio do *Piso Básico Variável - PBV*. Segundo, a *resolução nº 01, de 7 de fevereiro de 2013*, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que dispôs sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social, que pactuou os critérios de partilha do cofinanciamento federal, as metas de atendimento do público prioritário e deu algumas providências.

De acordo com o MDS (2013), os municípios e o Distrito Federal, a partir desse reordenamento, têm de planejar a oferta do serviço de acordo com a demanda local, ou seja, organizar o atendimento de acordo com o público daquele território e as suas especificidades. Assim, a intenção deste reordenamento foi de garantir a continuidade do serviço, potencializando a inclusão dos usuários identificados nas denominadas situações prioritárias, essas que estão definidas na Resolução CIT nº 01, de 7 de fevereiro de 2013. Conforme o Art.3º da presente resolução, as referidas situações prioritárias para inclusão no SCFV são as *crianças, adolescentes e pessoas idosas*, que estão:

- I- Em situação de isolamento;
- II – Em situação de trabalho infantil;
- III – Em vivência de violência ou negligência;
- IV- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V - Em situação de acolhimento;
- VI - Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII - Egressos de medidas socioeducativas;
- VIII – Em situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- IX- Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- X - Crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI – Em vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (MDS, 2013, p.2).

De acordo com a Portaria 134 do MDS (2013), desde a publicação foram extintos os pisos específicos que cofinanciavam o serviço socioeducativo do PETI (PVMC-PETI), o Projovem Adolescente (PBVI) e o Serviço de Proteção Básica para idosos e/ou crianças (PBVII). Cabe ressaltar, que cada um destes pisos extintos possuía uma origem de financiamento distinta, resultando num quadro de diferenciação de repasses entre os municípios e o DF.

Essa decisão foi tomada tendo como parâmetro as dificuldades existentes devido as diferentes origens do recurso, com regras específicas de cofinanciamento que eram diferenciadas por faixa etária e com sistema próprio de acompanhamento, o que resultava em

um alto custo de manutenção do Serviço, agravado pela burocratização e fragmentação na oferta. O MDS (2013) explica que os municípios e o DF não possuíam flexibilidade para utilizar os recursos dos pisos para o atendimento de outras situações de vulnerabilidade existentes no território, de acordo com as características locais. Para exemplificar, resalta-se os recursos do PETI que eram destinados, exclusivamente, para atender crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil. Assim como o recurso do PJA que cofinancia apenas serviços para adolescentes de 15 a 17 anos.

Por isso, a presente pesquisa buscou avaliar os impactos das mudanças de gestão que unificaram os recursos e as ações do Programa Projovem Adolescente ao SCFV sobre a oferta da proteção social básica para a juventude em Manaus.

Couto *et al* (2012) destacam em seu estudo que a PNAS (2004) também foi inovadora no que tange a questão do financiamento. Primeiro porque rompe com a *lógica do convênio*, estabelecendo o *cofinanciamento* pautado em *piso de proteção social* básica e especial, e em repasses fundo a fundo, a partir de *planos de ação*. Esse cofinanciamento é adotado também conforme os princípios democráticos de participação, obedecendo:

As prerrogativas legais da Política de Assistência Social, que deve primar pela participação, transparência, descentralização político-administrativa e controle social. Os fundos de Assistência Social são assim, *locus*, privilegiados para a gestão do financiamento da política pública nas três esferas de governo (COUTO *et al*, 2012, p. 67).

Desta maneira, a Portaria 134 do MDS (2013) explica que o SCFV é *um único serviço*, e por isso os três pisos de cofinanciamento (PBVI: PBII; e PVMC/PETI) foram a ele unificados, transformando-se em *Piso Básico Variável - PBV*, isto é, os municípios e DF passam a receber *um único repasse (piso) trimestral* pela execução do serviço. Informações oficiais do governo, a partir dessa portaria, salientam que esta ação corroborou com o disposto na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* que se encontra na Resolução do CNAS de nº 109/2009. Segundo essa resolução, o SCFV diferencia-se dos demais serviços da Proteção Social Básica, porque oferta atividades contemplam quatro faixas etárias: 0 a 6 anos; 6 a 15 anos; 15 a 17 anos; e acima de 60 anos.

Cumprido destacar, que atendendo às Resoluções nº 33 e 34 de 28 de novembro de 2011, do CNAS, no dia 11 de março de 2014, o Conselho recomendou adequações na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* referente à inclusão das faixas etárias de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Portanto, atualmente o serviço atende a criança, o adolescente, o jovem, o adulto e o idoso.

Ainda sobre os pisos anteriores (PBVI, PBVII e PVMC), conforme a Portaria 134 do MDS (2013), estes eram repassados em contas próprias. Após o reordenamento, com a extinção destes, o cofinanciamento do SCFV, vem sendo repassado em *piso único* (PBV), com conta única aberta pelo FNAS. Dessa maneira, a Portaria 134 do SCFV define em seu Art. 5º que o cofinanciamento federal será calculado com base na *capacidade de atendimento* do município e do Distrito Federal.

Para o MDS (2013), no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, o reordenamento representa um grande avanço, pois fortalece a consolidação e organização do serviço socioassistencial voltado às crianças, aos adolescentes e as pessoas idosas, fortalecendo o princípio da gestão descentralizada.

A questão da *matricialidade sociofamiliar* também é importante de ser entendida no âmbito do reordenamento do SCFV, pois a matricialidade sociofamiliar considera a intervenção social por ciclos de vida e o desenvolvimento de atividades por faixa etária e/ou intergeracionais, dos quais ocorrem na família. Assim, este reordenamento do SCFV visou garantir a qualificação da oferta, na medida em que teve como objetivos:

1. Equalizar a oferta do SCFV (uniformizar);
2. Unificar a lógica de cofinanciamento, independente da faixa etária;
3. Planejar a oferta de acordo com a demanda local;
4. Garantir serviços continuados;
5. Potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias;
6. Facilitar a execução do SCFV, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros (MDS, 2013, p.3).

Depreende-se que para o então governo na época do referido reordenamento do SCFV, esse processo significou uma mudança de gestão importante para o avanço da proteção básica no SUAS, que visou qualificar a oferta do SCFV, por meio da unificação do cofinanciamento independente de faixa etária. Outra questão defendida nesse reordenamento é a busca de um planejamento de ações de acordo com a demanda local, que efetivamente venha garantir serviços continuados, mediante otimização de recursos materiais, humanos e financeiros. Portanto, *o ordenamento é visto como uma mudança de gestão positiva*, que visa potencializar a inclusão de usuários identificados nas situações prioritárias de atendimento no SCFV. Este estudo tem como objetivo desvelar como essas mudanças de gestão, trazidas a partir deste reordenamento, contribuíram para a proteção básica da Juventude em Manaus, tendo como foco a análise do PJA.

Assim, cabe ressaltar que o *Projovem Adolescente*, como já salientado, é uma das modalidades de um programa maior, que juntamente com as demais, visava realizar um

enfrentamento incisivo em questões sobre a juventude. Por isso, é importante salientar, de forma mais abrangente, quais eram os objetivos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (*Projovem*). Conforme o Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008 que regulamenta essa política, os referidos objetivos estão discriminados da seguinte forma:

- I - Complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária;
- II - Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional;
- III - Elevar a escolaridade dos jovens do campo e da cidade, visando à conclusão do ensino fundamental, integrado à qualificação social e profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias; e
- IV - Preparar o jovem para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda (BRASIL, 2008, p.2).

Em consonância com esses objetivos mais abrangentes do *Projovem*, também foram criados objetivos gerais e específicos particulares para cada modalidade, de acordo com especificidade. Neste estudo, cabe destacar os objetivos do *PJA* somente, devido ao programa constituir-se como objeto desta pesquisa. Sendo assim, de acordo com a Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009 do MDS, que normatiza o *PJA* no âmbito da Assistência Social, apresenta-se o seguinte *objetivo geral*: “complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional” (BRASIL, 2009, p.1). Já os *objetivos específicos* estão elencados a seguir:

- I - Promover a convivência social entre os jovens e destes com suas famílias, grupos sociais diversos, instituições e organizações públicas e privadas, ampliando e qualificando suas redes de sociabilidade e apoio;
- II - Desenvolver potencialidades e estimular aptidões e talentos, promovendo a autoestima, a autodeterminação e a autonomia dos jovens;
- III- Ampliar as referências culturais dos jovens, por meio da geração de oportunidades de acesso e fruição de bens culturais, do estímulo à criação e à produção artística e cultural, bem como pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira;
- IV - Promover a saúde dos jovens, por meio do compartilhamento de conhecimentos e informações sobre saúde sexual, direitos reprodutivos, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso abusivo de drogas, incentivando a prática do autocuidado e do cuidado com o outro;
- V - Promover o acesso ao esporte e ao lazer a partir dos valores de solidariedade, cooperação mútua e de satisfação das necessidades humanas;

VI - Estimular a reflexão sobre a relação entre ser humano e natureza, contribuindo para a construção de uma visão crítica e proativa sobre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;

VII - Ampliar nos jovens suas referências sobre valores éticos e humanos e quanto ao respeito e à valorização das diversidades culturais, étnico-raciais, intergeracionais e das diferentes orientações sexuais;

VIII - Desenvolver a capacidade de discernimento diante de situações de risco, reforçando nos jovens a não violência e a cultura de paz, bem como tornar conhecidas as instâncias de recurso no caso de ocorrência de situações de risco pessoal e social;

IX - Ampliar o conhecimento dos jovens sobre o território onde vivem, as ocorrências de vulnerabilidades e riscos, as potencialidades, seus direitos e deveres de cidadania e os serviços públicos disponíveis;

X - Promover a preparação dos jovens para o mundo do trabalho, por meio da apropriação de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e reconhecimento de aptidões e interesses, com vistas à construção de um projeto pessoal e/ou coletivo de futuro profissional;

XI - Promover a inclusão dos jovens no mundo digital, desenvolvendo suas competências comunicativas e capacidades cognitivas, afetivas e de sensibilidades ético-estéticas;

XII - Estimular a participação cidadã dos jovens e o protagonismo no desenvolvimento de ações coletivas de interesse social no território, exercitando o seu potencial de transformar a realidade em que vivem (BRASIL, 2009, p. 2).

O conhecimento desses objetivos é fundamental para a compreensão do *objeto desta pesquisa*, tendo em vista que a intenção desta investigação científica foi de responder a seguinte indagação: *Quais os resultados da unificação das ações e recursos do Programa Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV em Manaus?*

Por isso, torna-se prioritário, neste tópico, destacar quais foram os fatores determinantes da unificação do *PJA* ao *SCFV*. Ao se realizar a pesquisa documental foram identificados alguns documentos do governo federal que dão pistas desse processo, o que nos possibilitou compreender que o reordenamento do *SCFV* que mudou as regras de repasse de financiamento de alguns pisos. Esta mudança constava como uma das metas de gestão que o governo federal tinha na época, sobretudo a partir das deliberações das conferências nacionais de Assistência Social, que marcaram a criação do primeiro *Plano Decenal da Assistência social*. Esse plano teve como um dos objetivos a *estruturação* do *SUAS*, sendo uma deliberação que implicou diretamente na *unificação do PJA ao SCFV*.

Ao se analisar o texto publicado em 2007 a respeito do *Plano Decenal da Assistência Social* (2007), que foi intitulado: “*SUAS Plano 10*”, verifica-se que nesse plano constam as

metas do governo federal (de 2007 a 2010) para o *aprimoramento do Suas*, sendo uma resposta efetiva à V Conferência, qual teve como tema: “*SUAS-Plano 10: Estratégias e Metas para a Implementação da Política Nacional de Assistência Social*”. É possível verificar que algumas metas, ações e propostas vão implicar diretamente na Unificação. Nesse sentido, cabe destacar a primeira pista desse processo, que são as referidas metas da V Conferência Nacional de Assistência Social:

- Consolidar a política de assistência social como direito do cidadão, a partir de discussão e consenso nacional quanto ao decálogo dos direitos socioassistenciais;
- Construir a maior unidade possível quanto ao conteúdo da política de assistência social entre os entes federativos, gestores, sociedade civil e organizações, usuários e demandatários da proteção social de assistência social;
- Aprovar a estratégia nacional para adotar a unidade de nomenclatura no funcionamento da rede socioassistencial, hierarquizada em proteção social básica e especial, em todas as cidades e estados do país até o final de 2006;
- Aprovar compromisso nacional com a meta decenal SUAS – 10, com objetivo de consolidar o padrão básico do SUAS em todos os municípios brasileiros nos próximos 10 anos;
- Dimensionar as medidas necessárias a serem adotadas para os municípios de pequeno, médio, grande porte e metrópoles para os estados e Distrito Federal e União para consolidarem o padrão básico do SUAS até 2015 em todo o Brasil;
- Aprovar um pacto de metas e compromissos entre sociedade civil e entes gestores para consolidar o SUAS no território nacional nos próximos 10 anos;
- Aprovar o compromisso da política de assistência social, através do SUAS, com o desenvolvimento social do cidadão brasileiro na busca da concretização das metas sociais do milênio e das políticas sociais setoriais, em particular as de seguridade social e os programas de desenvolvimento e inclusão social, como “Fome Zero” e “Bolsa-Família”;
- Estabelecer diretrizes para a política de recursos humanos necessários para a consolidação do SUAS (BRASIL, 2007, p. 6-7).

Essas metas da V Conferência foram desdobradas, ainda, em metas qualitativas, quais foram construídas após esse processo de consulta e deliberação, que teve pleno respaldo do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a saber:

1. Universalizar a atenção da política de assistência social;
2. Qualificar e expandir o SUAS e, nele, a rede socioassistencial;
3. Obter equidade no acesso aos direitos sociais neles incluídos os derivados da política de assistência social;
4. Alcançar o salto de qualidade necessário para consolidar o controle social na política e sua gestão;

5. Ampliar o domínio público da política;
6. Instalar os espaços de defesa dos direitos socioassistenciais;
7. Alcançar a relação entre fins e meios na gestão, regulação, recursos humanos e financiamento da assistência social. Obter plena regulação da política instituindo suas normas e leis, sujeitas à arbitragem e sanções;
8. Instituir regime de financiamento da política de assistência social no Brasil alcançando todas as instâncias de gestão. Alcançar a centralidade dos Fundos na gestão do financiamento da política;
9. Efetivar modelo preventivo na política de assistência social, eliminando, reduzindo e monitorando riscos (BRASIL, 2007, p. 7).

Para atender as metas e dar respostas à V Conferência, criou-se o *Pacto do Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal*<sup>15</sup> no âmbito do SUAS. Este pacto se constitui em uma celebração de compromissos entre o Gestor Estadual e do Distrito Federal, com o Gestor Federal. Assim, este pacto visou à:

[...] adequação dos órgãos executivos estaduais e do Distrito Federal ao pleno exercício da gestão da assistência social no seu âmbito de competência. A gestão estadual, diferentemente da dos municípios, não é classificada por níveis, entretanto, a NOB/SUAS define as responsabilidades, os requisitos de comprovação e os incentivos para este tipo de gestão. São considerados na elaboração do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal os seguintes elementos: as metas estabelecidas pela V Conferência Nacional de Assistência Social e pelas Conferências Estaduais e do Distrito Federal, respeitado o princípio da gradualidade que fundamenta o SUAS – Plano 10; o estágio de organização da gestão e da implementação do respectivo Sistema Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social; as prioridades nacionais para aprimoramento da gestão estadual e do Distrito Federal do SUAS, pactuadas no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); as prioridades estaduais para aprimoramento da gestão do SUAS, pactuadas no âmbito das respectivas Comissões Intergestores Bipartite (CIB); os incentivos para aprimoramento da gestão estadual e do Distrito Federal previstos na NOB/SUAS (BRASIL, 2007, p. 16-17).

O pacto ainda prevê um *acompanhamento e a avaliação anual* que tem por objetivo observar o cumprimento de seu “conteúdo e a efetivação dos compromissos assumidos entre os entes federados para a melhoria contínua da gestão, dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Assistência Social, para adequação gradativa aos padrões estabelecidos nas normativas do SUAS” (BRASIL, 2013, p. 1).

---

<sup>15</sup> O *Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS*, previsto na NOB/SUAS 2012, é o instrumento pelo qual se materializam as prioridades e as metas nacionais no âmbito do SUAS, e se “constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Assistência Social” (BRASIL, 2013, p.1).



Ainda na pesquisa documental, na perspectiva de avançar nas pistas sobre o processo de unificação, foram consultados os relatórios de Informação (RI) sobre o *Pacto de Aprimoramento do SUAS*, dos dois últimos anos, que se referem respectivamente a 2013 e 2014. Esses são os únicos que estavam disponíveis no *site* da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), até o momento da pesquisa. No referido *site* constam as informações de todos os estados e municípios brasileiros, no caso desse trabalho foi acessado o relatório sobre a pactuação do município de Manaus. No quadro a seguir é possível visualizar a meta que está diretamente relacionada com o reordenamento do SCFV, no âmbito da proteção básica de Manaus.

<b>Meta: Incluir 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 2014</b>	
<b>Prioridade: Reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</b>	
<b>Especificação</b>	
Detalhamento:	Reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a meta de atingir percentual de inclusão de 50% (cinquenta por cento) do público prioritário no serviço
Meta (6):	Incluir 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -
Indicador:	Taxa de inclusão do público prioritário
Como o indicador é calculado?	Taxa de inclusão do público prioritário no SCFV = Total de usuários prioritários cadastrados no SISC/Total de vagas confinanciadas
Fonte de informações para calcular o indicador:	SISC/Out-dez 2014
Vigência do pacto:	2014 a 2017

**Quadro 4 - Meta do Município de Manaus no que tange ao Reordenamento do SCFV**

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), 2014.

No quadro 4, é possível verificar a meta de número 6 do pacto, que se trata da inclusão de 50% do público prioritário no SCFV- na cidade de Manaus. Neste quadro também se verifica, de forma detalhada, o *processo de reordenamento na gestão do município*, em que constam os indicadores que foram adotados para realizar tal pactuação, o tempo em que os dados foram acessados e, por fim o tempo de vigência do pacto.

Ao se analisar o *relatório sobre a gestão de Manaus*, identificou-se que a meta foi de incluir 50% do público prioritário no SCFV até 2014, elemento que determina a organização do reordenamento, o que se configura em consequência da Unificação do PJA. Assim, o município de Manaus aceitou o reordenamento por meio da Resolução de nº11, de 20 de junho de 2013. Essa resolução foi deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que dispôs sobre o Termo de Aceite do reordenamento do SCFV. Essas

informações foram publicadas na edição 3200, do ano XIV, do Diário Oficial do Município de Manaus, em 2 de junho de 2013.

O relatório de 2014 sobre o Pacto de Aprimoramento do SUAS no município de Manaus, caracteriza a situação do município em 2014, no que tange ao SCFV. Desta maneira, o relatório evidencia: a quantidade de vagas cofinanciadas; o quantitativo de atendimentos a ser realizado; a quantidade de usuários prioritários cadastrados no SISC<sup>16</sup>; a meta que o município precisa atingir quanto ao público prioritário; a taxa de inclusão; a situação em relação ao alcance (apuração) da meta; e estabelece um período para o alcance da meta. Esses dados podem ser visualizados, de modo mais claro no quadro 5 a seguir:

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO – 2014	
Meta do município:	Incluir 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Quantidade de vagas cofinanciadas para o SCFV:	7230 vagas
Quantidade de usuários prioritários cadastrados no SISC:	721 usuários
Quantidade de usuários prioritários que precisam ser cadastrados para atingir a meta:	3615 usuários
Taxa de inclusão do público prioritário nas vagas do SCFV:	10%
Situação do município:	Meta ainda não alcançada
Prazo máximo para alcance da meta:	2017

**Quadro 5 - Situação do Município em 2014 em relação à meta de atendimento do SCFV**

FONTE: Secretaria de Gestão e Avaliação da Informação - Sagi, 2014.

Pode-se perceber, analisando o quadro 5, que há uma disparidade na quantidade de vagas com recurso disponível e quantidade de pessoas cadastradas no SISC, e para alcançar isso ainda se estabelece uma quantidade de usuários esperados para o alcance da meta, que dependendo da realidade pode ser de fácil alcance, mas, também, poderá ser um gargalo para a gestão, devido a outros determinantes, como por exemplo, a falta de recursos humanos para viabilizar o trabalho. Pode-se perceber ainda que a taxa de inclusão é bem baixa, sinalizando assim que a meta municipal não foi alcançada em 2014.

A gestora municipal responsável pelo SCFV, em entrevista concedida por meio da pesquisa de campo, relata sua percepção a respeito da ampliação na oferta da proteção social básica após o reordenamento de 2013. E no que se refere a essa percepção, ela explicita que a meta do município ainda não foi alcançada conforme deliberação da pactuação, sendo que

<sup>16</sup> Sistema de Informações do Serviço de Convivência (SISC) – é uma ferramenta de gestão do SCFV para o seu acompanhamento e monitoramento. Por meio dele, também a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realiza a aferição dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal (Rede Suas, 2017).

esta pesquisa foi realizada no início de 2017. Portanto, já havia passado dois anos desde 2014, quando o município ainda não tinha alcançado a meta, e apresentava um percentual bem baixo do esperado. Entretanto, a gestora considera um importante progresso nesses dois últimos anos, embora a meta ainda não tenha sido alcançada, conforme é possível verificar na citação a seguir:

Antes a gente atendia 500 famílias, hoje nós temos 3.400 participantes, então no mínimo aí a gente atende mais de 2.000 famílias, então assim, ampliou muito, é uma proporção... mas se você pensa assim, ah! Vocês ainda não conseguiram atingir, se for olhar só por questão de meta, tá. Ninguém conseguiu atingir, mas hoje a gente já atingiu muitas famílias, porque é assim, é uma questão que ficou focado muito no atendimento do CRAS também, um CRAS atende 1.000 mil famílias, o município de Manaus é de um porte alto não é um porte pequeno, não dá para se comparar com um porte de metrópole, é claro que a gente precisa atender mais o público, entendeu. Mas que aumentou isso, aumentou bastante o nosso público (Entrevistado A, Pesquisa de Campo, 2017).

Depreende-se da informação da gestora, que a gestão do município de Manaus tem a clareza de que não atingiu a meta estabelecida pelo pacto de aprimoramento do SUAS. Entretanto, há o entendimento de que estão caminhando para esta direção, muito embora tenham dificuldades concretas nos CRAS, que representam desafios para dar respostas às metas estabelecidas no pacto. O município ainda não alcançou o público prioritário de maneira ampla, mas conseguiu avançar em termos de famílias atendidas e até mesmo no quantitativo, quando se compara com o relatório de 2014.

Pode-se concluir, que as determinações do processo de unificação do *PJA* ao *SCFV* se referem às *decisões de gestão* intimamente ligadas ao *aperfeiçoamento* e *melhoria* da *PNAS* e, conseqüentemente, ao *aprimoramento* do *SUAS*, que é o sistema de gestão em que se efetiva a política. O tópico seguinte abordará o contexto do reordenamento do *SUAS*, em que irá se deter, sobretudo, na caracterização das ações, buscando elucidar como estão sendo realizadas, quais as principais dificuldades, e como essas dificuldades influenciam na vida dos sujeitos (jovens) que são usuários da proteção social básica, no âmbito do CRAS.

### 2.3 As ações de proteção básica voltada para os jovens no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Manaus: a visão dos orientadores sociais e usuários dos CRAS pesquisados

Este tópico tem como objetivo caracterizar as ações de proteção social básica ofertada à juventude de 15 a 17 anos que frequentam os CRAS na zona leste e zona norte da

cidade de Manaus. Ter-se-á como referência para a análise as diretrizes da *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*.

De acordo com a *Tipificação*, os grupos do SCFV devem privilegiar o desenvolvimento de ações intergeracionais e com heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. O serviço possui também articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com a finalidade de promover o cumprimento ao atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo o que preconiza a LOAS e a PNAS sobre a *matricialidade sociofamiliar*.

Assim, observa-se que *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* normatizou que o SCFV fosse organizado por faixa etária, com o objetivo de prevenir possíveis situações de risco inerentes a cada ciclo de vida. Desta maneira, o SCFV está organizado nas seguintes faixas etárias: Crianças até 6 anos, Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos, jovens e adultos de 18 a 59 anos (esta modalidade foi recentemente criada por meio da resolução do CNAS Nº 13, de 13 de maio de 2014<sup>17</sup>) e Pessoas idosas. Por ser o foco deste estudo, cabe destacar o *objetivo das ações do SCFV oferecido para juventude de 15 a 17 anos*, a saber:

Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público (BRASIL, MDS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013, p. 15)

Cada ciclo de vida preconizado na *Tipificação* tem um objetivo a ser atingido, cabe destacar nesse trabalho também os objetivos específicos das ações aos jovens de 15 a 17 anos, conforme a *Tipificação*:

---

<sup>17</sup> Inclui na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2014, p.1).

- Complementar as ações da família, e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social; - Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (BRASIL, MDS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013, p. 17).

Para realizar a caracterização das ações voltadas para os jovens no SCFV em Manaus, essa pesquisa buscou obter a percepção de dois segmentos de sujeitos da pesquisa de campo: no primeiro segmento, buscou-se conhecer a experiência dos *orientadores sociais* que realizam a ação juntos aos jovens; já no segundo segmento, buscou-se conhecer a *percepção dos jovens* sobre a PSB ofertada a eles, tendo como recorte a questão do reordenamento de 2013, cabe ressaltar que foram entrevistados três (03) orientadores sociais, dois do CRAS Alfredo Nascimento, e um (01) do bairro Jorge Teixeira, os orientadores estão graduando o curso de Serviço Social, do CRAS Alfredo Nascimento estão há seis meses no serviço e do CRAS Jorge Teixeira está trabalhando no CRAS há um ano e meio. No que tange a Juventude seu perfil será evidenciado no capítulo 3. E todos eles ganham menos de 1 salário mínimo.

Dessa maneira, neste tópico serão apresentados os seguintes itens: 1) principais atividades socioeducativas realizadas com o Jovens; 2) suficiência de materiais para realização das atividades; 3) continuação da *metodologia/Projovem* adolescente; 4) mudanças a partir de 2013 referentes à satisfação dos jovens pelas atividades que participam. Entretanto, antes de adentrar na análise propriamente dita, cabe ressaltar brevemente o que é a metodologia Projovem Adolescente, visto que se trata de uma pesquisa que está estritamente ligada ao PJA, mesmo que atualmente ele esteja ligado ao SCFV, sua história e características no discurso oficial do governo foram apenas unificadas ao SCFV. Deste modo, segue uma citação explicando o que é a metodologia do PJA:

É uma construção teórico-prática que expressa concepções de mundo, de sociedade, de juventude e de políticas públicas e que estruturam propostas e ações práticas de intervenção socioeducativa com os jovens. A ação socioeducativa buscada no Projovem Adolescente é compreendida como uma “intervenção formadora, deliberada, planejada e participativa que cria situações desafiadoras que estimulam a capacidade reflexiva e crítica dos jovens e os orienta na construção e reconstrução de suas vivências na família, na escola, na comunidade e na sociedade, contribuindo para o processo de formação de sua identidade pessoal, de futuro profissional e de cidadão” (Projovem Adolescente/Traçado Metodológico, 2009, p.24).

As questões evocadas no Traçado Metodológico do PJA estão contempladas sobretudo na pesquisa a partir da percepção dos jovens de 15 a 17 anos, bem como a caracterização das ações, pois buscou-se conhecer se elas de fato contemplam e são ofertadas aos jovens conforme preconizado no Traçado, principalmente depois da unificação do PJA ao SCFV. Mas de modo geral, o que se busca apresentar neste tópico do trabalho é uma descrição das ações ofertadas aos jovens na PSB, seja do território do CRAS do bairro Alfredo Nascimento ou no CRAS do bairro Jorge Teixeira.

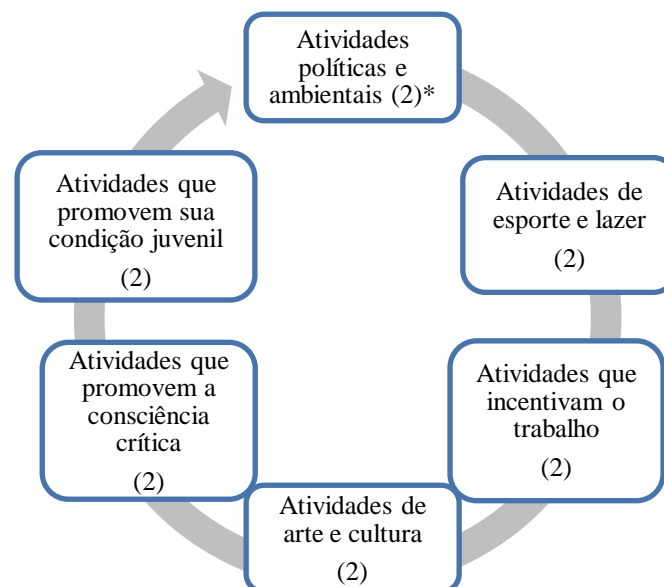
Conforme a *Tipificação Nacional* (2009), as atividades oferecidas no SCFV para jovens de 15 a 17 anos devem obedecer a três tipos de segurança: 1) *segurança de acolhida*; 2) *segurança de convívio familiar e comunitário* e 3) *segurança de desenvolvimento da autonomia*. Para Sposati (1995 *apud* Couto *et al* 2012), “os serviços de proteção social devem ser um conjunto de seguranças que cubram, reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais” (*Idem*, p. 65), e ainda “necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários” (*Ibidem*). Conforme a PNAS (2014), as seguranças a serem garantidas são:

- *Segurança de Sobrevivência*: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem Fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos;
- *Segurança de Convívio*: através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências sócio-educativas, lúdicas, sócio-culturais, desenvolvidas em rede de núcleos sócio-educativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, conforme suas características e necessidades;
- *Segurança de Acolhida*: através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso a trabalho sócio-educativo;

- *Defesa Social e Institucional*: os serviços de proteção básica e especial devem ser organizados de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. São direitos socioassistenciais a serem assegurados na operação do SUAS a seus usuários: Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, por parte de todos os serviços socioassistenciais, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos; Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade, sendo-lhes garantidos os seguintes procedimentos; Direito à informação sobre o funcionamento dos serviços, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas; Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses; Direito do usuário à oferta qualificada de serviço; Direito de convivência familiar e comunitária (BRASIL, PNAS, 2004, p. 24).

No que tange às atividades oferecidas nos CRAS pesquisados, buscou-se saber se os orientadores realizam atividades que são exigidas para o público de 15 a 17 anos, a partir da *segurança de desenvolvimento e autonomia*. Assim, foram elencadas nove atividades, a saber: Atividades políticas e ambientais, de esporte-lazer, intergeracionais, coletivas e comunitárias, atividades que incentivam o trabalho, de arte-cultura, atividades que promovam a consciência crítica, atividades que promovam a comunicação e a inclusão digital e atividades que valorizam sua condição juvenil.

Nesse sentido, conforme pesquisa de campo (2017) as atividades oferecidas à juventude em vulnerabilidade e risco social nos CRAS do Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira, são:



**Figura 3 - Principais atividades socioeducativas realizadas no CRAS Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira**

\* O número (2) significa que a atividade vem sendo desenvolvidas em ambos CRAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

É possível afirmar que em relação às atividades intergeracionais, apenas no CRAS Alfredo Nascimento é que são desenvolvidas, mas somente em um grupo. Outra questão a destacar é que nenhum dos dois CRAS realiza atividades comunitárias, e somente o CRAS Jorge Teixeira realiza atividades que promovem a comunicação e a inclusão digital. A partir das atividades que foram verificadas em desenvolvimento, também se perguntou quais eram os temas mais abordados nos grupos, divididos em quatro dimensões: Social, Cultural, Político e Ambiental. Conforme pode ser verificado no quadro 6, que segue:

Social	Cultural	Ambiental	Político
Diversidade (2)	Cinema (2)	Educação ambiental (2)	Democracia (2)
Machismo (2)	Teatro	Coleta seletiva (1)	Participação (2)
Aborto (2)	Música	Hortas (1)	Direitos e deveres (2)
Identidade de gênero (2)	Leitura (2)	Mobilizações (1)	Organização (1)
Sexualidade (2)	Valorização da cultura local (2)		Políticas Públicas (1)
Prevenção às drogas (2)	Dança (1)		
Gravidez (2)			
Violência (2)			
Racismo (1)			

**Quadro 6 - Dimensões - Social, Política, ambiental e cultural - das principais atividades realizadas com os jovens de 15 a 17 nos bairros Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira**

\* O número (1) significa que o tema é abordado apenas em um CRAS, e o número (2) significa que o tema vem sendo abordado em ambos CRAS.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A ideia dessa sistematização do quadro 6 foi de selecionar os principais *direitos da juventude* para verificar de que forma eles eram preconizados nos temas das atividades desenvolvidas dentro do SCFV, já que política desse serviço se propõe a fortalecer os jovens, a partir de sua condição de risco e vulnerabilidade social. Por isso, buscou-se identificar os principais temas trabalhados nas ações e/ou atividades.

É possível verificar no quadro 6, que grande parte dos temas envolvendo questões ambientais, sociais, políticas e culturais são tratadas em ambos CRAS pesquisados. Contudo, cabe destacar as diferenças, tendo em vista que no CRAS Alfredo Nascimento o tema ambiental ainda é muito incipiente com algumas ações de educação ambiental. Já nas questões políticas, neste CRAS ainda não são trabalhados temas como: organização e políticas



públicas. Entretanto, o CRAS Jorge Teixeira trabalha todos os temas, mesmo com as dificuldades sinalizadas nas narrativas dos orientadores sociais entrevistados (ver quadro 7).

Assim, em relação à forma de realização das ações do SCFV, a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* salienta que para cada *ciclo de vida* deva ter uma forma de provisão para a aquisição dos materiais, isto é, significa que é necessário ter recursos materiais e pedagógicos suficientes para o bom andamento do serviço, de forma garantir a efetivação da ação, de modo que venha alcançar os objetivos pretendidos.

Antes de iniciar a apresentação dos quadros que trazem a síntese dos resultados das entrevistas, cabe destacar a *lógica de apresentação*. Sendo assim, no lado esquerdo dos quadros a serem apresentados consta a categorização das narrativas dos entrevistados e, do lado direito, serão transcritos alguns trechos das narrativas dos entrevistados. Cabe destacar, também, que será apresentado entre parêntese um número destacado na coluna esquerda dos quadros (referente à categorização do conteúdo das narrativas), o qual indica o quantitativo de narrativas que se direcionam para o mesmo sentido de percepção (categoria), cuja opinião do entrevistado tornou-se categoria relevante para esta análise.

Dessa forma, no quadro 7 constam as percepções dos *orientadores sociais* do CRAS Alfredo Nascimento e do Jorge Teixeira a respeito da disponibilidade de materiais suficientes para a realização das ações com os jovens. Para garantir a confidencialidade das informações dos sujeitos de pesquisa, as suas narrativas estão identificadas com os números 1, 2, 3, conforme o CRAS de origem dos orientadores.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos Orientadores Sociais dos CRAS Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira
Satisfatório (2)*	Sim. Eu vejo assim. Que hoje pelo menos ao meu ver eles têm bastante assim... tem o local, tem o material, tem livros, emborrachados, assim, o que a gente precisa tem. A gente faz o ofício lá (Entrevista/Orientador Social 1/Alfredo Nascimento). Sim, isso a gente não pode dizer que não tem (Entrevista/Orientador Social 2/ Alfredo Nascimento).
Insatisfatório (1)*	Não, porque é assim, aqui a estrutura já é ruim de trabalhar aqui no CRAS Jorge Teixeira, tu estás vendo a sala, se eu colocar aqui todo o físico, todo o bruto que está na pajela não cabe aqui, deveria ser diferenciado o local de atendimento criança, porque se eu faço um espaço lúdico, muito lúdico aqui eu não vou chamar atenção dos adolescentes, porque fica muito infantil... a gente tem que usar praticamente o que a gente tem (Entrevista/Orientador Social 3/ Jorge Teixeira).

**Quadro 7 - Percepção dos orientadores sociais a respeito da suficiência de materiais para realização do trabalho com os jovens**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Percebe-se nas informações sistematizadas que há uma satisfação quanto aos materiais, sobretudo no Alfredo Nascimento. Mas há uma insatisfação no Jorge Teixeira, por duas razões: o orientador social utiliza somente o que tem disponível no CRAS, o que gera uma insatisfação, porque é como se o profissional trabalhasse com o “que tem”, e a segunda razão da insatisfação se deve as limitações na estrutura do CRAS que não dispõe de espaços adequados para realizar as atividades, gerando uma insatisfação relacionada aos espaços inadequados para as faixas etárias, ou seja, não há condições para realizar atividades com crianças, no mesmo local em que se realiza serviço para adolescentes, uma vez que são públicos diferentes e possuem necessidades diferenciadas. Essa insatisfação está centrada, principalmente, na *oferta de estrutura* do CRAS, que não está preparada para o trabalho com diferentes *ciclos de vida*, dificultando a realização de determinadas ações e, conseqüentemente, oferecendo serviço inadequado para o público esperado.

Uma questão importante que se pensou pertinente para esta pesquisa, foi verificar se nos respectivos CRAS haviam dado seguimento a *metodologia do PJA* no SCFV, dado que para o MDS ele foi apenas unificado, isto é, não perdeu suas características. Para isso, o quadro 8 apresenta a sistematização da percepção dos *orientadores sociais* a respeito desse processo de continuação.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos Orientadores Sociais dos CRAS Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira
Desconhecimento sobre a metodologia Projovem (2) *	Não soube responder (Entrevista/Orientador Social 1/Alfredo Nascimento). Não soube responder (Entrevista/Orientador Social 2/Alfredo Nascimento).
Conhecimento da metodologia Projovem (1)*	Sim, porque assim. Se fosse só o serviço em si, não tinha como, porque quer sim, quer não tem uma ligação do projovem com eles, um influencia o outro, se eu deixar de utilizar alguns métodos que eram usados no projovem vai ficar sem graça aqui para eles... a gente tenta unir o projovem junto com o serviço os métodos, mas não que o projovem esteja adentrando diretamente no serviço, porque o serviço também sua política (Entrevista/Orientador Social 3/Jorge Teixeira).

**Quadro 8 - Percepção dos orientadores sociais sobre a continuação da metodologia Projovem**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Com base nesse quadro, observa-se que dois *orientadores sociais* do CRAS Alfredo Nascimento responderam que desconhecem a metodologia do PJA, e apenas 1 orientador, do CRAS Jorge Teixeira, salientou que conhece os procedimentos do PJA. Em entrevista, esta orientadora revelou que já trabalhou em um outro CRAS na cidade de Manaus. E por isso, salientou que a união do SCFV foi fundamental, se não em sua percepção o mesmo ficaria

monótono. Para este orientador é necessário a referida *metodologia*, pois colabora para: “seduzir os jovens a continuarem no serviço”. Nesse sentido, seria importante a retomada do percurso metodológico do PJA, mesmo que o serviço, tenha a sua própria política. Já os orientadores do Alfredo Nascimento desconhecem a metodologia, visto que ainda estão há apenas 6 meses no CRAS, e por isso declararam desconhecem a *metodologia do PJA* no SCFV.

Para aprofundar a discussão evidenciada no quadro 8, é possível analisar a narrativa da *gestora do SCFV*, em sua concepção se opera a metodologia, mas não como era antes, de acordo com ela, se manuseia dessa maneira:

Sim, a gente ainda utiliza os cadernos do projovem não com aquela, vamos te dizer, como se aquilo fosse aquelas orientações fossem engessadas, só com foco naquilo, não, a gente vai com foco nos temas a serem trabalhados dependendo da realidade daquele grupo, daquela comunidade. A metodologia, por exemplo, que a gente vai atender os adolescentes lá da zona lesta não vai ser a mesma, muitas vezes vai depender da realidade para zona oeste (Entrevistado 1, pesquisa de campo, 2017).

Conforme a *gestora do SCFV*, as orientações do *PJA* deixavam as ações engessadas e com apenas um foco, para ela é melhor trabalhar com temas de acordo com a demanda do grupo, e não como está no traçado metodológico do *Projovem*. Cabe ressaltar, que a maneira do traçado responde a um processo, que visa uma conexão nas ações, das quais possuem uma intencionalidade. Para a gestora é melhor trabalhar um tema, conforme a necessidade do grupo, agindo de acordo com realidade de cada grupo.

Cumprе relembrar, com base na discussão apresentada anteriormente, que o referido serviço (SCVF) também tem como finalidade formar o jovem a partir de algumas dimensões. Entretanto, neste estudo, advoga-se que a *metodologia PJA* era mais ampla e tinha maior descrição das ações, pois não mostrava somente o objetivo, mas oferecia um caminho, com detalhamento minucioso metodologicamente, isto é, oferecia um “saber/fazer”. Entende-se que deixar de não usar a *metodologia* gera amadorismo, ações pontuais e inacabadas, salvo se forem planejadas. Cabe destacar também, que não existe um traçado metodológico que oriente o trabalho com os jovens no SCFV, tem apenas documentos que pontuam as ações, mas que não oferecem pistas detalhadas a respeito da metodologia.

O quadro 9 a seguir destaca as narrativas dos *jovens entrevistados* sobre a percepção de encontrar no serviço um lugar agradável para se desenvolver como pessoa, isto é, *buscou-se apreender dos jovens se eles gostam das ações ofertadas pelo SCFV*. Esse dado é importante, pois se os jovens gostam do serviço, em tese, não deveriam evadir, e os

profissionais lançariam menos mão da busca ativa, como estratégia para trazer os jovens de volta ao serviço, e com isso reduziria a rotatividade que é um gargalo para estabelecer um processo de transformação e acompanhamento desses jovens. Assim, a busca ativa seria suprimida, uma vez que, concretamente não há profissionais suficientes nos CRAS que possam realizar a busca ativa, embora seja uma estratégia essencial para o trabalho na Assistência Social.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos Jovens de 15 a 17 anos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Gostam de participar em brincadeiras e dinâmicas ( 2)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque eu acho legal. Participar das brincadeiras, das dinâmicas, é bem interessante, os filmes (Entrevistado/Jovem D/Jorge Teixeira);</li> <li>• Sim, Porque a gente vai lá para fora a gente brinca de bola, de queimada com os professores e isso é legal (Entrevistado/Jovem E/Jorge Teixeira);</li> </ul>
Gostam das Palestras (3)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque fala muitas coisas, tipo das drogas, o que ela faz de mal, o mal que faz em si, tipo fala sobre a violência sexual, essas coisas assim (Entrevistado/Jovem C/Jorge Teixeira);</li> <li>• Sim, porque é legal. Incentiva os jovens a não ficar nas drogas (Entrevistado/Jovem J/Alfredo Nascimento);</li> <li>• Gosto, porque faz eu pensar (Entrevistado/Jovem H/Alfredo Nascimento);</li> </ul>
Gostam dos Passeios (2)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque é legal ficar com os meninos aqui, por causa do passeio eles levam a gente para o passeio, visitar zoológico (Entrevistado/Jovem A/Jorge Teixeira);</li> <li>• Sim, porque eu conheço muitas coisas novas, porque eu visitei lugares que eu ainda não tinha conhecido (Entrevistado/Jovem L/Alfredo Nascimento);</li> </ul>
Gosta dos Filmes (1)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu gosto dos filmes (Entrevistado/Jovem F/Jorge Teixeira);</li> </ul>
Gosta do diálogo (1)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque a gente tem aquele diálogo (Entrevistado/Jovem M/Alfredo Nascimento);</li> </ul>
Gosta de fazer amizades (1)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, faço mais amigos (Entrevistado/Jovem B/Jorge Teixeira);</li> </ul>
Gosta porque afasta da rua (1)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gosto, porque me afasta da rua, eu ficava muito na rua brincando, fazendo as coisas, antigamente não era assim (Entrevistado/Jovem I/Alfredo Nascimento);</li> </ul>
Considera legal (1)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gosto, porque é legal (Entrevistado/Jovem G/Jorge Teixeira).</li> </ul>

**Quadro 9 - Percepção dos Jovens do CRAS Alfredo Nascimento e do Jorge Teixeira sobre a satisfação quanto às atividades que participam no SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ao se analisar o conteúdo das narrativas dos jovens entrevistados (12 sujeitos), verifica-se que todos responderam que gostam das ações realizadas no serviço, que se mostram bem diversas, tais como: apresentação de filmes, passeios ofertados, palestras e diálogos, ou simplesmente porque acham legal, isto é, apenas manifestaram a satisfação pelo

serviço recebido. Cabe destacar a importância das palestras, principalmente no que concerne ao tema de prevenção de uso de drogas pelos jovens.

Na discussão a ser apresentada no capítulo 3 desse trabalho, será possível verificar que todo o esforço do CRAS e da gestão, no que concerne às atividades, está focado na realização de passeios, o que leva à preocupação sobre a realização com qualidade de outras atividades. Cabe ressaltar, que a realização de atividades como esportes, jogos e educação ambiental encontram limites para a concretização na estrutura do CRAS (essa problemática foi identificada nos dois CRAS estudados).

E, por fim, cabe destacar a percepção da Jovem M do CRAS Jorge Teixeira, que vê o serviço como *espaço de diálogo*, salientando que o SCFV oferece um momento em que se pode tocar em assuntos que eles não teriam coragem de discutir em casa, ou melhor, na presença dos pais.

Porque a gente tem aquele diálogo, [...] eles fazem pergunta para gente que muitas vezes nossos pais não fazem com a gente, então aqui a gente tem esse diálogo. A gente fala de coisas aqui que muitas vezes nossos pais não têm condições ou muitas vezes não falam, não falaram alguma vez para nós dentro de casa. Mas aqui eles falam, tipo um assunto que minha mãe quase não fala comigo é sobre as drogas que a gente falou aqui semana passada (Entrevista, Jovem M, Pesquisa de Campo, 2017).

Nesse sentido, destaca-se a importância da realização do SCFV para estes jovens, pois para eles é uma opção, seja de se afastarem da rua, seja de diálogo, seja de aprendizagem. Em visita a campo, por meio da observação sistemática, foi possível verificar ainda que as cadeiras são inadequadas para realização de trabalho de grupo, pois não permitem uma utilização diversificada, dado que estão agregadas umas às outras, como se estivessem postas em uma recepção, o que lembra também o formato de sala de aula, e não uma roda de conversa, um encontro, um grupo de pessoas que estão no mesmo nível de aprendizagem.

É imprescindível ressaltar que as ações do SCFV não estão isoladas, elas fazem parte de um contexto com múltiplas determinações que entram em disputa, sobretudo nessa relação desigual entre capital e trabalho. Para Sposati (2003), o processo de retrocessos, marcado por interrupções, intervalos e incompletudes reforçam irracionalidades, que refletem no serviço, pois trata-se de uma *estratégia para manter o campo da proteção social instável*, de modo a ficar facilmente suscetível a sofrer ajustes em contextos de crises conjunturais e estruturais do capital. Tal situação contribuiu para uma maior capacidade de “reproduzir com mais celeridade a desigualdade, que separa os brasileiros entre si e impede a afirmação da universalidade da cidadania” (SPOSATI, 2013, p.655).

Diante deste contexto, de múltiplas determinações de interferências na forma de funcionamento do SCFV, na pesquisa se observou que sua operacionalização passa por dificuldades no desenvolvimento de suas ações, desde a insuficiência de materiais (detectada no CRAS Jorge Teixeira) para se trabalhar com os jovens, obrigando os trabalhadores dos CRAS a realizarem as ações com o que tem disponível na instituição. Contudo, *cabe questionar*: E quando não está disponível?; espera-se a boa vontade do poder público? Ou parte-se para o imprevisto? Ou tira-se do próprio bolso?

Identificou-se também que a Política de Assistência Social Municipal precisa avançar na efetividade da gestão em termos de *conhecimento do território*, para que de fato possa estar aonde os cidadãos se encontram dentro deste território. Apesar dos avanços, há, ainda, profissionais insuficientes para pensar e executar as ações junto aos jovens, embora haja esforço para que estes realizem as ações com o mínimo disponível no CRAS, muitas vezes. O que demonstra que a oferta das ações enfrenta múltiplos limites, e mesmo que as ações da PSB sejam puramente de *cunho socioeducativo*, seu descumprimento ou a falta de atenção para essa demanda aflige um direito fundamental preconizado na CF de 1988, que é o direito a *convivência familiar e comunitária*. Mas adiante no capítulo 3 será possível perceber essas diversas relações, sobretudo, a partir do reordenamento do SCFV que unificou as regras de cofinanciamento do PJA, a partir da percepção dos gestores, técnicos, orientadores que participam diretamente nos processos da Proteção Social Básica (PSB) em Manaus.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DOS RESULTADOS DA UNIFICAÇÃO DO PROJovem ADOLESCENTE AO SCFV: O CONTEXTO DO REORDENAMENTO EM MANAUS

Antes de apresentar os principais resultados da pesquisa de campo, faz-se necessário retomar o percurso metodológico. Deste modo, no primeiro tópico será realizada a explicação aprofundada dos procedimentos metodológicos realizados neste estudo. No que tange ao tópico II, será apresentado o perfil das juventudes de 15 a 17 que são atendidos nos CRAS Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira. A intenção é evidenciar as diversas facetas da pobreza multidimensional.

Nesse sentido, foi possível verificar dados ligados à família, desvelar indicadores de: renda, escolaridade, educação, moradia, cultura e participação desses jovens. Além de destacar a condição de vida desses jovens relacionada ao acesso ao transporte público, ao lazer, ao esporte, ao saneamento básico, bem como também destacar os riscos de violência intrafamiliar, comunitários e riscos às substâncias psicoativas. Buscou-se conhecer também a percepção dos jovens sobre o seu projeto de vida, isto é, identificar se eles têm esperança e resiliência em relação ao futuro, visando ampliar o olhar para além da pobreza entendida unicamente como *insuficiência de renda*.

Em seguida mostrar-se-á a percepção dos profissionais da política de Assistência Social sobre as *fortalezas e oportunidades, e as fraquezas e ameaças* que serão apresentadas e problematizadas no tópico III e IV, respectivamente. A análise foi empreendida a partir do instrumento de coleta de dados a *Matriz de análise – FOFA*, cujo objetivo foi apreender dos profissionais se de fato o processo de reordenamento contribuiu para a melhoria da proteção social básica da juventude atendida nos respectivos CRAS.

E por fim, o tópico V, realiza uma síntese de todo o processo de reordenamento, buscando analisar a respeito das melhorias e ampliações a partir da Unificação do PJA ao SCFV. Assim, a proposta é desvelar se esse processo contribuiu para ampliar e/ou melhorar a qualidade das ações socioassistenciais que são ofertadas aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

### 3.1 Detalhamento da trilha metodológica da pesquisa de campo

No que diz respeito à *abordagem junto aos sujeitos sociais da pesquisa*, foram realizadas entrevistas por meio de *instrumentais de natureza qualitativa*. Conforme estudos de Minayo (2004), a pesquisa qualitativa busca ter uma apreensão do objeto de estudo sob o prisma da análise do real, apreendido como um processo de totalidade em permanente mudança, em que os sujeitos sociais estão imbricados em suas relações históricas e contraditórias. Entende-se que a abordagem qualitativa busca explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações.

Os *sujeitos da pesquisa* foram divididos em três segmentos, a saber: Segmento de gestores da Proteção Social Básica municipal; Segmento dos operadores do SCVF; e Segmento dos usuários.

Os critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos podem ser acompanhados no quadro 10 a seguir, que detalha os referidos critérios.

Segmentos dos sujeitos da pesquisa	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Segmento de gestores da Proteção Social Básica municipal	<p><b>Coordenador (a) do departamento de Proteção Social Básica:</b> *Ser profissional que é responsável pelo departamento de Proteção Social básica municipal há pelo menos 6 meses.</p> <p><b>Gerente do SCFV:</b> *Exercer a função há mais de 6 meses.</p>	*Não ter tempo suficiente de trabalho para ter vivenciado o processo de reordenamento no âmbito do departamento ou da gerência, no que tange pelo menos 6 meses de experiência.
Segmento dos operadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCVF	<p><b>Técnicos:</b> *Ser responsável por pensar a execução das ações do SCFV nas unidades dos CRAS a serem pesquisadas; *Está mais de 6 meses no SCFV;</p> <p><b>Orientadores:</b> *Ser responsável pela execução das ações junto aos jovens; *Está acompanhando os jovens mais de 6 meses.</p>	<p><b>Técnicos:</b> *Não ter a experiência limite de 6 meses sobre o processo de reordenamento do serviço na unidade do CRAS e não conseguir responder pelas ações do SCFV.</p> <p><b>Orientadores:</b> *Não acompanhar os jovens por pelo menos 6 meses no CRAS.</p>
Segmento dos usuários	<p>*Ser jovem de 15 a 17 anos; *Participar do SCFV por pelo menos 6 meses.</p>	*Não participar do SCFV por pelo menos 6 meses e está fora da idade estabelecida pela pesquisa de 15 a 17 anos.

**Quadro 10 - Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2016.

Em relação à *amostragem dos sujeitos pesquisados* nos diferentes segmentos de sujeitos identificados anteriormente no quadro 10, destaca-se que foi aplicada uma



*amostragem não probabilística intencional*, entendendo, com base em Soriano (2004), que esse tipo de amostragem “[...] é utilizada quando é preciso ter casos que possam ser ‘representativos’ da população estudada” (*Idem*, 2004, p. 213), ou seja, aqueles que permitam fornecer *informações qualificadas* para o estudo do objeto de pesquisa traçado pelo próprio pesquisador. Desse modo, a quantidade de sujeitos abordada não visa realizar inferências estatísticas, mas compor a amostra a partir de critérios de inclusão dos sujeitos, entendendo que esses critérios permitem compor a amostra com sujeitos que têm informações qualificadas para o pesquisador alcançar os objetivos do estudo qualitativo.

A *quantidade de sujeitos entrevistados no segmento de usuários* diz respeito ao quantitativo de jovens que efetivamente estavam frequentando os grupos do SCFV. Diante disso, com o objetivo de equiparar as amostras dos jovens nos dois CRAS que são *locus* da pesquisa, decidiu-se igualar o quantitativo em dez (10) jovens para compor a amostra em ambos CRAS. Entretanto, a pesquisa finalizou-se com 7 jovens entrevistados no CRAS Jorge Teixeira e 5 jovens do CRAS Alfredo Nascimento, pois estes se enquadraram nos critérios de inclusão da pesquisa. Salienta-se a dificuldade de coletar os dados, pois o SCFV funcionava uma vez na semana, mas nem sempre ocorria os encontros semanais, devido a feriados, reuniões da equipe de referência ou atividades externas a unidade do CRAS.

E no que se refere ao *segmento de gestão*, destaca-se que não foi possível entrevistar a coordenadora do Departamento de Proteção Social Básica, pois ela não entrava nos critérios da pesquisa, e a partir de uma conversa formal com a mesma, ela explicitou que não tinha condições de falar a respeito do reordenamento. Por isso, nesse segmento foi abordada apenas a percepção da gestora que exerce o cargo de *gerente do SCFV* em Manaus.

No que se refere ao *segmento de operadores*, destaca-se que no CRAS Alfredo Nascimento apenas uma *orientadora social* não foi entrevistada, pois não atendia os critérios da pesquisa, e uma *técnica* que também não correspondia aos critérios da pesquisa. Já no CRAS Jorge Teixeira, apenas a *coordenadora do CRAS* não quis conceder entrevista, ainda que durante a pesquisa de campo, de janeiro a março de 2017, houve troca duas vezes de coordenação do referido CRAS. E os demais *orientadores* não atendiam aos critérios de seleção da pesquisa, por isso a pesquisa conta somente com um orientador dessa unidade.

Em síntese, no quadro 11 serão apresentados os sujeitos entrevistados, conforme o *locus* de pesquisa.

<i>Locus</i>	<b>Identificação</b>	<b>Função</b>	<b>Segmento de sujeitos</b>	<b>Quant.</b>
SEMMASDH	Gerente do SCFV	<b>Gestor</b>	Gestão	1
CRAS Alfredo Nascimento	Coordenador do CRAS	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Assistente Social	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Assistente Social	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Assistente Social	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Estagiário	<b>Orientador Social</b>	Operador	1
	Estagiário	<b>Orientador Social</b>	Operador	1
	Jovens de 15 a 17 anos	<b>Usuários do SCFV</b>	Usuários	5
CRAS Jorge Teixeira	Assistente Social	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Assistente Social	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Psicóloga	<b>Técnico</b>	Operador	1
	Estagiário	<b>Orientador Social</b>	Operador	1
	Usuários do SCFV	<b>Jovens de 15 a 17 anos</b>	Usuários	7
<b>Total de Participantes na Pesquisa</b>				23

**Quadro 11 - Locus e quantidade de sujeitos na pesquisa**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2017.

É possível verificar que foram realizadas 23 entrevistas, sendo 12 entrevistas com os *usuários* do SCFV dos CRAS *locus* da pesquisa. Em relação ao segmento dos *operadores* foram realizadas 10 entrevistas. Contudo, no segmento de *gestão* somente foi possível realizar uma única entrevista.

As entrevistas aplicadas aos *gestores* e *operadores* dos dois (02) CRAS *locus* da pesquisa foram estruturadas conforme a lógica da *Matriz de organização Comunitária FOFA* desenvolvida pelo MDA (2011). Essa matriz tem o objetivo de analisar os grupos organizados que pertencem a uma determinada comunidade, visando averiguar algumas questões para o fortalecimento organizativo, que se dá por meio da identificação, análise e visualização da situação dos grupos que fazem parte da comunidade. Dado isso, a referida matriz foi utilizada com o objetivo de levantar nas *percepções dos sujeitos da pesquisa* sobre o significado de: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças (as iniciais dessas palavras formam a sigla FOFA). Essa matriz permite a identificação do maior número possível de elementos referentes aos fatores internos e externos que influem na gestão de uma organização. No caso desta pesquisa, a intenção é identificar os pontos fracos e fortes das Unidades do CRAS decorrentes do processo do reordenamento do SCFV, o qual mudou as regras de cofinanciamento do SCFV e unificou o programa ao serviço.

Na utilização da lógica da Matriz FOFA neste estudo, as *fortalezas* serão entendidas como os fatores internos positivos que estão acontecendo no presente no SCFV, ou seja, são aos fatores que têm maior contribuição no bom desempenho das ações do SCFV, após a unificação do PJA ao SCFV. As *oportunidades* serão entendidas como as situações externas

que podem influenciar positivamente no desenvolvimento SCFV (ou seja, situações que podem ser benéficas à gestão do SCFV). As *fraquezas* serão discutidas como os fatores internos negativos da gestão do SCFV. E as *ameaças* são os fatores externos que podem influenciar negativamente no desempenho das ações ofertadas no SCFV.

No quadro 12, a seguir estão discriminados os eixos da Matriz FOFA que foram utilizados nesta pesquisa.

<b>Matriz FOFA adaptada para análise do SCFV</b>	
<b>F</b> <b>FORTALEZAS</b> Da unificação do projoem ao SCFV	<b>O</b> <b>OPORTUNIDADES</b> Da unificação do projoem ao SCFV
<b>F</b> <b>FRAQUEZAS</b> Da unificação do projoem ao SCFV	<b>A</b> <b>AMEAÇAS</b> Da unificação do projoem ao SCFV

**Quadro 12 - Adaptação da Matriz FOFA aos objetivos da pesquisa**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2016.

A aplicação dessa matriz, junto aos *técnicos e orientadores* (segmento dos operadores da política), permitiu obter *informações qualitativas* importantes sobre as *ações de proteção social básica*, que são desenvolvidas no SCFV para os jovens.

A técnica utilizada para analisar os dados obtidos nas entrevistas foi à *análise de conteúdo*. A respeito dessa técnica, Dencker (2001, p. 179) afirma que “consiste em classificar em categorias os elementos de um texto ou de uma comunicação que se quer analisar”. Nesta mesma direção Bardin (1977, p. 42) diz que a *técnica de análise de conteúdo* consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Desse modo, os resultados da sistematização e análise de conteúdo das narrativas dos entrevistados foram apresentados em quadros, em que na primeira coluna (lado esquerdo) foram destacadas as categorias elaboradas após a análise do conteúdo das entrevistas.

### 3.2 Perfil dos jovens usuários do SCFV entrevistados nos CRAS pesquisados em Manaus: A percepção dos jovens sobre a colaboração do SCFV para o seu projeto de vida

Para apresentação do perfil dos jovens adolescentes de 15 a 17 anos, pensou-se necessário uma breve discussão conceitual sobre adolescência. Desta maneira, Silva e Oliveira (2016) destacam que a adolescência é uma etapa muito importante de desenvolvimento na vida dos indivíduos, pois é nessa faixa etária que acontece: “a perda definitiva da condição de criança, que implica a finalização de um processo de desprendimento que começou no nascimento” (ABERASTURY e KNOBEL, 2008 *apud* SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 295).

Entretanto, Silva e Oliveira (2016, p. 295) salientam também que grande parte da literatura sobre a questão da adolescência vai focar esse assunto, em diferentes pontos de vista, como: “atenção principalmente nas mudanças provocadas pela puberdade, com destaque para a aceleração e a desaceleração do crescimento físico, a mudança da composição corporal, a eclosão hormonal e a evolução da maturação sexual”. É salutar destacar que apesar das inúmeras definições sobre o tema da adolescência, para as autoras é certo que se trata de um período “que merece atenção e cuidado em vista de mudanças, riscos e oportunidades que encerra” (SILVA e OLIVEIRA, 2016, p. 295). As referidas autoras ainda acrescentam que essa faixa etária está reconhecida na Constituição brasileira, em seu art. 227 que preconiza:

[...] assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...] (BRASIL, 1988, art. 227).

Este artigo responsabiliza ainda a família, o Estado e a sociedade pela garantia dos direitos sociais na infância e na adolescência. Nesse sentido, o perfil que se expressa na *condição de vida dessa juventude* torna-se importante para esta pesquisa, pois é uma etapa da vida que está em plena mudança. E com isso existe a necessidade de proteção, dado que nessa faixa etária, os indivíduos estão mais suscetíveis à desproteção social. Por isso, neste tópico se busca trazer à tona o perfil da condição de vida dos jovens entrevistados, a partir do contexto marcado pela pobreza (multidimensionalidade), em que se visa evidenciar: as dificuldades vivenciadas pelos jovens, o perfil de suas famílias, o acesso aos serviços sociais públicos, no

sentido de desvelar às facetas da desproteção social (vulnerabilidades e risco social) vividas por essa juventude.

A pesquisa se apoiou em algumas questões fundamentais para traçar o perfil dos entrevistados. Assim, categorizou-se em três dimensões: primeira, a *condição de vida da família*; segunda, a *identificação das vulnerabilidades sociais* vivenciadas pelos jovens, no que tange ao acesso a serviços sociais públicos (Saúde, Educação, acesso ao transporte público, saneamento básico, ambiente, lazer e participação); a terceira, a exposição a alguns *riscos sociais*, como: riscos à violência intrafamiliar, de violência na comunidade e riscos ao uso de psicoativos. E, por fim, na quarta dimensão, a pesquisa também buscou identificar se eles têm *esperança no futuro*, e para responder essa questão buscou-se apreender a *percepção dos jovens sobre seu projeto de vida*, visto que este estudo entende a pobreza em sua perspectiva multidimensional.

No que tange aos dados preliminares, antes de adentrar na análise da condição de vida dos jovens, propriamente dita, cumpre destacar: a idade, o gênero, grau de escolaridade, a origem e se moram com os pais. De acordo com o Censo de 2010, há no Brasil 51,3 milhões de jovens, que em termos de equivalência populacional se equivale a cerca de  $\frac{1}{4}$  da população do país. Para a pesquisa *Agenda Juventude* (2013, p.10) “este arco de idade se justifica pela extensão do período de transição que constitui a etapa juvenil marcada na atual conjuntura histórica por trajetórias relativamente longas, intermitentes e muitas vezes não lineares de formação, inclusão e autonomia”. Nesta pesquisa, foca-se o grupo de jovens entre 15 a 17 anos, e entende-se que compreender este grupo é importante para dar respostas às situações que podem ocorrer especificamente nessa trajetória.

Conforme, o universo estudado, 42% (n= 5) dos jovens tem 15 anos, 42% (n=5) tem dezesseis anos e apenas 17% (n=2) tem 17 anos. Em termos comparativos de idade ter-se-á o mesmo quantitativo de jovens entre 15 e 16 anos, participando do SCFV, e em menor quantidade o grupo que possui 17 anos. Entrevistou-se jovens de 4 grupos de SCFV dos CRAS, 2 em cada unidade. Sabe-se que o serviço ampliou o acesso em relação às idades, diferente do PJA, que podia atender somente jovens de 15 a 17 anos. Assim, é possível perceber atualmente no serviço que há muitos adolescentes de 12 a 14 anos, e até crianças apresentando 11 anos de idade, por exemplo, que também participam do serviço, embora não estarem representados nesse trabalho estatisticamente, é importante sinalizar esta existência. Desta maneira, mostra-se, de fato, que a unificação permitiu o processo de ampliação da faixa etária, pois a política recomenda priorizar, chamado, *público prioritário*.

No que se refere à *identificação de gênero* dos jovens que participam do SCFV, 67% (n=8) é do gênero masculino e 33% (n=4) do gênero feminino. Apesar da amostra desta pesquisa evidenciar que é majoritária a presença do gênero masculino, nas visitas de campo no CRAS se observou que é bem paritária a participação de homens e mulheres adolescentes no serviço.

Em relação à *escolaridade dos jovens*, 50% (n= 6) estão no ensino fundamental, 50% (n=6) estão cursando o ensino médio. Com efeito, a maioria dos jovens têm entre 15 e 16 anos, e se a metade deles ainda está cursando o ensino fundamental (50%), sinaliza que eles estão retardatários em relação aos jovens que regulamente vão terminar o ciclo do ensino médio com 17 anos de idade. Destaca-se que há jovens na pesquisa que têm 17 anos, mas que ainda estão no primeiro ano do ensino médio, isso significa que esse grupo vai terminar essa etapa dos estudos aos 19 anos, sendo que a idade adequada para o término do ciclo básico escolar é entre 15 a 17 anos. Conforme dados do Boletim da Educação do Ipea de 2014, isso decorre devido a alguns determinantes, como: a repetência, o abandono escolar e atraso para acessar a escola.

Na pesquisa pode-se identificar a *questão da repetência* como um determinante do atraso dos jovens para a não conclusão correta do ciclo escolar. Pois, 58% (n=7) afirmaram ter repetido alguma série. E apenas 42% (n=5) fizeram todas as séries sem repetência, mas demoraram a ingressar na escola, e com isso acabaram atrasando seu ciclo escolar. Por essa razão, pode-se concluir que a repetência é um dos determinantes que tem atrasado os jovens de 15 a 17 anos, entrevistados nessa pesquisa, isso significa que 50% deles estão cursando o ensino fundamental com idade entre 15 e 16 anos.

O Boletim do Ipea de 2014 aponta que embora tenha aumentado o acesso à escola, e, por isso, a consecutiva elevação da escolaridade dos jovens, é notório perceber que os indicadores ainda refletem uma realidade insatisfatória, diante do que deveria ser, isto é, o jovem com 15 anos de idade já deveria ter completado o ensino fundamental com apenas oito anos de estudo. Já um jovem com idade entre 15 e 17 anos deveria apresentar entre 8 e 11 anos de estudos. E aqueles com mais de 8 anos de estudo já deveriam possuir, no mínimo, o ensino médio completo, que corresponde a 11 anos de estudos. A partir desse dado, pode-se inferir que os jovens pesquisados ainda não completaram 8 anos de estudos e não vão terminar os estudos dentro do ciclo adequado, acirrando, assim a desigualdade.

Com efeito, acerca da *escolaridade*, estendendo a análise para a família dos jovens, foi possível averiguar na pesquisa que também grande parte dos membros familiares 60%

(n=33) estão no ensino fundamental e apenas 22% (n=12) conseguiram finalizar a etapa do ensino básico. Esse dado pode ser visualizado na tabela 2, que traz a frequência absoluta e relativa em relação aos graus de escolaridade dos membros da família dos jovens. Esses dados sinalizam a *vulnerabilidade familiar dos jovens*, pois dificilmente os pais ou qualquer membro familiar, que tenha um grau de escolaridade baixo, irá acessar o mercado de trabalho com facilidade, pois hoje existe um sistema altamente seletivo, que separa os qualificados dos não qualificados, e escolaridade baixa vem sendo entrave para acesso às oportunidades de empregos melhores, dado que se tem uma sociedade capitalista excludente e desigual, como estudado no primeiro capítulo desta pesquisa.

<b>Grau de Escolaridade dos Membros da Família</b>	<b>F.a</b>	<b>F.r %</b>
Nunca estudou	1	2%
Alfabetizado	1	2%
Fundamental Incompleto	33	60%
Fundamental Completo	1	2%
Médio Incompleto	7	13%
Médio Completo	12	22%
Total	55	100%

**Tabela 2 - Grau de escolaridade dos membros da Família**

FONTE: Pesquisa de campo, 2017.

Na análise da condição de vida dos jovens entrevistados, também foi levado em consideração o local onde nasceram, e se verificou ainda se eles moram com os pais. Entende-se que ser migrante atualmente nessa sociedade pode gerar uma série de riscos e, também, não morar com os pais ou ter uma família desprotegida pode representar determinantes de riscos e vulnerabilidade social.

Conforme o universo estudado, há um significativo percentual de jovens, 75% (n=9) que nasceram na cidade de Manaus e um percentual de 25% (n=3), respectivamente são os que nasceram no interior do Estado (Manacapuru, Canutama) ou veio de outro estado como o (Pará). Em visita de campo, por meio de entrevistas, os jovens ainda sinalizaram que moram no bairro desde quando eram crianças, isto é, todas as famílias residem desde a formação do bairro, isto é, no processo de ocupação, o que significa que a luta por moradia faz parte da história da família, e que há muito tempo vivem em situação de vulnerabilidade de risco social, ao ponto de ocupar terras para garantir a moradia e, com isso, melhores condições de vida.

Em relação à situação de morar com os pais, 83% (n=10) disseram que moram com os pais, e 17% (n=2), disseram não morar com os pais. Nota-se que a maioria mora com os pais, isso não faz com que os jovens sejam menos vulneráveis. Os que disseram não morar com os pais, o motivo apresentado é que os pais estão separados.

No que se refere à *Moradia*, que foi a primeira dimensão da análise da questão da condição de vida dos jovens atendidos pelo SCFV, se buscou levantar nove (9) itens, a saber: bairro onde moram; zona da cidade; quantidade de pessoas em casa; tipo de moradia; se a casa pertencia a família; onde a casa estava localizada; quantidade de cômodos na casa; e quanto tempo moram no bairro.

No primeiro item, identificou-se que os jovens atendidos no CRAS Jorge Teixeira e no Alfredo Nascimento são moradores, em sua maioria, do próprio território que leva o nome do CRAS. Desta maneira, cumpre destacar os bairros que compõem o território de cada CRAS. Deste modo, o CRAS Alfredo Nascimento abrange os seguintes bairros: Nossa Senhora de Fátima II, Cidade de Deus, Fazendinha, Aliança com Deus. Já o CRAS Jorge Teixeira abrange: Jorge Teixeira I, II etapa, comunidade santa Inês, Nova Floresta, Ramal do Brasileirinho e Ramal do Ypiranga.

Conforme a amostra desta pesquisa, os jovens são em sua maioria dos bairros: Aliança com Deus 8% (n=1), Alfredo Nascimento 33% (n=4) e Jorge Teixeira 58% (n=7). Na época da pesquisa que corresponde aos meses de janeiro a março de 2017, faziam três meses, que as demais etapas do bairro Jorge Teixeira haviam sido desmembradas da atenção do CRAS, pois estas etapas agora são cobertas por um programa da prefeitura denominado Prourbis<sup>18</sup>. Como é possível observar, a maioria acessa a proteção social dentro do território que reside, ou seja, próximo a sua residência, como preconiza a política, no que tange a territorialidade na PNAS.

Em relação, à *quantidade de pessoas que moram na mesma residência* que os jovens, pode-se perceber que em média os jovens moram com 2 pessoas a 11 pessoas na mesma casa. Dado que a composição familiar de maior predominância entre os jovens pesquisados é de 6 pessoas, representando (42%) da amostra e 4 pessoas (17%) e as demais com quantidade

---

<sup>18</sup> Conforme o site oficial da Prefeitura de Manaus, o Prourbis é: *Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus*, cujo objetivo é: promover, de maneira sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população residente em áreas de risco e de preservação ambiental. Sendo confiado a prefeitura, vincula-se à SEMINF (Secretaria Municipal de Infraestrutura), com investimentos previstos de US\$100 milhões, onde 50% é financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e 50% de contrapartida da Prefeitura. O contrato com o BID prever a sua execução em 04 anos do referido Programa.



inexpressiva, que vão de 2 pessoas a 11 pessoas em casa, com percentual de (8%) em cada grupo.

Em relação à casa, sobre *se pertencia à família do jovem*, 75% (n=9) disseram que a casa é própria, e apenas 25% (n=3) disse que não pertencia à família, isto é, dois jovens disseram que era alugada e apenas um disse que a casa era cedida. Destaca-se que 100% dos jovens residem em domicílios de alvenaria, e apenas 17% (n= 2) dessas residências estão localizadas em área de risco. Dessas casas em área de risco, respectivamente, uma está localizada em área de barranco e outra com risco de deslizamento de terra. Apenas 25% (n=3) tem apenas três cômodos em casa, e os demais jovens disseram que a casa oscila em um percentual pequeno entre *não ter cômodo* até ter 5 cômodos em casa, sendo que a maioria das famílias são de 4 a 6 pessoas na residência.

Outro aspecto da condição de vida analisada foi a *renda familiar*, em que se verificou que 50% (n=6) das famílias recebem até 1 salário mínimo, 33% (n=4) recebem 2 salários mínimos, e apenas 1% (n=1) recebem menos de 1 salário mínimo e apenas 1% (n=1) recebe até 3 salários. Pode-se perceber, que a metade das famílias sobrevive com apenas 1 salário mínimo, e o que tem complementado a renda familiar é o acesso ao Programa Bolsa Família, pois, 100% dos jovens entrevistados recebem o Bolsa Família. A respeito desse dado, o IBGE (2015) na síntese dos indicadores sociais, sinaliza que de fato os rendimentos advindos de outras fontes têm ganhado relevância, e complementado, sobremaneira, a renda familiar. Sobre esse assunto é possível verificar, na pesquisa do IBGE, a seguinte análise:

[...] os rendimentos de “outras Fontes” ganharam relevância nas faixas de renda de até ¼ de salário mínimo e entre ¼ e ½ salário mínimo per capita. Na faixa de menores rendimentos, “outras Fontes” passaram de 18,8% em 2004 para 38,0% em 2014. Para esses grupos na base da pirâmide de rendimentos, supõe-se que as “outras Fontes” referiam-se, essencialmente, às transferências governamentais, uma vez que os rendimentos provenientes de alugueis, bônus, aplicações financeiras etc., que também as compõem, não são comuns aos estratos de mais baixa renda (IBGE, 2015, p.17).

E em relação à forma de *ocupação dos membros da família*, é possível verificar três formas detectadas na pesquisa, que são: empregados com carteira, empregados sem carteira e trabalho informal. Sendo assim, 58% (n=7) dos membros da família dos entrevistados, estão empregados com carteira de trabalho, 25% (n=3) trabalha sem carteira e os demais 17% (n=2) estão ligados ao trabalho informal, que somando com os que trabalham sem carteira, estão também na mesma situação. Em dados mais detalhados, pode-se verificar a existência de pais que têm algum tipo de renda (n=7), seguido das mães (n=4), e seguido pelos grupos de irmãos

(n=2), cunhados (n=2) e padrastos (n=2). Ainda sobre a renda, perguntou-se aos jovens se a *renda familiar atendia às demandas da família*, a partir de três níveis: suficiente, insuficiente ou parcialmente. Assim, 58% dos jovens (n=7) disseram ser suficiente a renda para atender a família, 33% (n=4) disseram que não, e apenas um jovem diz que atende parcialmente às necessidades da família.

Em relação, à condição de *acesso ao direito à saúde*, 83% dos jovens (n=10) disseram ter nas proximidades de casa equipamento de saúde. O principal equipamento de saúde é a Unidade de Saúde Básica (UBS). E 92% dos jovens (n=11) não participam de programas de saúde ligados à adolescência ou a juventude. Os programas voltados para a saúde dos jovens adolescentes, do Ministério da Saúde estão ligados à vacinação contra o HPV, prevenção da gravidez na adolescência, produção de cartilhas para meninos e meninas sobre as mudanças do corpo, sobre o uso abusivo de medicamentos na infância, drogas e saúde na escola. Conforme pesquisa feita no *site* da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), em âmbito municipal há apenas três programas voltados à saúde da infância e da adolescência, a saber: *cuidados com a saúde do adolescente e do jovem*; *atendimento à vítima de violência sexual* e *PSE – Programa Saúde na Escola*.

A respeito dessas informações obtidas na pesquisa de campo, pode-se inferir que a saúde ainda é vista como ausência de doença, e não ligada às questões mais amplas, envolvendo determinantes sociais, econômicos, culturais, étnicos, raciais, psicológicos e comportamentais, que influenciam a ocorrência de agravos à saúde e fatores de risco à população, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego, que é uma visão mais ampliada difundida pela Organização Mundial de Saúde (OMS). E por isso, entende-se a relevância da *prevenção*, e da necessidade de um maior diálogo da política de assistência social com a política de saúde (*intersetorialidade*), já que existem esses programas de saúde voltados aos jovens adolescentes, mas a pesquisa demonstrou que nenhum dos jovens entrevistados teve acesso a tais programas.

A respeito do *acesso ao direito à educação*, buscou-se apreender dos jovens se há alguma dificuldade para eles irem à escola, e 92% (n=11) dos jovens disseram não ter dificuldade de ir à escola. Sobre ter todas as disciplinas na escola e professores em sala de aula, 75% dos jovens (n=9) afirmam que possuem todas as disciplinas do currículo na escola, com professores lecionando. E a respeito deles terem dificuldades de aprender, 58% dos jovens (n=7) revelou possuir dificuldades de aprendizagem e apenas 25% (n=3) disse não possuir dificuldade para aprender e absorver conteúdo. Apenas 17% (n= 2) diz ter

dificuldades de forma parcial, com apenas alguns conteúdos, como por exemplo, a matemática. Sobre ter uma *adequada alimentação na escola*, 58% (n=7) diz ter alimentação adequada na escola para o seu desenvolvimento, embora tenha um grupo que também expressa um descontentamento com o lanche da escola, sendo um percentual de 42% (n= 5).

Em relação ao *acesso ao transporte público*, 58% dos jovens (n=7) afirmam que o transporte não é de qualidade, porque é insuficiente para atender a população. A ausência dessa qualidade afeta um dos principais direitos da juventude, que é o direito a mobilidade urbana. Além de a passagem de ônibus na cidade de Manaus ser uma das mais caras do país.

No que se refere ao *saneamento básico*, ao *ambiente* e o *acesso ao lazer no território*, 100% dos jovens responderam possuir coleta de lixo no bairro, isto é, a coleta garantida pela gestão municipal, que é o serviço de limpeza urbana, gerido pela Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SEMULSP), que dispõe de caçambas que transportam o lixo até o aterro controlado municipal. Já no que se refere à coleta seletiva, isto é, coleta de resíduos sólidos previamente segregados, 100% dos jovens responderam que esse tipo de coleta não existe em seus bairros. O que aponta a insuficiência de políticas públicas municipais para o tratamento dos resíduos, sobretudo na periferia da cidade.

Destaca-se ainda, que 100% dos jovens entrevistados afirmaram ter poluição de lixo no bairro, e entre os problemas mais recorrentes se ressalta: existência de lixo nas ruas, lixões a céu aberto e poluição dos igarapés, demonstrando assim, de fato, a insuficiência e o inadequado tratamento dos resíduos por parte do poder público municipal, no que tange até a efetivação da lei de resíduos sólidos de caráter nacional.

Ainda em relação ao *direito ao saneamento básico*, no que tange à água, 75% dos jovens (n= 9) diz possuir água de qualidade. A respeito do grupo que não recebem água de qualidade, 33% (n=1) diz ter acesso à água de poço artesiano, e 8% (n=2) possuem água potável da abastecedora de água oficial da cidade, mas mesmo assim, reclamam da falta de água em suas residências, por isso responderam que não têm acesso à água de qualidade.

A pesquisa também se preocupou em saber sobre a condição *do acesso ao lazer e a cultura*, dentro de seus territórios, e 92% dos jovens entrevistados afirmaram ter área de lazer no bairro, essas áreas de lazer que os jovens identificarem, em sua maioria são: campo de futebol (53%), praças (3%) e quadras de esporte (32%). No que se refere ao *acesso à cultura*, 75% (n=9) dos jovens disseram que não têm acesso à cultura. E apenas 25% (n=3) que disseram possuir acesso à cultura no bairro, e enfatizaram que acessam em época de festa junina, na escola e ainda no SCFV.

Em relação à *participação juvenil*, 50% (n=6) diz participar de alguma organização e a outra metade diz que não participa. O tipo de organização em que participam é o *grupo de jovens* ligado à igreja, seja católica ou evangélica. E apenas um jovem participa de grupo de grafiteiros. Na pesquisa de campo pode-se perceber também que os CRAS não incentivam atividades comunitárias e nem mobilizações, uma deficiência evocada tanto pelos orientadores e quanto pelos jovens entrevistados.

E por fim, no que tange aos riscos à violência, seja intrafamiliar ou comunitária, identificou-se os seguintes dados: 58% (n=7) dos jovens dizem ter privacidade e apenas 42% (n=5) dizem que não a possuem. A privacidade é um aspecto do convívio familiar, importante, para evitar casos de abuso sexual, por exemplo. No que concerne à relação com os pais, 58% (n=7) dos jovens afirmaram ser uma relação dialógica, essa qualidade é importante para a prevenção de um futuro rompimento de vínculo familiar. Destaca-se que 63% dos jovens (n=5) dizem ter sofrido violência física. Entretanto, no que tange à frequência da violência, 33% (n=4) diz ter sofrido raramente algum tipo de violência. Já 67% dos jovens (n=8) destacaram que já sofreram violência na comunidade, a maior causa são assaltos (58%) e 33% (n=4) já entraram em conflito na escola. No que tange aos riscos ao uso de substâncias psicoativas, 50% (n=6) diz ter experimentado algum tipo de droga, sendo que 50% (n=4) já experimentaram maconha, 13% (n=1) cocaína e 38% (n=3) experimentaram álcool.

Reiterando a discussão realizada nesse estudo, Sposati (2009, p.34) vai dizer, portanto, que em uma sociedade complexa, a vulnerabilidade social não é só econômica, ainda que os que possuem menor renda sejam de fato “os mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais”.

Neste estudo, a pobreza foi abordada a partir do seu caráter multidimensional, isto é, para além da ausência de renda, olhando a pobreza também como a ausência de direitos (o não acesso aos serviços e ou benefícios das políticas sociais), de oportunidades, de informações, de possibilidades e esperança.

Sobre essa questão, buscou-se apreender dos jovens qual é a percepção deles em relação ao seu projeto de vida, buscando levantar se o serviço (SCFV) colabora para que eles tivessem esperança no futuro. As respostas dessas questões foram sistematizadas no quadro 13 a seguir. Do lado direito do quadro são apresentadas as transcrições das narrativas dos jovens e do lado esquerdo consta a categorização do conteúdo dessas narrativas (a categoria indica o sentido da percepção do entrevistado).

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos Jovens do SCFV- CRAS Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira
Incentivo a formação Profissional (4)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajuda que tem palestras, elas incentivam, ensinam a gente a fazer currículo, tudinho, elas vão até levar a gente para conhecer uma fábrica (Entrevistado/Jovem/ D, Jorge Teixeira);</li> <li>• Eu quero ser policial. O serviço me ajudou a despertar para esse lado. A professora passou um negócio... um documentário que me ajudou (Entrevistado/Jovem/ G, Alfredo Nascimento);</li> <li>• Sim. Eles ajudaram, por exemplo, a gente se envolver mais em nossos estudos, tentar fazer uma faculdade, com a família e como se relacionar com os pais (Entrevistado/Jovem/ L, Alfredo Nascimento);</li> <li>• A gente falou sobre o mercado de trabalho, sobre o pensamento do que a gente quer ser no futuro daqui alguns anos, aí foi quando fiz minha plaquinha que eu quero fazer faculdade de medicina. Que é o meu sonho desde pequena e eu quero ir, eu vou estudar, eu vou conseguir, eu vou querer, eu vou fazer. Deus quiser, eu vou ter meu diplomar, eu vou tá ali em cima daqui há alguns anos (Entrevistado/Jovem/ M, Alfredo Nascimento).</li> </ul>
Possibilidade de pensar sobre o futuro (3)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Penso que eu vou me formar um dia, fazer um curso (Entrevistado/Jovem/F, Jorge Teixeira);</li> <li>• Sim, ainda não sei não, mas eu queria servir o exército, eu (Entrevistado/Jovem/ A, Jorge Teixeira);</li> <li>• Eu quero ser advogada (Entrevistado/Jovem/ E, Jorge Teixeira).</li> </ul>
Conselhos (3)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, porque tipo os conselhos que eles dão assim falam sobre droga, trabalho, sobre as pessoas que gostam de você, esse negócio assim (Entrevistado/Jovem/C, Jorge Teixeira);</li> <li>• Sim, do jeito que falam, ajudam a fazer currículo, eles dão conselhos (Entrevistado/Jovem/ B, Jorge Teixeira).;</li> <li>• Sim, porque estão incentivando a gente do que não é para fazer (Entrevistado/Jovem/ J, Alfredo Nascimento).</li> </ul>
Não desistir (1)*	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, eles incentivam a gente a continuar da onde a gente parou (Entrevistado/Jovem/H, Alfredo Nascimento).</li> </ul>

**Quadro 13 - Percepção dos jovens sobre a colaboração do SCFV para o seu projeto de vida**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Depreende-se das informações do quadro 13, que quatro jovens pensam em seus projetos de vida e as atividades do SCFV também os incentivam nesse processo. As principais contribuições do serviço para o projeto de vida dos jovens, são: abrir espaço para possibilidade de pensar sobre o futuro (3), dar conselhos sobre temas de seu interesse (3), a exemplo, prevenção às drogas, e apenas um jovem destacou que o SCFV o incentiva a não desistir de lutar por melhores condições de vida. Da amostra dos (12) jovens entrevistados, um jovem disse não pensar a longo prazo e salientou também que o serviço não o ajuda nesse processo de perceber a necessidade do projeto de vida. De modo geral, verifica-se que as categorias elaboradas, a partir da análise de conteúdo das entrevistas, indicam que os jovens

demonstram que o SCFV vem contribuído por meio de suas atividades para que eles possam ter esperança no futuro e, assim, na concretização dos seus projetos de vida.

### 3.3 Análise das fortalezas e/ou oportunidades do processo de unificação do Projovem Adolescente ao SCFV

É imprescindível destacar que a *cartilha sobre o reordenamento do SCFV* (2013) descreve com detalhes a proposta do processo de reordenamento. A referida cartilha teve como finalidade orientar os gestores de assistência social para o aceite da proposta pelos municípios e pelo Distrito Federal. Essa cartilha é conhecida como o “passo a passo” do reordenamento, pois descreve também como deveria ser realizada a forma de adesão formalizada, conferindo as responsabilidades gerais da gestão, além de descrever outras responsabilidades específicas à oferta, quando os municípios e do DF têm ações cofinanciadas pelo MDS. Assim, esse *reordenamento do SCFV* significa:

A unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV (BRASIL, 2013, p.1).

Para o governo federal o processo de reordenamento teve por finalidade melhorar a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Assim, se buscou compreender a partir das percepções de gestores e da equipe de referência do CRAS (técnicos e orientadores sociais), quais foram os impactos do reordenamento na proteção social básica voltada para os jovens em Manaus, especificamente os impactos ocorridos no CRAS Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira.

É importante, também, destacar brevemente o perfil da equipe técnica do SCFV do CRAS Jorge Teixeira e do Alfredo Nascimento, bem como o perfil da gestora do SCFV, que gerencia o serviço desde a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH) na cidade de Manaus.

Em relação à *equipe técnica do CRAS Jorge Teixeira*, foram entrevistadas quatro (4) trabalhadoras, sendo duas (2) Assistentes Sociais, (1) Psicóloga e (1) orientadora social que é estagiária de Serviço Social. As assistentes sociais trabalham no CRAS entre 4 e 5 anos, a psicóloga no tempo da pesquisa estava no CRAS há 6 meses, e a estagiária estava estagiando há 1 ano. A coordenadora desse CRAS não quis conceder à entrevista. Todas as técnicas são

especialistas, e todas possuem renda individual mensal entre 2 a 4 salários mínimos. Exceto as estagiárias, que ganham menos de um salário mínimo.

Já no *CRAS Alfredo Nascimento*, foram entrevistados seis (6) trabalhadores, dentre estes, quatro (4) são Assistentes Sociais e (2) são estagiárias de Serviço Social. Com exceção, de um (1) assistente social, todas trabalham no CRAS há cinco (5) anos. E as estagiárias trabalham há seis meses no CRAS. Dentre os sujeitos de pesquisa encontra-se também a coordenadora do CRAS. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria é especialista, e há apenas um assistente social com a escolaridade nível de Mestrado. E todos eles ganham entre (2 a 4) salários mínimos. Exceto as estagiárias, que ganham menos de um salário mínimo. A gerente do SCFV trabalha na SEMMASDH, e tem quatro (4) anos de secretaria, e (3) anos à frente da gerência, seu nível de escolaridade é especialista, e formada em Serviço Social. E sua renda individual mensal é entre 4 a 5 salários mínimos.

O quadro 14, a seguir, elucida as narrativas dos trabalhadores, tendo a direita do quadro os discursos, e a devida identificação dos sujeitos da pesquisa, por meio, de letras do alfabeto, bem como o CRAS de origem do trabalhador. Ao lado, esquerdo do quadro as categorias elaboradas, a partir da análise de conteúdo.

<b>Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo</b>	<b>Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Jorge Teixeira</b>
Melhoria no processo de compra do lanche (1)*;	[...] o recurso possibilita a compra de lanches, atrai muito os lanches, tem muitas crianças infelizmente que tem essa dificuldade de alimentação (Entrevistado B, técnico/Jorge Teixeira)
Realização do concurso para ampliar a equipe técnica (1)*;	[...] então, se eu for fazer uma análise de 2012 para 2017, vai ter uma mudança assim drástica, primeiro que quando a gente chegou aqui não tinha profissional, não tinha técnico de referência que é uma equipe mínima que tem dentro dos CRAS, veio depois do concurso (Entrevistado C, técnico/Jorge Teixeira)
Ampliação das faixas etárias (1)*;	[...] essa faixa etária também ela se flexibilizou, porque ela pode atender a demanda do CRAS, de repente, não tenho a minha faixa etária, que de repente, tenho uma demanda maior, não é de adolescente, poderia não ser daquele adolescente de 15 a 17 anos, o nosso grupo de adolescente hoje, ele começa aqui a faixa etária de 13 anos a 17 anos... essa flexibilização ela contribuiu também para a gente fazer esse redirecionamento, desse olhar aqui desses grupos aqui dentro do CRAS (Entrevistado C, técnico/Jorge Teixeira)
Adaptação conforme a realidade do CRAS (1)*;	[...] ele contribuiu muito para eu trabalhar a minha realidade dentro do CRAS. (Entrevistado C, técnico/Jorge Teixeira)
Melhoria no cumprimento do planejamento por parte da Gestão Municipal (1)*.	[...] a gestão já começou a observar que esse plano não foi feito só por fazer, ele tem que ser cumprido. Então, te digamos que há dois anos para cá ele começou a ser cumprido, pelo menos uma parte dele começou a ser cumprido (Entrevistado C, técnico/Jorge Teixeira)

**Quadro 14 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais do CRAS Jorge Teixeira a respeito das Fortalezas ocorridas com a Unificação do Projovem ao SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Pode-se perceber, a partir das percepções dos técnicos do CRAS Jorge Teixeira, que as principais fortalezas do processo de unificação do PJA ao SCFV estão ligadas à: melhoria no processo de compra do lanche; realização do concurso para ampliar a equipe técnica, adaptação conforme a realidade do CRAS; e melhoria no cumprimento do planejamento por parte da Gestão Municipal.

Como é possível verificar, as narrativas do técnico C<sup>19</sup> mostram uma ampla visão a respeito da unificação, pois a entrevistada salienta que o SCFV melhorou em significativos aspectos após o reordenamento, principalmente, no que toca à *operacionalização do trabalho no CRAS*, o qual teve como uma das principais fortalezas a realização de concurso público na prefeitura de Manaus, que na verdade, em termos de conceito de FOFA, se configurou como uma *oportunidade*, pois, foi nesse momento que aumentou a equipe de técnicos especializados no CRAS, visto que antes desse processo “não havia nem sequer uma equipe mínima no CRAS” (Entrevistado C, técnico/Jorge Teixeira). Não se pode perder de vista que o SUAS tem um pouco mais de 10 anos, e esse período do reordenamento pode ser visto como o momento pelo qual ele vai estar em pleno processo gradativo de efetivação e melhorias ao longo desse tempo.

Cabe salientar também a importância do planejamento e a relevância dele para o cumprimento das atividades do SCFV. Neste sentido, a entrevistada C sinaliza melhorias sintonizadas com os objetivos da Unificação, que foi exatamente ampliar as faixas etárias e trabalhar conforme a realidade do CRAS, isto é, trabalhar a realidade local. Assim, sobre essa questão essa técnica ainda destacou que:

A gente pode ver com mais clareza e o trabalho pode ser melhor delineado dentro do serviço de convivência. E quando foi unificado o piso, ele ficou mais flexível, porque o piso do Projovem, era para aquele jovem que estava naquela faixa etária. (Entrevistada C, técnica/Jorge Teixeira).

Pode-se inferir que a técnica critica o PJA no sentido que ele só atendia a faixa de 15 a 17 anos, e com a Unificação, foi possível, atender outras faixas etárias, como bem foi mostrado no quadro 14.

Ressalta-se que teve apenas um assistente social e um orientador social que não falaram diretamente da unificação. Dentre esses trabalhadores, apenas um avalia sem ressalvas o processo de unificação, e o orientador social qualifica que a Unificação deveria ser

---

<sup>19</sup> Devido à riqueza de detalhes fornecida pela entrevistada C, sua narrativa foi apresentada quatro vezes e também categorizada da mesma forma.



mais lucrativa aos jovens, no sentido, de passar diretamente o recurso a eles. Conforme é possível verificar em sua narrativa: “deveria ter sido transformado em algo mais lucrativo para os adolescentes” (Entrevista L, orientador social/Jorge Teixeira). Nota-se um desconhecimento desse orientador sobre o cofinanciamento.

Conforme a cartilha do reordenamento (2013), o cofinanciamento do SCFV será calculado “com base na capacidade de atendimento aceita pelo gestor multiplicada pelo valor de referência de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por usuário. Esse será o valor máximo de cofinanciamento federal a ser repassado para a oferta do SCFV e dependerá do atendimento realizado pelo município ou DF” (BRASIL, 2013, p. 5).

No que tange à unificação, no que concerne à ampliação da faixa etária, a gestora do SCFV, destaca:

[...] quando houve essa flexibilização de recurso, antes o Projovem atendia de uma forma muito engessada, por exemplo, era a partir de 15 anos, de 15 a 17 anos, então tinha outros adolescestes que estavam na mesma situação de vulnerabilidade, mas ainda assim, não podiam ser atendidos pelo Projovem e que com isso, acabava não atingindo aqueles adolescentes de 12, 13,14 anos, a partir do momento que ficou flexibilizado a gente pode criar novos grupos, tanto nós temos hoje grupo de 12 a 15 anos e temos de 15 a 17 anos (Entrevista A/Gerente do SCFV/Pesquisa de campo, 2017).

Para a gestora do SCFV, com a unificação dos pisos foi possível criar novos grupos, e assim ampliar o atendimento para outros adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que antes não podiam acessar o SCFV, pois havia um piso variável específico<sup>20</sup>. Assim, a gestora ainda destaca a respeito da unificação que: “[..] ela foi boa nesse sentido, [...] houve uma flexibilização, houve otimização desse recurso no sentido de que a gente poderia criar novos grupos” (*Idem*, Gerente do SCFV/Pesquisa de campo, 2017). Isto é, a unificação abriu a possibilidade de criar novos grupos, para além dos grupos de jovens de 15 a 17, nota-se que esse conteúdo é recorrente tanto na fala da gestora, como da técnica do referido CRAS pesquisado.

O quadro 15, que será apresentado em sequência, explicita a percepção da equipe de referência do CRAS Alfredo Nascimento sobre as *fortalezas do processo da Unificação dos pisos*. Essas informações foram organizadas em dois blocos de categorias: o primeiro foi denominado de *melhorias no processo de planejamento das ações* (se referem às demandas de

---

<sup>20</sup> A lógica do cofinanciamento do SCFV para as faixas etárias definidas na Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, antes do reordenamento do SCFV, ocorria da seguinte maneira: por meio de três pisos diferentes: Piso Básico Variável I (Projovem Adolescente – PJA); Piso Básico Variável II (criança e pessoa idosa) e Piso Variável de Média Complexidade (Serviço Socioeducativo do PETI) (BRASIL, 2013, p.02).

planejamento das ações, melhoria no planejamento, trabalho com as faixas etárias, todas as questões que se relacionam com a ação propriamente dita). O segundo bloco se referem às *melhorias na infraestrutura* (todas as melhorias relacionadas à oferta do lanche, disposição de materiais pedagógicos, transporte, material de expediente e materiais esportivos). Fez-se esta opção metodológica, devido à riqueza das narrativas dos trabalhadores entrevistados, que puderam ser analisadas, de modo a extrair o máximo de informações possíveis.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Alfredo Nascimento
Melhorias no Processo de planejamento das ações (3)*	<p>Todos os meses eles têm um passeio direcionado para cada grupo. Para um lugar onde o técnico escolhe, antes isso não acontecia quando era só Projovem, então teve uma grande melhoria, sim (Entrevista E, técnico, Alfredo Nascimento).</p> <p>[...] uma fortaleza é que agora a gente consegue trabalhar com a idades antes era uma coisa toda misturada... (Entrevista F, técnico, Alfredo Nascimento).</p> <p>[...] o que se pede aqui é um plano de ação com todos os materiais necessários que serão utilizados durante o ano e envia para lá e eles reenviam para cá, mas diretamente, ter contato, ter o dinheiro em mãos para gerir não tem (Entrevista G, técnico, Alfredo Nascimento).</p>
Melhorias na infraestrutura (2)*	<p>[...] teve uma grande melhoria, nós tivemos um recebimento de mais recursos materiais, educativos, esportivos, coisas que antes a gente não tinha era bem deficiente [...] a questão do transporte que antes o serviço quando era só Projovem não tinha e agora a gente tem (Entrevista E, técnico, Alfredo Nascimento).</p> <p>A gente tem recurso sim, porque a secretaria disponibiliza lanche para gente, a questão do transporte quando a gente precisa ir para o um passeio. Eles mandam um ônibus para gente (Entrevistado I, orientador social, Alfredo Nascimento).</p>
Desconhecimento do processo de Unificação (1)*.	<p>Eu não tenho como comparar Projovem e serviço, porque eu sempre fui do serviço (Entrevista H, técnico, Alfredo Nascimento).</p>

**Quadro 15 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais do CRAS Alfredo Nascimento a respeito das Fortalezas ocorridas com a Unificação do Projovem ao SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No quadro 15, a respeito do processo de Unificação no CRAS Alfredo Nascimento, percebe-se que os principais impactos relacionados às fortalezas foram *melhorias no Processo de planejamento das ações* (3), isto é, questões ligadas à possibilidade de escolher os passeios, ao trabalho com as diferentes faixas etárias e a realização de plano de ação. Assim, foi possível verificar a preocupação pelo planejamento das ações, visando garantir condições de serem realizadas, e postas no cronograma da secretaria municipal, pois, a equipe de referência está estritamente ligada ao planejamento da gestão municipal.

E também se identificou sinalizações de *melhorias na infraestrutura* (2), no que se refere aos materiais educativos e esportivos; transporte e lanches. E a infraestrutura deve ser

entendida como uma espécie de pilar que dar suporte às ações, fornecendo condições concretas para a sua realização. Apenas um técnico disse desconhecer o processo de unificação, e apenas um orientador não soube expor sua opinião em relação ao tema das fortalezas decorrentes da unificação.

O quadro 16 reúne as principais fortalezas do processo de reordenamento do SCFV identificadas nas percepções dos técnicos e orientadores sociais no CRAS Jorge Teixeira.

<b>Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo</b>	<b>Transcrição de trechos da narrativa dos técnicos e orientadores sociais do CRAS Jorge Teixeira</b>
Melhoria na organização dos atendimentos (2)*;	[...] não se tinha nada organizado em relação a isso cada um fazia de um jeito que achava ser correto. Hoje não, essa nova reorganização do CRAS como um todo não só o serviço. Melhorou muito a organização dos serviços (Entrevista/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira). [...] a demanda, a flexibilidade (Entrevista/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).
Melhoria no Acompanhamento dos técnicos para com os orientadores (2)*;	[...] eu percebi que eles ficaram mais próximos [...] porque no serviço [...] cada grupo tem um técnico responsável [...], embora as atividades sejam executadas pelos orientadores [...] nós que ficamos responsáveis (Entrevistado/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira). [...] aqui no CRAS Jorge Teixeira elas são bem preocupadas com o serviço, elas interagem realmente, elas vêm procurar saber o que eu preciso, melhorias que às vezes elas tiram do seu próprio bolso para sair uma coisa assim bem organizada (Entrevistado/Orientador Social L, CRAS Jorge Teixeira).
Melhoria na proximidade entre orientador e usuário (1)*.	[...] pela época que eu trabalhei no Projovem para cá, agora a fortaleza principal foi o vínculo que a gente adquiriu com eles a confiança de a gente saber assim que eles chegam e vão contar os problemas deles (Entrevistado/Orientador Social L, CRAS Jorge Teixeira).

**Quadro 16 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Principais Fortalezas ocorridas no CRAS Jorge Teixeira com o reordenamento do SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

É possível depreender do quadro 16, que as principais fortalezas do processo de reordenamento no CRAS Jorge Teixeira estão relacionadas às melhorias: na organização dos atendimentos, no acompanhamento dos técnicos com os orientadores, e maior proximidade entre o orientador e o usuário. Os impactos gerados no CRAS Jorge Teixeira estão mais ligados às características que envolvem a ação, isto é, as melhorias no serviço que se configura como socioeducativo, ou seja, no aspecto humano tanto de organização das ações quanto na organização das pessoas que estão à frente da efetivação das ações.

O quadro 17, a seguir, apresenta a *percepção da equipe de referência*, a respeito das principais fortalezas do processo de reordenamento do SCFV ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos técnicos e orientadores do CRAS Alfredo Nascimento
Melhoria no Acompanhamento dos técnicos para com os orientadores (2)*;	[...] esse acompanhamento de técnico e orientador. O técnico ele busca parcerias e essas parcerias vem a contribuir com a demanda de cada adolescente necessita como palestra, orientação (Entrevista/Técnico E, CRAS Alfredo Nascimento). [...] a gente tem conseguido um trabalho de parceria com os orientadores (Entrevista/Técnico F, CRAS Alfredo Nascimento).
Possibilidade de trabalhar com diferentes faixas etárias (1)*;	[...] hoje a gente consegue dividir os grupos em idade, as atividades são totalmente direcionadas para as idades que a gente está trabalhando [...] antes era idades muito espaçadas [...] (Entrevista/Técnico F, CRAS Alfredo Nascimento).
Redução da evasão por meio do acompanhamento dos técnicos (1)*;	[...] o técnico era responsável, mas o grupo ficava quase 80% com o orientador [...] E aí quando mudou para o serviço o técnico teve uma participação maior [...] agora que é serviço, as atividades são todas planejadas pelo técnico, as atividades dos grupos, as atividades anuais, elaborado mês a mês pelo técnico [...] como o técnico fica mais presente e geralmente o técnico é efetivo. Então, ele fica acompanhando e está mais perto do grupo, quando troca o orientador a gente não teve mais desse problema de evasão do grupo. Digamos assim, então, esse foi um... era fraqueza (Entrevista/Técnico H, CRAS Alfredo Nascimento).
Ampliação de orientadores (1)*;	Tem mais orientadores (Entrevista/Técnico H, CRAS Alfredo Nascimento).
Melhoria na oferta do lanche (1)*;	O lanche no CRAS para esses grupos, muitas das vezes, para muitas crianças, é a primeira refeição do dia então, não deixar faltar é muito importante até para atrair o público e não deixar faltar (Entrevista/Técnico H, CRAS Alfredo Nascimento).
Contribuição na saúde bucal dos jovens (1)*.	[...] poucos conhecem a higiene bucal e são jovens, então assim a gente tenta trazer profissionais para que venham explicar para eles o que é a higiene bucal (Entrevista/Orientador Social I, CRAS Alfredo Nascimento).

**Quadro 17 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Principais Fortalezas ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento com o reordenamento do SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As principais fortalezas identificadas no CRAS Alfredo Nascimento foram: melhorias no acompanhamento dos técnicos para com os orientadores, possibilidade de trabalhar com diferentes faixas etárias, redução da evasão por meio do acompanhamento dos técnicos, ampliação de orientadores, melhoria na oferta do lanche, e contribuição na saúde bucal dos jovens. Destaca-se, nesse processo, a narrativa do técnico H, que apontou várias melhorias, principalmente nessa proposta de avaliar o impacto da unificação do PJA ao SCFV. Notou-se na narrativa da referida técnica, na qual justifica as melhorias em relação ao acompanhamento, a possibilidade de trabalhar com as faixas etárias e a redução da evasão, como é possível verificar a seguir:

[...] responsabilidade maior era do orientador, eu nem me recordo se a gente participava do planejamento. Acho que nem a gente participava das atividades, do planejamento, acho que era demandado da secretaria, eu não tenho certeza. Quando era Projovem. Mas se eu não me engano vinha da secretaria paro o CRAS e agora depois que é serviço [...] olha antigamente como o grupo era quase que totalmente coordenado só pelo orientador. O que que acontecia. Como o orientador não é um funcionário efetivo, ele sai num determinado período de tempo, o que acontecia

muito. O grupo se apegava muito aquele orientador. Durante um ano, dois anos que ele ficava. E quando ele saía, trocava, meio que acabava o grupo entendeu. Eles se apegavam muito ao orientador e acabava o grupo quando saía, quando trocava, muitos deles paravam de frequentar. Quando mudou Era muito centralizando quando era programa, depois do serviço descentralizou (Entrevista/Técnico H, CRAS Alfredo Nascimento).

Na modalidade (PJA), a relação entre técnico e orientador era bem distante, isso foi possível verificar nas narrativas dos técnicos e orientadores dos CRAS. A possibilidade de o técnico assumir o serviço colaborou no seu planejamento e acompanhamento, o que refletiu na melhoria na qualidade da oferta do serviço aos jovens. Sobre essa questão, a gestora do serviço sinaliza que:

[...] as atividades deles eram acompanhadas por um técnico do próprio Projovem, só que esse acompanhamento, desse técnico com esse orientador social era mensal, esse assessoramento, esse acompanhamento que tinha que ter com o orientador social para que ele fosse ter um trabalho planejado, isso não acontecia antes. Hoje já no serviço de convivência assim, e eu falo a questão mesmo da qualidade do serviço é que toda sexta-feira a gente fez um planejamento de atendimento, os grupos eles funcionam de segunda a quinta-feira, na sexta-feira a gente colocou como um dia sugerido para o planejamento (Entrevista A/Gerente do SCFV/Pesquisa de campo, 2017).

Conforme a referida citação, o PJA tinha problemas, sobretudo com acompanhamento, pois, segundo a gestora o acompanhamento e demais demandas se davam via secretaria, então o acompanhamento aos orientadores sociais era mensal, além de que eles não tinham um técnico de referência no CRAS para trabalhar e planejar as ações conjuntamente, por isso, essa melhoria foi com frequência citada, tanto por técnicos quanto pelos orientadores, esse processo se deu a partir do reordenamento, com a unificação dos pisos, que unificou o piso do PJA a um único piso no SCFV. Hoje o acompanhamento aos orientadores sociais é diretamente no CRAS, pois eles compõem a equipe de referência, conforme a Tipificação Nacional (2009).

O quadro 18, a seguir, apresenta as percepções dos técnicos e orientadores sociais a respeito do *processo de flexibilização*, isto é, sobre a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, no CRAS Jorge Teixeira.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Jorge Teixeira
Melhoria na infraestrutura; (3)*	Os recursos pedagógicos que também são comprados, os materiais tipo esses panos, TNT, EVA, cola quente [...] a gente tem projetor, computador [...] (Entrevistado/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira) Os recursos materiais a gente avançou [...] quando a gente reordenou [...] o lanche melhorou um pouco, passeios, recursos materiais, o ônibus a gente tem disponível [...], isso a gente não tinha na época do Projovem (Entrevistado/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira). Aumentaram. A gente tem assim uma gama de materiais para trabalhar com eles (Entrevistado/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).
Aumento no corpo de orientadores sociais (2)*;	[...] os recursos humanos aumentaram quando era Projovem a gente só tinha um orientador, agora a gente pode até colocar dois orientadores por grupo [...] (Entrevistado/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira). [...] na época ainda peguei um pouco do Projovem quando era só Projovem, era só com no máximo duas orientadoras sociais, que eles chamavam na época e agora a gente tem um número bem maior de recursos humanos, a gente tem três orientadores sociais (Entrevistado/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).
Melhorias no Processo de planejamento (1)*;	Então, essa programação, esse planejamento que teve que é inerente logicamente ao nosso trabalho, que é inerente ao CRAS, mas que ele, não posso deixar de citar o serviço de convivência que vai afetar diretamente ele, isso ele já é uma fortaleza (Entrevistado/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).
Melhoria no Acompanhamento dos técnicos para com os orientadores (1)*.	[...] eles não tinham assim um direcionamento do técnico do CRAS para fazer planejamento, para acompanhar realmente o serviço, acompanhar as famílias dos jovens que eram atendidos. (Entrevistado/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).

**Quadro 18 - Percepção dos técnicos, orientadores sociais no que tange das Fortalezas ocorridas no CRAS Jorge Teixeira sobre a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

É possível depreender do quadro 18, que a categoria mais destacada, em termos de frequência, refere-se às *melhorias em relação à infraestrutura e recursos humanos* (ampliação no corpo de orientadores sociais). Usa-se o termo infraestrutura, nesta pesquisa, para designar que algumas características servem de base para a realização das ações, que sem elas a ação ficaria com sérias fragilidades. Assim, a partir dessa categoria foi possível identificar quatro *fortalezas* relacionadas à infraestrutura, no tocante a esse aspecto da flexibilização dos recursos, a saber: melhoria nos materiais de expediente; com o transporte; materiais de processamento de dados; e melhoria na oferta do lanche. Em seguida, a questão da melhoria em relação aos recursos humanos, seguido das melhorias no processo de planejamento, e melhoria no acompanhamento entre técnico e orientador social.

A palavra Projovem não estar categorizada, mas realizando uma observação mais apurada, pode-se notar que ela surge três vezes nas narrativas dos entrevistados, sinalizando que estes conhecem o processo e foram capazes de inferir a seu respeito, principalmente conseguindo comparar os avanços. Isso também se evidencia na narrativa do entrevistado C,

do CRAS Jorge Teixeira: “[...] nós temos mais ajuda do técnico, porque antes eles ficavam meio que soltos assim, principalmente com a coordenação da secretaria” (Entrevistado C, Pesquisa de Campo, 2017). Faz-se essa ressalva, pois muitos entrevistados diziam que não podiam comparar os processos de como era antes e depois com a unificação dos pisos, mas problematizando, conseguiram identificar as fortalezas advindas desse processo.

Visando complementar a análise da questão das melhorias dos materiais, a técnica C do CRAS Jorge Teixeira sinaliza que houve avanços com o reordenamento, mas expressa sua insatisfação quando, por vezes, falta material, principalmente quando não há planejamento e, por isso, a mesma defende a realização do planejamento, como forma de prever os imprevistos na ação, para que o SCFV não seja afetado, porque muitas das vezes não houve planejamento das ações. Nesse sentido, a técnica C evidencia a importância de antecipar o pedido dos materiais para a secretaria, conforme relato a seguir:

[...] os materiais básicos a gente já consegue hoje, ainda falta? Falta. As vezes a gente quer só um TNT e não tem o desejado, mas é sempre que isso acontece? Não. Vai ter uma atividade de programação dos dias das crianças? Ano passado o que a gestão já fez, o que você vai fazer de atividade nesse mês de outubro? Qual material que tu vais precisar? (Entrevistado/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).

A apresentação desta citação busca evidenciar a importância do planejamento, pois quem gere os recursos financeiros, materiais e humanos é a secretaria municipal. Mas, configura-se também como uma ação rotineira e necessária do CRAS, no sentido, de planejar e de descrever quais são os materiais que vão precisar corriqueiramente em suas ações. Por isso, o planejamento é extremamente importante no CRAS.

E no tocante às fortalezas identificadas no CRAS Alfredo Nascimento, percebe-se no quadro 19, que não há muitas diferenças em relação ao CRAS Jorge Teixeira. Mas tendo em vista ao fato de ter mais profissionais entrevistados no Alfredo Nascimento, foi possível ampliar a visão a respeito das fortalezas ligadas à otimização dos recursos.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos entrevistados do CRAS Alfredo Nascimento
Melhoria na infraestrutura: (3)*;	[...] com relação aos passeios[...], a gente faz o agendamento, a secretaria manda o transporte [...] se for preciso manda mais de um ônibus, vem e não tem problema com relação a isso (Entrevistado/Técnico F, Alfredo Nascimento). Hoje em dia o nosso lanche tem fruta [...] Além do lanche que vem semanal [...] tem também o lanche que é para passeio que já vem um lanche melhorado [...] fora o lanche que já tem deles que geralmente é uma torradinha, tem geleia, tem iogurte, às vezes, vem fruta, então antigamente não era assim [...] Em relação, a transporte também melhorou [...] então foi tudo melhorando em

	termos de materiais também para trabalhar com eles, melhorou bastante a quantidade, a diversidade (Entrevistado/Técnico H, Alfredo Nascimento). Talvez sejam os passeios, os adolescentes nunca foram no teatro, então o CRAS ele oferece isso de levar em lugares que eles nunca foram [...], então acho que ele oferece isso, sim (Entrevistado/Orientador social J, Alfredo Nascimento).
Melhorias no Acompanhamento dos técnicos para com os orientadores (2)*;	[...] os técnicos passaram realmente acompanhar esse trabalho e fazer uma parceria com os técnicos e orientadores (Entrevistado/Técnico F, Alfredo Nascimento).  Acho que a chegada dos técnicos, a chegada deles melhorou muito, como não tinha técnico suficiente não tinha nada para passar essas crianças e adolescentes (Entrevistado/Orientador social J, Alfredo Nascimento).
Ampliação do corpo dos orientadores sociais (1)*.	[...] a equipe ficou completa, nós recebemos mais orientadores. Porque antes só eram duas meninas, hoje a gente tem orientadores (Entrevistado/Técnico F, Alfredo Nascimento).

**Quadro 19 - Percepção dos técnicos, orientadores sociais no que tange das Fortalezas ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento sobre a otimização de recursos humanos, materiais e financeiro**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nota-se que as melhorias/fortalezas levantadas pelos trabalhadores do Alfredo Nascimento não se diferem das que foram identificadas no CRAS Jorge Teixeira. Assim, destaca-se como fortalezas no Alfredo Nascimento: melhoria na infraestrutura, que se desdobram em: possibilidade na oferta do passeio, melhoria no transporte e no lanche. Ainda se destacam as melhorias na relação de acompanhamento entre técnicos e orientadores, e no corpo dos orientadores sociais. Ressalta-se, que houve uma melhoria no lanche, mas que ainda precisa melhorar cada vez mais. Essa questão é possível de ser verificada na narrativa de um profissional que problematiza a respeito do lanche:

[...] lanche até mesmo nutricionalmente falando... Era um lanche bem mais artificial [...] E hoje em dia já melhorou um pouquinho, já vem o suco, água. Então, em termos de lanche para os grupos melhorou bastante, bastante mesmo. E não falta, entendeu, antigamente faltava, tinha hora que faltava, hoje em dia não falta. (Entrevistado/Técnico H, Alfredo Nascimento).

Pode-se verificar na narrativa dessa técnica, que há melhorias em relação ao lanche, embora tenha algumas críticas, que mais tarde os técnicos e orientadores irão destacar, na verdade como sendo uma *fraqueza*, mas que em sua percepção, melhorou, tendo em vista, os avanços do planejamento, dado que, o lanche deixou de faltar como em tempos pretéritos. Acredita-se, que essa melhoria é mais pela possibilidade de não faltar mais, do que propriamente da qualidade do lanche, que ainda é bem insatisfatório, como será possível verificar mais adiante nessa pesquisa. Mas para a gestora do SCFV, a deficiência do lanche se explica da seguinte maneira:



[...] tudo tem um controle, não que eu esteja dizendo que antes não havia, mas hoje existe esse controle, por exemplo, de quantitativo de lanche, até porque, o serviço de convivência ele tem um sistema que é o SISC que é o sistema de informação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que foi criado e começou atuar em junho de 2014 e ele é a forma que o governo federal encaminha o recurso se a gente confirma a participação ou vincula nesse sistema tem como ter um controle, tanto de recurso que a gente sabe exatamente o que vem de recurso financeiro e aí a gente pode otimizar com que vai ser gasto, conforme o plano de ação daquele ano e uma proposta e aí a gente consegue, então acredito que isso facilitou pra que, por exemplo, o município ele pudesse é atender todas as faixas etárias sem ficar delimitada a uma única faixa etária eu acho que isso é o ponto positivo [...] mais forte nessa questão da otimização dos recursos e também na flexibilização da faixa etária isso foi fundamental para que hoje a gente pudesse atender todas as faixas etárias sem ter que mandar um recurso específico para o Projovem, então muitas vezes eu não poderia usar aquele recurso para um outro grupo (Entrevista A/Gerente do SCFV/Pesquisa de campo, 2017).

A narrativa evidencia a facilidade que houve com o reordenamento, a partir da abertura para as demais faixas etárias, e isso também facilitou a melhoria na utilização dos recursos financeiros, podendo o gestor trabalhar com aquelas prioridades já esperadas, como a questão do lanche, e dos demais materiais que são fundamentais para a realização da ação. Por isso, as principais melhorias apresentadas pelos técnicos e orientadores estão ligadas às *melhorias de infraestrutura*, pois, a quem cabe esse trabalho, e quem direciona e dita as regras do SCFV no CRAS a respeito desse assunto é a secretaria. Dado que, cabe a eles, a *organização da Proteção Social Básica na gestão municipal*. Isso fica claro quando a equipe de referência reconhece que houve melhoria entre CRAS e secretaria, visto que é a secretaria que direciona os recursos para o CRAS e ela se efetiva se houver planejamento das ações, como salientado por um dos técnicos do CRAS Jorge Teixeira.

Em relação às *oportunidades*, que são todas as interferências externas que potencializam as ações do SCFV, serão destacadas, primeiramente, as oportunidades ocorridas no CRAS Jorge Teixeira.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Jorge Teixeira
Melhoria na articulação institucional (2)*;	Eu acho que houve uma melhor comunicação institucional, por exemplo, a gente tem parcerias com várias instituições. Primeiro emprego, até essa questão mais cultural mesmo de passeios, existe essa maleabilidade vamos dizer assim conosco (Entrevistas/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).  [...] fazer parceiras, a gente conseguiu sim, com o Creas mesmo com a proteção especial, na área de educação, na área de saúde...geralmente a gente articula com as Ubs's (Entrevistas/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).
Facilidade para criação de convênio (1)*;	[...] a gente pode criar convênio, eu acho que também isso ele contribuiu, é criar convênios com instituições, parcerias, é diferente de antes que essas parcerias algum tempo atrás, elas eram muito verbais mais para espaço físico mesmo

	(Entrevistas/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).
Abertura para a rede socioassistencial (1)*;	[...] deu abertura para a rede Socioassistencial (Entrevistas/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).
Clareza quanto ao atendimento prioritário (1)*.	[...] porque quando ele fez isso, ele já me elencou lá, olha esses daqui são teu público prioritário, o teu grupo prioritário: defasagem escolar, egressos de medida socioeducativa, oriundos do pet, violência que sofreram algum tipo de violência, criança, adolescente, idoso em situação de isolamento, entendeu? Ele abriu, clarificou mais (Entrevistas/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).

**Quadro 20 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Oportunidades ocorridas no CRAS Jorge Teixeira com a Unificação do Projovem no SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Pode-se verificar que as principais oportunidades ocorridas no CRAS Jorge Teixeira são: melhoria na articulação institucional; facilidade para criação de convênio; abertura para a rede socioassistencial e clareza quanto ao atendimento do público prioritário. E de acordo com a técnica do SCFV, essa melhoria é importante, pois: “[...] às vezes a gente não tem como abarcar toda a estrutura aqui dentro do CRAS, acaba que alguns CRAS que vão em algumas instituições, aí fazem parceria para atender, porque tem uma demanda, como a gente tem um público prioritário” (Entrevistas/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).

Cabe salientar, que essas oportunidades de parceria institucional não estão relacionadas à chamada *intersetorialidade*, como bem discutido no capítulo 2, visto que o estabelecimento de parceria não é sinônimo de trabalho intersetorial, dado que a intersetorialidade está além de realizar parcerias, está relacionada principalmente *fazer juntos* uma ação em prol de um objetivo comum, até mesmo, formalmente consolidada. Assim, a intersetorialidade “supõe não apenas o diálogo ou o trabalho simultâneo entre os atores envolvidos, e sim a busca por resultados integrados” (INOJOSA, 2001 *apud* GARAJAU, 2013, p.4). Essa iniciativa de *articulação institucional* também pode ser acompanhada na citação da técnica do SCFV, a seguir:

Porque a gente sabe que os direitos da criança e do adolescente, do idoso quando ele é interrompido [...] ele vai abrir um leque de vulnerabilidade, então ele não é engessado, mas faz com que a pessoa ou o técnico com que vai trabalhar ou quando ele está chegando, ou quando ele ainda não tem um conhecimento tão aprofundado, ele já consegue ter uma visão maior do que é o público prioritário do serviço de convivência. Ele fez com que tivesse sim essa abertura para parceria e convênios externos (Entrevistas/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).

Portanto, considera-se que mesmo que haja uma iniciativa de articulação institucional do CRAS, é preciso estabelecer de fato ações conjuntas, dado que há um público

prioritário que exige articulações mais eficazes para conseguir atender a demanda. E por isso, que se justifica o reordenamento do SCFV. O técnico entrevistado salienta também, a importância de o técnico ter uma visão ampla do seu público prioritário, para buscar parcerias e estabelecer os convênios para realizar um efetivo enfrentamento de riscos sociais em determinada realidade. Desta maneira, o conhecimento do público prioritário (que é uma função da vigilância socioassistencial) deve abrir uma oportunidade para que a intersetorialidade se efetive na proteção social básica. Pois isso ainda não acontece de maneira incisiva nas ações do CRAS. Então, ao mesmo tempo que é uma *oportunidade* torna-se uma *fragilidade*, visto que ainda não é efetivada, pelo menos no âmbito dos CRAS pesquisados.

No tocante ao CRAS Alfredo Nascimento, as oportunidades decorrentes da unificação nesse CRAS estão organizadas no quadro 21, a seguir.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Alfredo Nascimento
Melhoria na articulação institucional (2)*;	<p>[...] isso a gente já tem dois anos quando foi ano passado a gente fez um projeto com a Vemepa e [...] nos disponibilizou o brinquedo e a gente deu o brinquedo e disponibilizou também para as famílias de idosos e alguns adolescentes cesta natalina. Esse a gente tentou um outro projeto, mas a gente ainda não conseguiu (Entrevistas/Técnico E, CRAS Alfredo Nascimento).</p> <p>[...] do Projovem para cá o que a gente está conseguindo fazer são os passeios que a gente faz todo mês. Não é uma parceria fixa com as instituições, dependendo do mês, se tem chuva ou se não tem chuva. A gente vai planejando o que se pode se fazer, mas não é uma parceria fixa. A gente liga e agenda nos locais (Entrevistas/Técnico F, CRAS Alfredo Nascimento).</p>
Autonomia do técnico para articular atividades (1)*.	<p>[...] com o serviço de convivência, as principais vantagens, é [...] como o técnico tem toda a responsabilidade do planejamento, então por exemplo, eu tenho autonomia para convidar, que seja um amigo que seja médico para dar uma palestra para o meu grupo sobre ortopedia, sobre cardiologia, ou enfermeiro, eu posso fazer parceria, com batalhão, como a gente já fez, entendeu? Para ele está dentro do CRAS fazendo palestra, palestras para os grupos sobre segurança, principalmente na parte de idoso que tem aqueles golpes contra idoso (Entrevistas/Técnico H, CRAS Alfredo Nascimento).</p>

**Quadro 21 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Oportunidades ocorridas no Alfredo Nascimento com a Unificação do Projovem no SCFV**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Depreende-se do quadro 21, que a principal oportunidade se relaciona à *melhoria na articulação institucional* (2), assim como no CRAS Jorge Teixeira. Contudo, diferentemente desse CRAS em que as parcerias foram acionadas devido a estrutura e ao público prioritário, as parcerias estabelecidas no CRAS Alfredo vão estar mais ligadas às ações, a busca por

recursos de ordem materiais, como brinquedos e cestas básicas, pela necessidade de realizar passeios em outras instituições da cidade e, também, para contribuir nas oficinas nos diversos temas que são abordados no SCFV. Outra melhoria sinalizada se refere à *autonomia do técnico* de articular as atividades para a execução das ações, que estar estritamente ligada à articulação institucional.

No que se refere às *oportunidades ocorridas no CRAS Jorge Teixeira*, relacionadas ao processo de flexibilização, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, sobre isso, apenas (2) trabalhadores expuseram suas opiniões a respeito desse processo, no coletivo de (4) sujeitos entrevistados da equipe de referência do CRAS. Assim, seguem os relatos:

[...] acho que os ônibus que eles mandam para gente sempre são muito confortáveis, os lanches isso aí, acontece eles mandam o ônibus e conforme o quantitativo os lanches (Entrevistas/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).

Sim, tivemos o Ame a vida, tivemos muita parceira com o ame a vida, então, depois do reordenamento a gente conseguiu estreitar esses laços... até eles mesmo entram em contato com a gente. O ame a vida, Ubs, algumas escolas quando foi necessário fazer algumas palestras na área da educação pelo menos eu com o meu grupo, eu sempre conseguir (Entrevistas/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).

Ao se analisar o conteúdo da entrevista do técnico B verificou-se que apesar de ter sido sinalizado como uma oportunidade, na verdade se constitui como uma fortaleza. Mas, essa questão já foi contemplada na categoria das melhorias na infraestrutura no CRAS. Portanto, essa percepção não se classifica como sendo uma *oportunidade para o processo do CRAS*, no sentido, da matriz FOFA. Já o segundo entrevistado (D) conseguiu perceber a oportunidade em relação a isso, entretanto não é exatamente uma *oportunidade em relação à otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros*. Mas foi entendida pelo entrevistado como uma contribuição para a efetivação do SCFV, visto que é uma parceria que foi estabelecida para a melhoria do serviço, e um diálogo com outras políticas para atender uma demanda do SCFV.

No CRAS do Alfredo Nascimento, no que se refere às *oportunidades ligadas à otimização*, das seis pessoas entrevistadas da equipe de referência, apenas (1) técnico explicitou sua opinião. Contudo, não foi possível analisar essa opinião em termos de matriz FOFA, pois a percepção do entrevistado não se atrela ao conceito de oportunidade. Mas, apresenta-se com o sentido de fortaleza, que já foi amplamente discutida anteriormente, como pode ser visto, na citação a seguir:

[...] alimentação, do lanche do pessoal. Acho que isso facilitou mais, não é aquilo que deveria, poderia ser algo mais nutritivo, suco, uma torradinha e um bolo de chocolate [...] para o lanche é suficiente para comprar outras coisas (Entrevista/Técnico G, Alfredo Nascimento).

No que se refere à percepção da equipe técnica em relação às *principais oportunidades que impactam no CRAS Jorge Teixeira a partir do reordenamento*, dos 4 sujeitos entrevistados, apenas (2) expuseram sua opinião a respeito das oportunidades com o reordenamento. Nesse sentido, a primeira entrevista destaca:

Com o grupo de adolescentes e jovens é a questão do currículo a gente teve uma palestra no final do ano sobre o primeiro emprego [...] mandar para a empresa pelo primeiro emprego, então essas coisas assim que muitos não sabiam e foram orientados (Entrevistas/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).

Então se depreende, do primeiro entrevistado, que uma das principais oportunidades é a *possibilidade de orientá-los na busca da primeira experiência profissional*, por meio da elaboração de currículo e outras orientações. Trata-se de uma oportunidade, devido à parceria que se estabelece para realizar essa ação.

O segundo entrevistado também destaca essa questão da orientação a respeito da *empregabilidade dos jovens*, como uma das principais oportunidades. Nesse sentido, segue a sua narrativa:

E a gente conseguiu tipo, alguns adolescentes sabe que mora aqui próximo já estavam ingressando no mercado de trabalho, aqueles que completaram 18 que já foram desvinculados, já estão trabalhando (Entrevistas/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).

Em relação ao CRAS Alfredo Nascimento, as *principais oportunidades para os jovens no que corresponde ao reordenamento*, encontram-se na possibilidade de o CRAS estabelecer parceria com outros programas de outras instituições para incentivar a carreira dos jovens e, também, levar eles a conhecer outros lugares, a partir da oferta de passeio oferecida pelo serviço. Foram entrevistados (6) pessoas da equipe técnica, mas apenas três técnicos salientaram as *oportunidades percebidas a partir do reordenamento*. Como é possível verificar no quadro 22, que elucida a percepção desses técnicos a respeito desse processo.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe técnica do CRAS Alfredo Nascimento
Melhoria na articulação com programas para o primeiro emprego (1)*;	A gente trabalha diretamente com parceiras[...] crescimento pessoal e profissional, nós temos também um programa [...] é o Vira Vida, esse programa não sei se você conhece. [...]. Esse programa quem executa é o Sesi e nós fizemos a escolha desses jovens que participava do serviço de convivência para participar desse programa [...] tem vez que já sai de lá com um emprego de menor aprendiz (Entrevista/Técnico E, Alfredo Nascimento).
Incentivo a carreira por meio de parcerias (1)*;	A gente fez parceria com marinha, com aeronáutica. Então, muitos deles por estar numa fase que podem seguir carreira e que não conheciam e que talvez seria muito difícil conhecer [...], dentro de como é esse mundo da carreira militar. E tudo isso é o técnico que faz, que busca essas parceiras (Entrevista/Técnico H, Alfredo Nascimento).
Oportunidade de os jovens conhecerem outros lugares (1)*.	É uma oportunidade que eles têm, estão tendo de conhecer outros lugares que eles não têm condições de ir ou os pais não tem condições ou tempo de levá-los, então eu acho que é uma oportunidade que eles estão tendo, e também assim, como já falei contato profissional, com o Ifam, tem jovens fazendo curso pelo Senai, entendeu (Entrevista/Orientador Social I, Alfredo Nascimento).

**Quadro 22 - Percepção dos técnicos e orientadores a respeito das principais oportunidades ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento com o reordenamento do SCFV**

Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

As oportunidades listadas no quadro 22 são *oportunidades com o reordenamento*, mas não estão estritamente relacionadas à juventude. Contudo, entre essas oportunidades há um fio condutor que as liga, que é justamente o efeito de estabelecer parcerias, esta que não é intersetorialidade, mas que é importante para a articulação do CRAS visando a efetivação das ações do SCFV. Assim, dentre as *principais melhorias com o reordenamento no CRAS Alfredo Nascimento*, destaca-se: melhoria na articulação com programas para o primeiro emprego; incentivo à carreira por meio de parcerias; e oportunidade de os jovens conhecerem outros lugares.

### 3.4 Análise das fraquezas e/ou ameaças do processo de unificação do Projovem Adolescente ao SCFV

Neste tópico serão abordadas as fraquezas (fragilidades) e/ou ameaças advindas com o processo de unificação do Projovem ao SCFV. Observou-se que os trabalhadores do CRAS Jorge Teixeira não conseguiram expor suas opiniões sobre o tema, com exceção, apenas de um profissional, que elencou algumas determinações que foram importantes ao para saber como se deu os impactos desse processo no CRAS. Sendo assim, destaca-se a sua narrativa, a seguir:

[...] o espaço físico, a estrutura física que precisa ser territorializada, a gente precisa fazer essa pactuação com a comunidade, porém a gente não tem estrutura de chamar a comunidade aqui para dentro, presta atenção no local, como é que a gente precisa trazer a comunidade para dentro de um lugar que não sustenta essa comunidade? Essa questão física e os recursos humanos mesmo, profissionais estatutários, há uma rotatividade grande de estagiários, eu senti muito isso no grupo de adolescentes que tinha uma estagiária que já estava dois anos com eles, ela saiu apesar de que a que veio cobri-la excelente, mas uns se apegam tanto, criam um vínculo tão forte que acabam não vindo mais, por isso a importância do orientador social ter um vínculo com a prefeitura, com os gestores, com o serviço esse vínculo mais solidificado. Ser bem remunerado que é um problema sério, a gente recebe tanto recurso, mas não se investe no profissional, não se investe no estagiário [...] (Entrevista/Técnica B, CRAS Jorge Teixeira).

Pode-se verificar inúmeras fraquezas que ainda existem mesmo depois da unificação do recurso no serviço de convivência, tais como: falta de estrutura do CRAS e a desvalorização profissionais, seja dos técnicos, seja dos orientadores sociais. Em decorrência da falta de estrutura verifica-se como consequência a impossibilidade de abranger os usuários daquele território e, conseqüentemente, falta um trabalho mais incisivo com a comunidade. Ainda existe a falta de recursos humanos para atender a comunidade com qualidade, que tem problemas com a rotatividade de estagiários, quebrando o vínculo do profissional com a comunidade. Dado que os orientadores sociais (executores do SCFV) não possuem vínculo fixo com a prefeitura, são apenas estagiários, dos quais ficam até 2 anos no serviço, conforme a lei do estágio que legitima atuação de estudantes no país.

É imprescindível destacar que essas fraquezas estão relacionadas com a unificação do SCFV, mas são mais amplas, pois estão relacionadas às próprias limitações do poder público para efetivar o SUAS, o que exige do gestor público a oferta de uma adequada estrutura no CRAS, pois esse equipamento da proteção básica (porta de entrada) tem a missão de atender com qualidade os usuários que dependem dessa política. Para o CFESS (2013), o Estado tem que garantir as condições necessárias (materiais, institucionais, físicas e financeiras) para os trabalhadores (as) do SUAS exercerem suas funções na proteção básica e especial, na “perspectiva de efetivar a política de Assistência Social e materializar o acesso da população aos direitos sociais” (CFESS, 2013, p. 31).

Conforme Tavares (2009, p. 241), “o gasto com pessoal ainda é uma luta em curso na área, pois a Assistência Social carece da atuação de profissionais como sua grande tecnologia. Por isso urge a necessidade de viabilização de meios para que a precarização das relações de trabalho [...] seja superada”. Nesse sentido, a realização de concursos para essa área é fundamental. Além da necessidade de se garantir a suficiência de quantidade de trabalhadores (assistentes sociais e psicólogos) no CRAS, visando atender com qualidade a

população. No caso dos serviços socioassistenciais, o CRAS também deveria contar com orientadores sociais concursados, pois um grande problema é a saída dos orientadores, que tem como principal consequência o não acompanhamento dos usuários nas ações socioeducativas.

A respeito dessa questão de *estrutura física*, o entrevistado do segmento da gestão do serviço relatou que as fragilidades estão atreladas de fato ao espaço físico. Desse modo, a gestora do SCFV, salienta:

[...] essas limitações elas estão atreladas espaço físico, quantidade de espaço físico que o município, por exemplo, precisa ter. Parcerias que precisam ser feitas, articulações, promoções com a proteção social básica com a proteção social especial para tentar focar no público prioritário [...] (Entrevista A/Gerente do SCFV, Pesquisa de campo, 2017).

A narrativa denota que o município não dispõe atualmente de instalações físicas próprias e adequadas, e mesmo com as iniciativas de estabelecimento de parceiras, ainda será muito difícil superar essa questão de estrutura para atender a população.

Já em relação aos CRAS Alfredo Nascimento, dos seis (6) trabalhadores entrevistados, apenas um (1) trabalhador também expôs sua opinião a respeito das fraquezas decorrentes da unificação do PJA no SCFV. Analisa-se, então, a sua narrativa, a seguir:

[... ] questão de recursos materiais tem todo aquele processo de empenho que demora muito, acredito eu que essa forma de gestão está centralizando os recursos, estão por lá e não está com as coordenadoras, às vezes, dificulta muito a operacionalidade das ações em termos de materiais, necessita de um material, mas esse material tem que entrar lá, no empenho. Acho que é a nota de empenho para poder comprar aqueles materiais e depois encaminhar para os CRAS [...] ainda burocratiza, porque a ideia é agora você ter o recurso livre, está liberado aí. Se tem demanda você não tem como ir lá pegar o recurso; o importante desse processo de reordenamento, ele veio facilitar muita coisa, deveria em tese, unificar, mas a questão é, mas a gestão, a própria gestão do trabalho, como que está se dando isso, as capacitações, a operacionalidade desses serviços, a injeção de recursos (Entrevista/Técnico G, CRAS Alfredo Nascimento).

Para esse trabalhador do referido CRAS, as fraquezas percebidas com o processo de unificação estão ligadas, principalmente, à gestão. Segundo o entrevistado, esta que se configura como centralizadora, burocrática e com dificuldades de lidar com a gestão do trabalho. Corroborando com essas problemáticas levantadas por esse profissional, a gestora do SCFV salientou algumas dificuldades e particularidades, no que toca o manuseio dos recursos, como são feitos os pedidos, por exemplo, de lanche e compra de materiais.



A gente faz, participa de atas, nós somos participantes em atas não tem um pregão próprio da própria secretaria, então o lanche a gente vai se limitar naquilo que tá disponível em ata, então hoje a gente compra 4 tipos de lanches [...] nós temos 130 mil lanches comprados durante o ano, esses 130 mil são divididos em partes, conforme for crescendo o grupo, aí é como se o bolo fosse dividido ali [...] por exemplo, eu trabalho aqui com uma tabela mensal, eu já coloco aquela quantidade que vai pra aquele CRAS, não existe assim, ah! Esse mês vai faltar, mês que vem não vai ter, então a programação é de um mês para o outro, de um mês para o outro a gente tenta supri todas as necessidades do grupo de fato, o que eu sinto, o que a gente ainda tem de fragilidade são nos materiais pedagógicos, porque [...] têm a ver, às vezes, com a ata que vence, às vezes o fornecedor não quer fazer entrega, aí é uma série de burocracia que já faz parte, como é que eu vou dizer assim do setor público mesmo desse setor de compra que acaba fragilizando que a gente acaba não atendendo todos os materiais pedagógicos necessários que a gente possa desenvolver para uma boa atividade (Entrevista A, Gestora do SCFV, Pesquisa de campo, 2017).

Em termos de significado de fraqueza da matriz FOFA, pode-se inferir que as dificuldades apresentadas pela gestora do SCFV estão ligadas, principalmente, à aquisição de materiais, seja de lanches ou materiais pedagógicos. Essa questão se torna também uma ameaça, devido os serviços serem contratados externamente, dependendo de outros atores, o que demonstra os limites da secretaria de Assistência social em contratar empresas qualificadas, para que se possa atender com qualidade às demandas do SCFV. E por isso, esbarra-se nas burocracias, que afeta diretamente a execução das ações, gerando fragilidades no serviço. Por isso, as fragilidades apontadas pelo técnico do CRAS são importantes, dado que determinadas decisões influenciam nas ações, e podem prejudicar sua qualidade.

No quadro 23 serão apresentadas as fraquezas relacionadas à flexibilização no CRAS Jorge Teixeira, isto é, a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Jorge Teixeira
Dificuldades na infraestrutura (3)*;	<p>[...] o material que vem do lanche já vai vencer, não é de muita qualidade, a gente deveria priorizar uma alimentação mais saudável [...] vem mais coisa industrializada [...] não tem profissional [...] a gente não tem condições de contratar um profissional para vim trabalhar essas demandas com os adolescentes não tem espaço lúdico [...] a própria estrutura do CRAS a gente não consegue [...] montar um grupo mais fortalecido por conta da estrutura (Entrevista/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).</p> <p>[...] não é um lanche apropriado desde 2012 é a mesma coisa [...] material pedagógico talvez não seja ideal por causa da estrutura, nem tudo a gente ainda consegue usar, digamos tem a faixa etária de bebê de 0 a 6 só que é no mesmo ambiente que às vezes precisa ficar adolescente [...] é uma fraqueza estrutura física. E isso prejudica o serviço e o orientador [...] não vai ter o material disponível para essas atividades, então a gente vai ter que dá aquele improvisado básico (Entrevista/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).</p> <p>O lanche [...] deveriam aprimorar o lanche [...] a qualidade também [...] a</p>

	pistola, por exemplo, coloca na tomada e queima...pede o outro, bota na tomada e queima [...] (Entrevista/Orientador Social L, CRAS Jorge Teixeira).
Improviso para realizar as ações (2)*;	[...] faz aquele improviso para não ficar sem executar as atividades (Entrevista/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira). (Entrevista/Técnico D, CRAS Jorge Teixeira).  [...] improvisando tudo- os orientadores sociais- eu sempre digo assim que eles têm que ser mil e uma utilidades (Entrevista/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).
Dificuldades na gestão dos recursos humanos (1)*.	[...] eles têm que ser mil e uma utilidades que trabalham com tudo [...] os próprios recursos humanos [...] é uma das fraquezas principais [...] qualificação para estagiário nunca vi [...] mas eles aprendem muito aqui na prática mesmo [...] a questão da valorização profissional, a respeito da questão financeira e a valorização social. A área da assistência é muito desvalorizada tanto socialmente quanto financeiramente (Entrevista/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).

**Quadro 23 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Fraquezas ocorridas no CRAS Jorge Teixeira no que tange a flexibilização, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Depreende-se do quadro 23, que os principais impactos ocorridos no CRAS Jorge Teixeira em termos de fraquezas mais frequentes são: as *Dificuldades na infraestrutura* (3), que se desdobram em seguintes aspectos: a oferta do lanche que não é de qualidade; estrutura inadequada para o trabalho com os grupos; ausência de espaço lúdico e para praticar esporte; ausência de oficina; insuficiência da estrutura do CRAS em conformidade com que deveria oferecer; insuficiência de materiais pedagógicos; e recursos pedagógicos de má qualidade. A segunda maior fraqueza identificada se refere à *otimização dos recursos*, que está ligada ao improviso das ações para realizar as atividades, seja muitas vezes pela falta de lanche, seja pela falta de material para a realização das atividades rotineiras do CRAS.

E por fim, a terceira maior fraqueza se refere às *dificuldades na gestão dos recursos humanos*, que tem como desdobramentos: a imposição de polivalência dos orientadores sociais; recursos humanos insuficientes; falta de qualificação para os orientadores; desvalorização da assistência social e desvalorização do profissional. Destaca-se, que os *orientadores sociais* não são concursados, eles são estagiários, e identificou-se nessa pesquisa, que esses estagiários são do curso de serviço social. Do ponto de vista da necessidade de efetivação da PNAS, essas ameaças são extremamente graves, pois dificultam o acesso da população aos direitos sociais. E aí não somente da juventude, mas de todos os usuários do SUAS.

Cabe ressaltar, ainda, que algumas dessas fraquezas, como por exemplo o lanche, está contraditoriamente indicado como melhoria de infraestrutura, no item das fortalezas (já analisado anteriormente). Esse item foi destacado como avanço, mas os trabalhadores

reconhecem que ainda precisa fortalecer muito mais, pois, a assistência social apresenta-se ainda fragmentada e com poucas condições concretas de realizar às ações voltadas aos usuários que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. A respeito dessa fraqueza, principalmente ligada à oferta do lanche, a Gerente do SCFV salienta que:

[...] todos os grupos recebem lanche, tentamos até melhorar o tipo de lanche, mas aí a gente esbarra em umas outras situações que já são burocráticas, por exemplo, aqui na secretaria a gente faz, participa de atas, nós somos participantes em atas não tem um pregão próprio da própria secretaria, então o lanche a gente vai se limitar naquilo que está disponível em ata, então hoje a gente compra 4 tipos de lanches (Entrevista A/Gerente do SCFV, Pesquisa de campo, 2017).

O representante da gestão entrevistado ressalta que têm dificuldades para comprar os lanches, devido a burocratização e a participação em ata, devido a essa questão o lanche é de baixa qualidade nutricional para todos os participantes do serviço, da criança ao idoso. Todos são obrigados a ter acesso ao mesmo lanche, o que é um limite, uma fraqueza para o aprimoramento do serviço, conforme problematizado pelos trabalhadores. Outra dificuldade que foi salientada por quase todos os técnicos e orientadores está relacionada aos materiais pedagógicos. Sobre essa questão, a gerente do SCFV também reconhece que é uma fraqueza, devido:

[...] a gente ainda tem de fragilidade são nos materiais pedagógicos, porque esses materiais pedagógicos têm a ver, às vezes, com a ata que vence, às vezes, o fornecedor não quer fazer entrega, aí é uma série de burocracia que já faz parte, como é que eu vou dizer assim do setor público mesmo, desse setor de compra que acaba fragilizando que a gente acaba não atendendo todos os materiais pedagógicos necessários que a gente possa desenvolver para uma boa atividade (Entrevista A/Gerente do SCFV, Pesquisa de campo, 2017).

A Gerente do SCFV destaca que enfrenta dificuldades referentes à burocratização, tendo as mesmas dificuldades com a compra do lanche. Entende-se que são dificuldades que devem ser superadas, pois tanto o lanche quanto os materiais pedagógicos são fundamentais para a efetivação das ações. Já o quadro 24 trata das percepções da equipe de referência do CRAS Alfredo Nascimento, a respeito dos impactos que geraram fraquezas no CRAS, com o processo de flexibilização, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Nesse CRAS, apenas dois (2) trabalhadores, dentre os seis (6) que concederam à entrevista, não externalizaram sua opinião sobre o processo de otimização dos recursos. Há apenas uma categoria nesse quadro que é mais abrangente, que é a dificuldade com a gestão dos recursos humanos, que se desdobram em questões mais específicas, a serem detalhadas a seguir:

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa da equipe de referência do CRAS Alfredo Nascimento
Dificuldades com a gestão dos recursos humanos (3)*;	[...] os orientadores eles não recebem nenhuma orientação quando eles chegam aqui, então eles chegam perdidos (Entrevista/ Técnico F, CRAS Alfredo Nascimento). [...] só tem orientadora que acumula a função de oficineiro. Que é responsável de fazer oficina de arte, oficina disso, oficina daquilo (Entrevista/ Técnico G, CRAS Alfredo Nascimento). Eu acho que, o que faltava, o que falta é mais orientador, questão de técnico eu acho que é suficiente, mas mais orientador ainda falta, porque eu acho que um orientador para 30 jovens é difícil de controlar (Entrevista/Orientador Social J, CRAS Alfredo Nascimento).
Dificuldades na oferta do lanche (2)*;	Algumas vezes a gente passa o sufoco de não chegar lanche, acabou lanche. Mas assim, é uma coisa que a gente consegue lidar, entendeu? [...] não existe uma variedade e [...] se preocupa até com a saúde deles. Imagina uma criança ingerindo todo esse tipo de gordura, açúcar e tudo mais, mas é assim, o que vem para gente, entendeu. (Entrevista/ Técnico F, CRAS Alfredo Nascimento). Às vezes falta material, às vezes falta um lanche, é bem difícil [...] lanche para eles, porque é sempre a mesma coisa [...] enjoa mesmo, eu particularmente nem como mais e eles: tia, mais só tem isso? É só uma coisa, o ano todinho. Às vezes, chega 60 bolinhos aqueles do bob esponja, aí 30 refrigerantes mais ou menos (Entrevista/Orientador Social J, CRAS Alfredo Nascimento).
Falta de materiais (1)*;	[...] eu acho que recursos suficientes nós não temos, acho que não, às vezes (Entrevista/Orientador Social J, CRAS Alfredo Nascimento).
Ausência de espaços adequados para desenvolver às ações (1)*;	[...] até essa questão do espaço já é um pouco ruim (Entrevista/Orientador Social J, CRAS Alfredo Nascimento).
Falta de entendimento da gestão a respeito da incorporação do reordenamento (1)*;	[...] com o reordenamento teoricamente deveria fortalecer muita coisa, o problema é questão de gestão, não sei até que ponto entenderam, incorporaram o processo de reordenamento (Entrevista/ Técnico G, CRAS Alfredo Nascimento)
Dificuldades de lidar com Exigência da gestão sobre atingir o público prioritário (1)*;	[...] eu só sei que às vezes se exige que tenha um tanto de usuários no serviço por causa do recurso. Se tiver abaixo disso, eles chamam atenção [...], mas tem que manter aquele padrão [...]. Então, isso dificulta muito das vezes o trabalho com a prioridade, porque se exige quantidade, mas os prioritários ficam de fora (Entrevista/ Técnico G, CRAS Alfredo Nascimento)
Cancelamento de passeios (1)*.	[...] a gente marca um passeio e nós não podemos ir (Entrevista/Orientador Social J, CRAS Alfredo Nascimento)

**Quadro 24 - Percepção dos técnicos e orientadores sociais sobre as Fraquezas ocorridas no CRAS Alfredo Nascimento no que tange a flexibilização, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A partir de análise mais apurada realizada no quadro 24 pode-se identificar *duas fraquezas* no CRAS Alfredo Nascimento, a primeira se refere às *dificuldades com a gestão dos recursos humanos* (3), que se desdobram em: falta de formação para os orientadores, polivalência do orientador social, ausência de oficineiro e insuficiência de orientadores sociais. A segunda fraqueza se refere às *dificuldades com a infraestrutura* (2), que se materializa em: atraso na oferta do lanche; falta de variedade do lanche; e lanche de má

qualidade. Destacam-se também outras fraquezas que se referem: à falta de entendimento da gestão a respeito da incorporação do reordenamento; falta de materiais pedagógicos; ausência de espaços adequados para desenvolver às ações; dificuldades de lidar com exigência da gestão sobre atingir o público prioritário; e cancelamento de passeios.

Pode-se inferir das dificuldades identificadas no CRAS Alfredo Nascimento, que o reordenamento, nesse processo de flexibilização, não melhorou as condições de trabalho dos orientadores sociais, que são tão responsáveis pelo serviço quanto o técnico. Pois, a função maior do orientador é realizar o *serviço socioeducativo com os adolescentes*. Assim, questiona-se: como eles vão realizar de maneira eficaz às ações se eles ganham menos de 1 salário mínimo? Eles são estagiários e não são concursados, não recebem formação e ainda trabalham exercendo duas funções, isto é, a de oficineiro. Essas dificuldades concretas estão presentes tanto no CRAS Alfredo Nascimento quanto no CRAS Jorge Teixeira.

Conforme a política do SCFV (2013), o oficineiro faz parte da equipe de referência do CRAS, mas a sua contratação é optativa. Pelo visto, a secretaria de assistência social da cidade de Manaus resolveu não fazer opção por esse tipo de contrato. E isso, conseqüentemente, precariza o serviço e não garante aos jovens um serviço de qualidade. Entende-se que essa é uma fragilidade (fraqueza), que deve ser vencida, pois é uma dificuldade concreta nos dois CRAS, sendo assim, torna-se necessário fortalecer a equipe de referência, pois, no âmbito do CRAS, os profissionais dessa equipe são os grandes responsáveis pelo sucesso das ações do SCFV.

A falta de estrutura afeta diretamente o bom andamento das ações, a respeito desse tema e dos seus desdobramentos, uma das orientadoras sociais do CRAS Alfredo Nascimento, destaca:

Para mim deveria ter uma área da questão ambiental, porque aqui não tem um lugar onde a gente pudesse plantar alguma coisa. Acho que deveria ter uma parte da horta assim. Acho que é o que falta aqui. E questão assim também, aqui acontece, às vezes, os adolescentes querem fazer uma atividade, assim: jogar um pingue pongue, brincar de dominó [...] às vezes, eles não podem, porque aqui tem uma outra sala que o rapaz faz uma entrevista do CadÚnico, então eles não podem fazer muito barulho, querendo ou não, entendeu. Então, acho que assim, que deveria ter uma outra área onde a gente pudesse ficar que não prejudicasse o outro atendimento [...] porque a gente até dar uma hora de lazer para eles e às vezes a gente evita de fazer isso, porque não pode ter o barulho (Entrevista/Orientador Social I, CRAS Alfredo Nascimento).

A narrativa dessa orientadora oferece a descrição da impossibilidade de realizar determinadas atividades dentro do CRAS Alfredo Nascimento, seja de ordem específica,

como criar uma área para desenvolver educação ambiental, quanto para os jovens adolescentes desenvolverem ações lúdicas. Sabe-se que o CRAS é uma estrutura pensada para atender as famílias, e para colocar em prática os serviços da *Proteção Social Básica*, verifica-se que sua estrutura mínima está contemplada, mas ainda está longe de se adequar às atividades que o SCFV precisa oferecer. Como oferecer determinadas ações com uma estrutura limitada? Falta de estrutura é um problema sério nos CRAS pesquisados, pensa-se nas ações, inclusive preconizadas em lei, mas não se oferece condições necessárias para a realização do trabalho, pode-se inferir que essas são algumas das contradições do SCFV.

E outro agravante, é a questão do lanche que enfrenta problemas sérios, além da falta de variedade destacada pela equipe técnica, ainda enfrenta a má qualidade nutricional. No CRAS Jorge Teixeira, a técnica salienta que é oferecido o mesmo lanche para a criança e para o idoso, que muitas vezes já tem diabetes, não podendo assim, ingerir alimentos com alto teor de açúcar. Para uma das orientadoras do CRAS Alfredo Nascimento, essa questão do lanche é tão séria, que os jovens adolescentes, chegam a passar mal: “acho que o prefeito ou Estado deveria mudar a alimentação, porque já chegou criança a passar mal, acho que devido a esse bolinho do bob esponja, entendeu. Deveria ter uma coisa mais saudável para eles comerem [...]” (Entrevista/Orientador Social J, CRAS Alfredo Nascimento). São questões concretas que dificultam o acesso do cidadão, a de fato, usufruir de um dos seus direitos principais, como a alimentação.

Destaca-se, a seguir, a situação no CRAS Jorge Teixeira em relação às principais fraquezas ocorridas no CRAS com o reordenamento do SCFV. Dos quatro (4) entrevistados apenas um (1) profissional quis ponderar a respeito desse tema, sendo assim, sua opinião está destacada a seguir:

[...] A gente vem atendendo alguns adolescentes de medidas socioeducativas foi até um questionamento que eu coloquei ali quando a gente tava discutindo isso, eles enviam os adolescentes de medida socioeducativa próximos, envia ao CRAS próximo da residência, dependendo da fama desses adolescentes as coisas não correm bem aqui dentro foi o que aconteceu aqui conosco, teve um adolescente que veio cumprir uma medida socioeducativa aqui aí a gente integra ao serviço, que o público prioritário do serviço. Muitas crianças e adolescentes tinham medo dele, eu não sei se isso tem a ver com alguma coisa em relação a financiamento não. E a falta de participação dos pais, a gente chama, chama e vem muito poucos hoje nós estávamos com uma reunião aqui com algumas mães, não tinham nenhum pai, a responsável familiar geralmente é a mulher de sua família e você ver assim de 20 que a gente chama 8 aparecem essa é uma fraqueza muito forte (Entrevista/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).

Uma fraqueza apontada no CRAS Jorge Teixeira foi que o reordenamento permitiu ampliar o público prioritário, atendendo, por exemplo, os egressos de medidas socioeducativas. Em relação a esse público, a narrativa indica a falta de preparo do CRAS para atender esse público, o que é uma fraqueza, pois a equipe técnica deveria estar capacitada para atender esse público. Esse relato evidencia que é preciso *preparar e formar os técnicos e orientadores para lidar com o público prioritário*, seja ele advindo de medida socioeducativa ou não. Os trabalhadores do SCFV deveriam ter condições técnicas para acompanhar este jovem que cumpre medida socioeducativa. Isso significa que essa fraqueza está para além de os pais não acompanharem o desempenho dos filhos no SCFV, como salientou a técnica.

No CRAS Alfredo Nascimento também apenas um profissional conseguiu identificar as fraquezas do reordenamento, dos seis (6) trabalhadores que eram os sujeitos da pesquisa. Assim, o entrevistado G, destacou:

[...] o reordenamento [...] ele veio colocar no eixo as ações que eram pontuais e separadas, o serviço de convivência ele aglutinou, mas o problema, ao aglutinar esses grupos, eu não sei até que ponto, como que está a política de capacitação para esses trabalhadores do SUAS [...] o Projovem adolescente tinha um percurso metodológico. E aqui no serviço de convivência, tem lá uma cartilha que diz que o eixo de convivência, o eixo comunitário, o eixo disso, está lá, mas nenhum momento ele direciona para dizer olha esse aqui são os percursos que a gente tem que chegar. Só no final que ele coloca quais as aquisições e objetivos a serem alcançados com esses serviços. Então [...], mas não direciona como as cartilhas do Projovem [...] tem a metodologia do Projovem, mas parece que não foi incorporado nesse reordenamento. Eu não sei se é uma falha do reordenamento, de não criar cartilhas direcionando um percurso metodológico, porque o que tem são cartilhas dizendo que são os serviços e quais são os ganhos que deve ter no final [...] a gente começa um percurso metodológico com um grupo de adolescentes, mas a gente percebe uma rotatividade [...] eu trabalho um percurso, começo a metade sai, o restante fica e aí vem outra metade que já entra no meio do caminho do percurso [...] para você ver a falta de leitura dos técnicos, dos gestores ou da própria questão da política, porque se eu não consigo entender o reordenamento do serviço de convivência, eu sempre vou tá confundindo com o PAIF. (Entrevistas/Técnico G, CRAS Alfredo Nascimento).

O entrevistado G aponta algumas fragilidades visualizadas a partir do reordenamento do SCFV, tais como: pouca capacitação dos profissionais, perda do percurso metodológico do PJA, rotatividade dos grupos de convivência, pouco entendimento sobre o reordenamento e ausência de produção de cartilhas sobre a continuidade do PJA no serviço, o que para ele representa uma confusão teórica. É importante salientar que sobre a referida metodologia, apenas um (1) orientador durante a pesquisa salientou que ainda trabalhava o traçado metodológico, os trabalhadores raramente citaram a *continuidade da metodologia*

*Projovem*, entretanto, para a gestão do serviço do SCFV o traçado metodológico ainda é preservado, como é possível verificar neste relato da gerente do SCFV:

[...] apesar de o Projovem ele ter toda uma metodologia que ainda se é utilizada, por exemplo, que a gente faz uma capacitação com um orientador social ele leva daqui um cd com tudo que ele faz de leitura sobre o Projovem adolescente ainda, as metodologias, porque eles trabalhavam com metodologia que focava alguns temas que a gente permanece ainda focando [...] a gente ainda utiliza os cadernos do Projovem não com aquela, vamos te dizer, como se aquilo fosse aquelas orientações fossem ensinadas, com foco naquilo, não a gente vai com foco nos temas a serem trabalhados dependendo da realidade daquele grupo, daquela comunidade, a metodologia, por exemplo, que a gente vai atender os adolescentes lá da zona leste não vai ser a mesma muitas vezes vai depender da realidade pra zona oeste (Entrevista A/Gerente do SCFV, Pesquisa de campo, 2017).

A partir do que a gestora do SCFV sinaliza, pode-se destacar que o *traçado metodológico do Projovem* continua para dar suporte para a capacitação dos orientadores sociais, capacitação esta que está fragilizada, pois foi possível perceber durante as entrevistas dos técnicos, a ausência de capacitação para esses trabalhadores. Outro ponto a destacar sobre não operar as ações por meio do traçado é a questão de as atividades serem trabalhadas de maneira pontual, privilegiando somente alguns temas e não sua completude.

No tocante das *ameaças decorrentes do processo de flexibilização*, otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, apenas dois (2) trabalhadores explicitaram a respeito desse processo no CRAS Jorge Teixeira, os demais não conseguiram identificar qualquer ameaça dessa ordem. Conforme percepção do primeiro técnico:

Olha eu acho que falta muito recurso para vim, acho que deveria ser melhor investido, mas nunca dar, nunca dar para comprar é esse o discurso que a gente escuta, mas eu acho que talvez dava para dar uma investida melhor assim nos equipamentos, pelo menos nos jogos, por exemplo, eles mandam milhões de bastão de cola quente que nem funciona, tudo quebrado, então nesse sentido, uma melhor qualidade dos objetos, do material adquirido (Entrevistas/Técnico B, CRAS Jorge Teixeira).

Verifica-se a partir da percepção desse técnico de referência do SCFV (Técnico B), que uma ameaça identificada no CRAS Jorge Teixeira se refere à *otimização dos recursos*, isto é, a questão do investimento na compra de determinados materiais. Para este, há um desperdício e uma má qualidade nos materiais que são comprados, por isso uma ameaça, pois é de fora para dentro do SCFV (influência externa). Para o entrevistado, investe-se em materiais que são de baixa qualidade e encontram barreiras para que possa vim da secretaria materiais que eles realmente necessitam para realizar as ações. Assim, percebe-se que as



*condições materiais se mostram insuficientes*, o que tem como consequência o aumento da desproteção social, dado que sem as condições necessárias para viabilizar as ações, haverá constantemente *fragilidades*, oferecendo a população um serviço fragmentado, feito de qualquer modo. Isso significa que são fraquezas que também se tornam ameaças para o bom desempenho das ações, pois os materiais não dependem somente do CRAS, mas da solicitação da secretaria, no que tange a viabilização de materiais.

A narrativa do segundo entrevistado, a respeito da *otimização dos recursos*, pondera sobre as empresas que fornecem lanche para o SCFV:

[...] é uma ameaça [...] toda vez que troca a empresa. A gente fica um bom período sem lanche [...]. Sempre acontece isso mesmo. É uma ameaça, uma fragilidade, pois não é um lanche apropriado, e desde 2012 é a mesma coisa (Entrevistas/Técnico C, CRAS Jorge Teixeira).

A primeira narrativa, do entrevistado B, explicita a problemática com materiais pedagógicos, já a segunda (entrevistado C) denuncia a falta de lanche, que se dá pela troca de fornecedores da prefeitura. Além de que situa uma fragilidade já salientada nas fraquezas a respeito da otimização dos recursos, que é a questão do lanche.

No CRAS Alfredo Nascimento, ressalta-se a percepção de um entrevistado sobre uma ameaça relacionada à *otimização dos recursos materiais e humanos*:

[...] começa-se percurso metodológico, percebe uma rotatividade, como superar essa rotatividade? Como eu posso trabalhar? Se tem rotatividade? [...] eu trabalho um percurso, a metade sai, o restante fica e aí vem outra metade que já entra no meio do caminho do percurso (Entrevistas/Técnico G, CRAS Alfredo Nascimento).

Assim, esse relato do entrevistado elucida a *ameaça da rotatividade dos participantes do serviço*, como uma dificuldade que interfere no acompanhamento dos jovens. Portanto, a *rotatividade do grupo* torna-se uma *ameaça externa*, pois foge ao controle do CRAS.

### 3.5 Ampliação e melhoria do atendimento aos jovens após a Unificação do Projovem ao SCFV?

Dando continuidade à análise deste trabalho, verifica-se significativos impactos decorrentes da decisão política de reordenar os pisos dentro do SCFV. As dificuldades (fraquezas e/ou ameaças), apontadas pela equipe técnica e pela gestora do SCFV em Manaus, revelam as condições de operacionalização da proteção social básica e as contradições quando comparadas com a legislação que preconiza a respeito desse processo. Nesse sentido, é importante retomar as quatro finalidades do reordenamento: “possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV” (BRASIL, 2013, p. 1).

Tendo como base essas quatro finalidades, pode-se inferir que de fato, após esses quatro anos de reordenamento em Manaus, a Unificação do Projovem ao SCFV nos CRAS pesquisados, de fato, possibilitou o planejamento da oferta de acordo com a realidade local, mesmo com as dificuldades concretas dos CRAS para atingir o público prioritário. Nota-se também, que apesar de ser uma meta o alcance do público prioritário, o município de Manaus ainda não conseguiu atingir o público esperado pela política e pelo pacto de aprimoramento do SUAS, o que se torna um desafio para a gestão.

Nesse sentido, buscou-se apreender a percepção dos técnicos do CRAS Alfredo Nascimento e do CRAS Jorge Teixeira sobre a *ampliação do atendimento aos jovens* após o processo de Unificação. Desta maneira, o quadro 25 apresenta a percepção dos referidos técnicos:

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa apenas dos técnicos dos CRAS pesquisados sobre a ampliação após a Unificação
Aumentou o quantitativo após a Unificação (5)*;	<p>[...] abriu um leque também de grupo de adultos. De repente, ele não está naquela faixa de 17, a gente tem possibilidade de espaço a gente criaria um grupo de 18 a 24 anos [...] então ele ampliou sim, o serviço, se eu olhar nessa perspectiva do serviço de convivência. (Entrevistado C, técnico/Jorge Teixeira)</p> <p>Sim, ampliou sim, o Projovem eu não me recordo de quantas vagas nós oferecíamos, mas o grupo de adolescentes apesar da infraestrutura que não ser apropriada para a realização dos grupos [...] mas aí cada grupo oferta 25 vagas, até 30. Então a gente tem 2 grupos, 1 grupo de manhã de adolescentes e um grupo a tarde. E com o Projovem eu não me recordo. Mas assim, depois do reordenamento houve uma oferta maior (Entrevistado D, técnico/Alfredo Nascimento).</p> <p>Sim, através dos programas e dos serviços, nos programas do caso Vira Vida</p>

	(Entrevistado E, técnico/Alfredo Nascimento).  Ah sim, hoje os nossos jovens eles estão no quantitativo máximo e completo (Entrevistado F, técnico/Alfredo Nascimento). Ampliou, hoje atende mais de não sei quantos... usuários aqui, acho que mais de 100, mais de 200, 100 ou 200 se não me engano. Mas assim, recursos humanos não é suficiente F Ampliou, hoje atende mais de não sei quantos... usuários aqui, acho que mais de 100, mais de 200, 100 ou 200 se não me engano. Mas assim, recursos humanos não é suficiente (Entrevistado G, técnico/Alfredo Nascimento).
Diminuiu o quantitativo após a Unificação (1)*.	Eu acho que diminuiu, deu uma diminuída o grupo, olha porque para a gente conseguir público para os grupos assim, é trabalhoso, você precisa fazer uma busca ativa (Entrevistado B, técnico/Jorge Teixeira).

**Quadro 25 - Percepção dos técnicos do CRAS Alfredo Nascimento e do Jorge Teixeira a respeito da ampliação do atendimento aos jovens após a Unificação**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No quadro 25 é possível verificar que a maioria dos entrevistados (5 técnicos) disseram que houve aumento do atendimento à juventude a partir da Unificação dos pisos. Consta-se que as informações evidenciadas no quadro (25) confirmam a discussão já realizada de alguns pontos relevantes nessa pesquisa, tais como: o atendimento do público prioritário, a articulação com outros serviços, e programas para o atendimento da juventude. Entretanto, considera-se que em termos quantitativos, esse aumento de público não se mostra surpreendente, o que houve na verdade, foi uma ampliação das ações do SCFV, decorrente de realização de maior articulação interinstitucional e criação de grupos, mas de outros ciclos de vida. Destaca-se que apenas um técnico sinalizou que diminuiu o quantitativo de jovens, mostrando, principalmente a dificuldade de convocar jovens para os grupos. O que demanda para a equipe de referência mobilização e busca ativa.

É imprescindível lembrar que uma das prerrogativas do reordenamento do SCFV é ampliar a oferta do serviço, a partir da unificação, visando atingir o público prioritário<sup>21</sup>. Neste estudo, também se buscou levantar a percepção dos *orientadores sociais* sobre a ocorrência ou não da ampliação da oferta da proteção social básica à juventude de 15 a 17 anos.

<sup>21</sup> *Discriminação do público prioritário*: I - Em situação de isolamento; II - Trabalho infantil; III - Vivência de violência e, ou negligência; IV - Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - Em situação de acolhimento; VI - Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - Egressos de medidas socioeducativas; VIII - Situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - Crianças e adolescentes em situação de rua; XI - Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, CNAS, 2013, p.3)

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos Orientadores Sociais vinculados ao CRAS Alfredo Nascimento e CRAS Jorge Teixeira
Falta de acompanhamento (1)*	Falta um acompanhamento realmente, assim com eles de um profissional mesmo, entendeu. Está sempre ali acompanhando, está compartilhando conhecimento, reunião com os pais, para os pais conhecerem o serviço, porque antes eles vinham colocavam a criança, o jovem aqui e não sabiam o que era o serviço (Entrevista/Orientador Social 1/Alfredo Nascimento)
Falta de divulgação (1)*	Não houve ampliação, porque eu vejo assim que tem muito jovem, adolescente, criança que ou até mãe mesmo aqui dessa comunidade que não sabe que a gente oferece isso... porque não é muito divulgado, eles não sabem. Tanto que quando está tendo grupo tem umas mães que estão lá fora. Essas crianças? É curso? O que é isso? (Entrevista/Orientador Social 2/Alfredo Nascimento)
CRAS territorialmente distante dos jovens; (1)*	Não, porque como eu que eu vou te falar, assim eles são muito distantes, principalmente os adolescentes vou focar um pouco neles em questão... a questão deles é a seguinte, onde eles moram o local, do brasileiro pra cá. Eu tenho adolescente de lá, então eles chegam assim para mim: tia, a gente queria vim mais vezes, mas eu não tenho passagem de ônibus (Entrevistado/Orientador social 3/Jorge Teixeira).

**Quadro 26 - Percepção dos orientadores sociais sobre a ampliação do SCFV depois da unificação**

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Para os *orientadores sociais*, dois são os determinantes que dificultam a ampliação do SCFV. Primeiro, é a questão da *falta de divulgação*, tendo em vista que muitos pais não sabem que o serviço acontece no CRAS. Segundo, destaca-se a questão da *distância da moradia dos jovens*, o que dificulta esses usuários acessarem à política pública, embora a política preconize que o CRAS deva estar próximo dos cidadãos mais vulneráveis (territorialidade). Esta situação demonstra a fragilidade da própria política, uma vez que os cidadãos deveriam contar com os equipamentos do Estado próximo a eles. Isso significa que, na visão desses *orientadores*, mesmo com o reordenamento o serviço (SCFV), ainda não se conseguiu atingir às juventudes em situação de risco e vulnerabilidade social, seja pela falta de informação e/ou pela distância do próprio CRAS, que deveria estar próximo da população, respeitando a questão do território, que é um pilar de gestão do SUAS.

Atualmente, o município de Manaus conta com apenas 20 CRAS, mas de acordo com o pacto de Aprimoramento do SUAS (2014), o município deveria ter 48 CRAS instalados na capital. Desta forma, verifica-se que Manaus tem menos da metade da quantidade de CRAS que deveria ter, conforme compromisso de gestão que foi assumido ainda em 2014. Isso explica porque os jovens vivenciam a situação de morarem longe dos CRAS, denotando a falta de compromisso da gestão municipal quanto à observância da diretriz da territorialidade no planejamento da oferta dos serviços socioassistenciais.

Em relação à *quantidade de atendimentos aos jovens antes e após a unificação*, apenas dois técnicos sinalizaram sobre essa questão, os demais técnicos, tanto do CRAS

Alfredo Nascimento, quanto do Jorge Teixeira, sinalizaram o quantitativo geral de atendidos no SCFV, que tem uma média de 100 a 200 usuários em cada CRAS. Uma técnica do CRAS Alfredo Nascimento lembrou na época que o Projovem atendia mais ou menos 30 adolescentes e a técnica do Jorge Teixeira sinalizou que havia apenas dois grupos antes do reordenamento e atualmente esta realidade permaneceu inalterada com apenas 2 grupos de 15 a 17 anos. Conforme é possível verificar no quadro 27, a respeito do quantitativo de grupos do SCFV por ciclo de vida. Do lado direito estão os dados do CRAS Jorge Teixeira e do lado esquerdo do CRAS Alfredo Nascimento.

CRAS Alfredo Nascimento	Quantidade de grupos	CRAS Jorge Teixeira	Quantidade de grupos
Crianças	3	Crianças	2
Adolescentes	2	Adolescentes	2
Jovens 15 a 17 anos	2	Jovens 15 a 17 anos	2
Adultos	0	Adultos	0
Idosos e Adultos	1	Idosos	2

**Quadro 27 - Quantitativo de grupos de SCFV em todas às faixas etárias nos CRAS pesquisados**

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nesse sentido, conforme o quadro 27, no que se refere à juventude há dois grupos de SCFV em cada CRAS pesquisado. A gestora municipal do SCFV da cidade de Manaus sinalizou também que “[...] no Projovem tinha 400 participantes que estava documentado”. Mas quando eu fui fazer visita em *lócus*, acho que não chegava a 200”. Em relação ao total de jovens atendidos na cidade de Manaus, a gestora sinalizou que são 700 a 800. Entretanto salientou que “esse quantitativo oscila por trimestre. Já cheguei até mil, às vezes, tem mais, tem menos, é dessa forma. Mas que inicialmente era bem menos” (Entrevista A/Gerente do SCFV, Pesquisa de campo, 2017).

O quadro 28 a seguir, elucida as *melhorias oriundas do reordenamento a partir das percepções dos jovens entrevistados* (de 15 a 17 anos), que participam do SCFV tanto no CRAS Alfredo Nascimento como no CRAS Jorge Teixeira. Para facilitar o entendimento do leitor sobre as informações levantadas nas entrevistas, as narrativas desses jovens estão organizadas à direita do quadro e foram identificadas com letras do alfabeto que vão de A à M. Ressalta-se que os jovens que receberam as letras de A à F pertencem ao CRAS Jorge Teixeira, e os jovens de G à L são do CRAS Alfredo Nascimento. Assim, dos 12 jovens entrevistados, 5 jovens haviam participado na modalidade programa (*Projovem adolescente*) ou conhecem alguém da família que participou do referido programa. Isso facilitou para que eles fossem capazes de expor suas opiniões sobre o referido processo de reordenamento.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos Jovens de 15 a 17 anos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, da PSB
Não souberam responder (6)*	Não sei (Entrevistados G,H,I,J,L,M/Jovens Alfredo Nascimento e Jorge Teixeira).
Melhoria nas atividades (3)*	Porque quando a gente fazia lá a gente não tinha tanto passeio como aqui (Entrevistado/Jovem A/Jorge Teixeira). Melhorou nas atividades, antes a gente só assistia filme, agora têm dinâmicas, perguntas (Entrevistado/Jovem B/Jorge Teixeira). Trouxeram mais atividades para cá (Entrevistado C/Jovem).
Melhoria com os orientadores (2)*	Sim. Melhorou nos orientadores. Está, porque antes a gente brincava lá fora aí a professora não falava muito, agora é outra professora, antes era a outra, agora a professora não brinca mais lá fora, ela fala de assuntos, sobre o <i>bulling</i> , a violência que a gente tem aqui, ela bota um filme sobre a violência, sobre <i>bulling</i> aquelas pessoas que não gostam de gente pobre ou negra que ficam humilhando, é isso ((Entrevistado/Jovem E/Jorge Teixeira).  Melhorou os orientadores (Entrevistado/Jovem F/Jorge Teixeira).
Melhoria na estrutura (1)*	A estrutura física (Entrevistado/Jovem D/Jorge Teixeira).

**Quadro 28 - Percepção dos jovens sobre melhorias a partir do reordenamento de 2013**

**\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria**

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As categorias que mais se destacaram foram aquelas sinalizadas pelos jovens que estão a mais tempo vinculados ao SCFV. Por isso, eles puderam apontar, mesmo que timidamente, algumas melhorias (nos passeios e nos momentos lúdicos) na oferta da PSB. Identificou-se também na pesquisa, que o CRAS Jorge Teixeira abarca o maior quantitativo de jovens que está há mais tempo no serviço. Eles destacam também que ao longo desse tempo melhorou a atuação dos orientadores sociais, e sobre essa questão a jovem (E) do CRAS Jorge Teixeira salienta, por exemplo, a importância de tratar temas que em casa seria difícil de dialogar com os pais. Essa percepção elucida a *importância do trabalho socioeducativo para esses jovens*. Já jovens que estão a pouco tempo no SCFV (de 3 a 6 meses) não souberam identificar se houve mudanças a partir de 2013, e salientam também que não ouviram falar sobre o reordenamento e nem sabiam que o *Projovem* continuou no serviço após a sua unificação.

A respeito das principais melhorias decorrentes do reordenamento desde 2013, os relatos dos jovens evidenciam melhorias nas atividades, melhorias com orientadores sociais e na estrutura do CRAS. Contudo, é importante destacar um breve relato de uma técnica do CRAS Jorge Teixeira, que descreve como era antes de 2013, sinalizando como eram as condições para o funcionamento do Projovem. Sendo assim, segue o referido relato:

[...] era naquele formato, era só uma sala que só cabia o administrativo e a coordenação e a gente ficava aqui na parte de fora, onde era um tipo chapéu de palha e aqui nesse mesmo espaço funcionava o Projovem, depois, então antes da reforma, a gente já começou a absorver os serviços aos poucos, porque assim, não tinha nem um perfil delineado [...] colocava o orientador, ele fazia um trabalho, algumas atividades, que não eram muito que planejadas, não tinha um profissional a frente (Entrevistado C, Técnico/ Jorge Teixeira, Pesquisa de campo, 2017).

Nesse sentido, a narrativa dessa técnica corrobora com as dos jovens, visto que os dois segmentos de sujeitos da pesquisa ressaltam as melhorias no serviço desde 2013, a começar pela estrutura, que mesmo sendo a estrutura mínima do CRAS, já se avançou significativamente, diante de uma realidade em que as atividades, bem como os atendimentos eram realizados em um “chapéu de palha”. Isto é, com poucas condições para a realização das atividades e de atendimento dos usuários da PNAS. E sobre a realidade do CRAS Alfredo Nascimento, no que concerne à estrutura do CRAS, pode-se notar que não é muito diferente do CRAS Jorge Teixeira, nesse sentido, a técnica (E), destaca:

“Tudo era cedido, todas as nossas coisas eram em outros locais. E daí depois de um ano eu passei aqui para o CRAS do Alfredo Nascimento, então nessa transição foi cheia de reformas nos CRAS, então a gente não tinha esse espaço” (Entrevistado E, Técnico/Alfredo Nascimento, Pesquisa de Campo, 2017).

Em síntese, foi possível perceber que a política pública de assistência social em Manaus, em sua prática encontra inúmeros desafios, já supracitados por meio dos dados apresentados, para efetivar o SCFV como um serviço qualificado para aqueles que dela necessitam, e apesar da ampliação e das melhorias no atendimento aos jovens após a unificação, as contradições e dificuldades se evidenciam e impedem a operacionalização eficaz do serviço. O que impacta negativamente para que o SUAS seja um sistema de proteção social de qualidade na perspectiva do direito social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram destacados os avanços históricos da Política de Assistência Social no Brasil desde a constituição de 1988. Dentre os principais marcos desses avanços estão a LOAS (1993), a PNAS (2004) e a implantação do SUAS em 2005. Nesse processo de implementação e consolidação do SUAS, como *sistema de proteção social não contributiva*, ocorreram avanços institucionais importantes mediante o estabelecimento de parâmetros, normativas e orientações técnicas de funcionamento do SUAS. O estudo realizou uma análise da articulação entre as políticas de Assistência Social e as políticas voltadas para a juventude, em que foram discutidas às necessidades da juventude em situação de riscos e vulnerabilidade social, numa perspectiva de multidimensionalidade e complexidade da questão da pobreza na sociedade capitalista.

Atualmente, existem algumas políticas de juventude que trabalham no enfrentamento à pobreza na perspectiva de sua multidimensionalidade, e nesta pesquisa se destaca o *programa Pronatec*<sup>22</sup>, que faz a articulação entre a política de Assistência Social e a política de Juventude, na lógica da intersetorialidade. É preciso ressaltar que grande parte dos usuários do Pronatec advém dos Programas de Transferência de renda do governo federal. O Pronatec tem como público alvo os usuários da Assistência Social, tais como: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

Entende-se que a Política de Juventude deve ganhar cada vez mais espaço na agenda do Estado Brasileiro. E espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para que a *proteção social básica*, no âmbito da política de assistência social em Manaus, possa ser cada vez mais eficaz, não somente para à juventude, mas também para todos que necessitam dessa política pública.

O foco do estudo foi analisar os impactos do reordenamento dos serviços na proteção básica em Manaus, especificamente os impactos da unificação do Programa Projovem ao SCFV. Dessa maneira, foram pesquisados nos CRAS (*locus* da pesquisa) os seguintes itens: 1) ampliação do acesso da juventude vulnerabilizada ao serviço, sobretudo após o reordenamento; 2) mudanças a partir de 2013 referentes à satisfação dos jovens pelas

---

<sup>22</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011.



atividades que participam; 3) melhoria na provisão de materiais; 4) continuação da *metodologia/Projovem* adolescente; 5) verificação de desenvolvimento de ações que contribuem para o jovem pensar sobre seu projeto de vida, 6) verificação se as ações colaboram para o compromisso dos jovens com a realidade.

Para entender, de maneira ampla, esse processo de reordenamento das ações voltadas aos jovens adolescentes no SCFV, tornou-se elementar, empreender nessa pesquisa a identificação do *perfil da juventude em situação de vulnerabilidade e risco social que são atendidas pelo serviço*, tanto no CRAS Alfredo Nascimento, quanto no CRAS Jorge Teixeira. Os resultados apresentados por meio de pesquisa de campo permitem inferir que se trata de jovens adolescentes que necessitam ser acompanhados, pois alguns traços desse perfil apresentam características desafiadoras, das quais a Proteção Básica necessita dar atenção para assim, realizar um enfrentamento eficaz diante da realidade que se apresentou na pesquisa.

Diante do *perfil da juventude em situação de vulnerabilidade e risco social nos CRAS pesquisados*, notou-se muitos desafios que interpelam a materialidade da política de Assistência Social, uma das inferências a fazer é a necessidade de busca do conhecimento do território (faz-se urgente a efetiva implantação da vigilância socioassistencial), e de suas inúmeras contradições, que vão afetar diretamente a materialização do acesso dos jovens aos bens e serviços sociais, o que vai exigir também um amplo conhecimento dos territórios, por parte dos trabalhadores do Suas, que devem se atentar ao tema da *territorialidade e intersectorialidade*, visando elaborar ações mais estratégicas, que de fato possam alcançar a juventude e suas demandas.

Este estudo avaliou os impactos do reordenamento do SCFV por meio da lógica da Matriz FOFA, em que se buscou conhecer as fortalezas e/ou oportunidades, assim como as fraquezas e/ou ameaças decorrentes desse processo de reordenamento nos CRAS, visando analisar se *houve melhorias e ampliação nas ações voltadas à juventude de 15 a 17 anos*. Nesse sentido, destaca-se as *principais fortalezas* identificadas nos dois (02) CRAS pesquisados, tais como: melhoria no processo de compra do lanche; ampliação das faixas etárias; realização de concurso para ampliar a equipe técnica; adaptação conforme a realidade do CRAS; melhoria no cumprimento do planejamento por parte da Gestão Municipal; melhorias no processo de planejamento das ações; melhorias na infraestrutura, aumento no corpo de orientadores sociais, melhoria no acompanhamento dos técnicos para com os orientadores; melhoria na organização dos atendimentos; melhoria na proximidade entre

orientador e usuário; possibilidade de trabalhar com diferentes faixas etárias; redução da evasão por meio do acompanhamento dos técnicos; melhoria na oferta do lanche; e contribuição na saúde bucal dos jovens.

E no que tange às principais *oportunidades decorrentes do processo de reordenamento*, a pesquisa identificou nos dois CRAS pesquisados, as seguintes oportunidades: melhoria na articulação institucional; facilidade para criação de convênio; abertura para a rede socioassistencial; clareza quanto ao atendimento prioritário; autonomia do técnico para articular atividades; melhoria na articulação com programas para o primeiro emprego; incentivo à carreira dos jovens por meio de parcerias; oportunidade de os jovens conhecerem outros lugares.

No que concerne às *fraquezas e ameaças identificadas nos CRAS pesquisados*, destaca-se: falta de estrutura do CRAS; desvalorização do profissional; gestão centralizadora e burocrática; dificuldades na gestão do trabalho, dificuldades na infraestrutura, imprevisto para realizar as ações, dificuldades na gestão dos recursos humanos; dificuldades na oferta do lanche; falta de materiais; ausência de espaços adequados para desenvolver as ações; falta de entendimento da gestão a respeito da incorporação do reordenamento; dificuldades de lidar com exigência da gestão sobre atingir o público prioritário; cancelamento de passeios; falta de preparo do CRAS para atender o público prioritário; pouca capacitação dos profissionais; perda do percurso metodológico do Projovem; rotatividade dos grupos de convivência; pouco entendimento sobre o reordenamento e ausência de produção de cartilhas sobre a continuidade do Projovem no serviço. E por fim, *as principais ameaças identificadas na pesquisa nos CRAS* são: investimento na compra de determinados materiais de forma desnecessária; troca de fornecedores na prefeitura e rotatividade dos jovens.

Destaca-se dentre os resultados desta pesquisa, que impactou as ações do SCFV, é a perda da *metodologia Projovem*, visto que o programa tinha uma metodologia de intervenção. Verifica-se que o serviço aponta objetivos das ações, mas não descreve como devem ser feitas, então, um dos impactos desse processo de reordenamento, que pode-se configurar como negativo, é a extinção da metodologia do Projovem, o que pode gerar improvisações e fragmentação das ações, dado que o *traçado metodológico* anterior explicava com detalhes quais eram as etapas que os jovens deveriam alcançar para que pudessem se desenvolver, no que tange ao direito de convivência familiar e comunitária, a convivência social, a participação cidadã e a convivência social, que são objetivos do Projovem e, também, do SCFV.

Cabe destacar, que as ações do *Projovem Adolescente* continuam dentro do serviço (SCFV), entretanto essas ações perderam suas características metodológicas enquanto Programa, ou seja, houve a perda do seu *traçado metodológico*, que era uma chave para se chegar aos resultados esperados. Enquanto Programa, essas características foram suprimidas pela rotina própria do serviço. Isso pode ser constatado pela narrativa dos técnicos, orientadores e da gestora, e de alguns adolescentes que nunca ouviram falar a respeito do *Projovem Adolescente*.

De modo geral, os orientadores sociais tanto do CRAS Alfredo Nascimento como do CRAS Jorge Teixeira destacaram três aspectos sobre o processo de reordenamento do CRAS. O primeiro aspecto foi que *o reordenamento trouxe oportunidades para o estabelecimento de parcerias*, que podem favorecer a oferta de oportunidades para os jovens terem condições de acessar um curso profissionalizante, denotando a colaboração do CRAS para o incentivo à formação profissional destes jovens. O segundo aspecto a *ampliação da equipe técnica*, que resultou em melhorias no acompanhamento e na elaboração das atividades. E, por fim, o terceiro que se refere à *mudança de direcionamento no serviço*, uma vez que, apesar da unificação entre SCFV e *Projovem*, estes têm finalidades diferentes, o que leva para direcionamentos diferenciados nas atividades, como foi destacado pelo orientador do CRAS Jorge Teixeira, confirmando assim a ponderação da importância de se manter o *traçado metodológico do Projovem Adolescente*.

Cabe ressaltar que houve um (01) *orientador social* do CRAS Jorge Teixeira que não soube responder à questão sobre as melhorias no CRAS desde 2013, demonstrando falta de compreensão sobre as mudanças ocorridas com o reordenamento, apesar desse orientador estar no serviço há um (01) ano e meio. Sendo assim, pode-se questionar: será que no CRAS não tem espaço de diálogo para avaliação dos resultados do reordenamento? Será que não há uma avaliação de alcance de metas? Será que esta preocupação deverá ser somente da gestão?

É imprescindível destacar especificamente a necessidade de se efetivar a *intersetorialidade*, pois a pesquisa sinaliza que os trabalhadores do Suas devem estar preparados para acionar a *rede de proteção social*, mesmo que a política já garanta esse diálogo, é imperativo sinalizar para que não se perca de vista sua importância. Para assim realizar ações estratégicas de enfrentamento dos riscos sociais nas realidades complexas que se apresentam, nessas relações contraditórias entre capital e trabalho. Em síntese, nessa dimensão é importante maior diálogo, com a política de saúde, de educação, de mobilidade

urbana, de cultura, de segurança, de renda, trabalho e enfrentamento às drogas, visto que esta pesquisa identificou nessas questões um quadro de maior desproteção.

Dentre os principais resultados da pesquisa de campo, avaliou-se, também, que *as ações melhoraram ao longo desses quatro anos*. Pois, percebeu-se, no que se refere ao conteúdo ofertado, por exemplo, que há uma multiplicidade, isto é, com diversos temas que dizem respeito à realidade dos jovens. Embora, os resultados da pesquisa apontem que o serviço ainda não atua em alguns temas, que do ponto de vista daquilo que se preconiza como objetivo específico para os jovens de 15 a 17 anos, a ser trabalhado, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de (2009), ainda não ocorrem em sua completude. A respeito dos temas que não trabalhados destaca-se: organização Juvenil, mobilização comunitária, participação política e políticas públicas. A pesquisa aponta também que a estrutura do CRAS não colabora para que algumas atividades sejam realizadas, dado que não oferece espaço adequado para realizar atividades lúdicas e formativas, como por exemplo, desenvolver o tema da Educação Ambiental, da qual foi citada pelos orientadores.

É possível sinalizar que o processo de unificação possibilitou o SCFV atingir o *público prioritário* e atender o coletivo de jovens, adolescentes e crianças em situação de risco e vulnerabilidade social que estão na faixa 10 a 14 anos de idade, visto que, com a unificação se garantiu a flexibilidade para o uso do recurso, que pode ser investido nas demais faixas etárias e não somente para os jovens de 15 a 17 anos. Pode-se inferir, a partir das narrativas dos trabalhadores, que o reordenamento facilitou a execução do serviço, contudo não foi possível garantir a qualidade na oferta. Isso fica evidente na questão da qualidade na oferta do lanche e do material pedagógico. Muito embora já tenha tido alguns avanços nessa dimensão se comparado a outros tempos, como a equipe de referência salientou.

Para os *orientadores sociais* do Alfredo Nascimento houve melhorias na organização e no acompanhamento técnico, o que se avalia como positivo. Pode-se concluir também que o traçado metodológico do Projovem é desconhecido pelos orientadores. Diante desse cenário, também se visualiza alguns avanços, pois nesse CRAS houve melhoria do acompanhamento entre técnicos e orientadores sociais desde a unificação do Projovem ao SCFV, o que pode sinalizar a elaboração de atividades, ações, com mais planejamento e intencionalidade.

Diante do exposto, foi possível verificar na pesquisa que as ações dentro dos CRAS pesquisados vêm sendo ampliadas no atendimento aos jovens, denotando que houve um aumento considerável no que se refere à cidade de Manaus. Contudo, nos CRAS permaneceu a mesma quantidade de grupos, agora mais acompanhados pela equipe técnica do CRAS, o

que pode também pode ser avaliado como positivo. Assim, com o reordenamento foi possível ampliar as ações para todas as faixas etárias, então nesse sentido houve também ampliação em termos quantitativos.

Como já salientado, a estrutura do CRAS, bem como a oferta do lanche, ainda é um limite. A desvalorização da equipe de referência, também foi umas dificuldades apontadas na pesquisa, que precisa ser melhorado, pois eles são fundamentais para o bom desempenho das ações no CRAS. A precarização do trabalho, tendo poucas condições de trabalho, e aí embora tenha melhorado, como reconhecido pelos trabalhadores do Suas, ainda encontram muitas dificuldades. Nesse sentido, a política pública de assistência social em sua prática encontra inúmeros desafios e contradições para se efetivar como um serviço qualificado diante das dificuldades que se apresentaram latentes.

Diante dos resultados, sinaliza-se como recomendações: 1) realização urgente de concurso público para ampliar a equipe de referência dos CRAS, principalmente concurso para orientadores sociais; 2) contratação de oficinairo para realizar as ações de lazer, esporte, dança, teatro e cultura aos jovens, pois foi uma fragilidade encontrada na pesquisa; 3) valorização dos trabalhadores do SUAS, desde os técnicos aos demais servidores; 4) mudança na estrutura do CRAS (melhoria das instalações físicas) para atender às demandas de ampliação das ações SCFV decorrentes do processo de reordenamento deste serviço.

Indica-se, também, a necessidade de ampliação da quantidade de CRAS em territórios vulneráveis, pois os CRAS pesquisados atendem muitos territórios geograficamente extensos, o que distancia a população do acesso à proteção social básica. E a respeito da intersetorialidade, mesmo que haja iniciativa de parcerias e abertura para isso no SCFV, é necessário que a secretaria de assistência social possa se aprofundar mais nesta discussão, para que possam realizar ações mais estratégicas e integradas, no que se refere ao enfrentamento à pobreza. Acredita-se que diante dos resultados, o *Projovem Adolescente* realmente deveria estar unificado ao SCFV, e o seu traçado metodológico respeitado para que de fato pudesse realizar um processo de transformação com os jovens que acessam o SCFV. No que se refere também ao público prioritário, a gestão do SCFV deve se preocupar com a capacitação dos operadores do SCFV, de modo a preparar os profissionais para o atendimento desse público.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) representa um avanço na concepção de proteção social, pois foi a partir dessa nova compreensão que o campo da assistência social ampliou suas possibilidades, dado que, nessa concepção inclui-se a

*prevenção* como ideia primordial da proteção. Especialmente, em um contexto como exposto nessa pesquisa, de desafios multidimensionais da pobreza, que arranca da juventude às oportunidades de acesso aos direitos sociais. Em síntese, o reordenamento do SCFV trouxe muitos avanços, mas ainda são insuficientes, diante da realidade de múltiplas determinações da *questão social manauense*, pois ainda persistem questões estruturais mais amplas, que impedem a efetivação da proteção social básica da juventude, de modo pleno, tal como foi preconizada nos marcos legais do SUAS.

Por fim, acredita-se que os resultados da presente pesquisa irão contribuir para a qualificação da oferta do serviço (SCFV) às juventudes, pois traz reflexões importantes sobre os avanços (fortalezas e oportunidades) decorrentes do processo de unificação do Programa *Projovem adolescente* ao SCFV, bem como elucida as dificuldades e/ou fragilidades desse processo de unificação (fraquezas e ameaças). Assim, as reflexões críticas tecidas nesse estudo apontam algumas problemáticas, que podem subsidiar tomadas de decisões de gestão que criem possíveis formas de atenuá-las e/ou superá-las, contribuindo para a melhoria do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no contexto de Manaus, tendo em vista que o SUAS é um modelo de gestão recente e precisa cada vez mais de aperfeiçoamento.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella Souza. **Risco e vulnerabilidade na Política Nacional de Assistência Social**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, UFES, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008**. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências, Brasília, 4 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 26 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Regulamenta e Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social Anotada**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAnotada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf)>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria do MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013 (anotada e comentada)**. Dispõe sobre o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio do Piso Básico Variável - PBV, e dá outras providências, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria do MDS nº 171, de 26 de maio de 2009**. Dispõe sobre o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, e dá outras providências. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, Brasília, abril de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2013, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo: traçado metodológico**. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução Cnas nº 13, de 13 de maio de 2014**. Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social –SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. Brasília, 26 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda da Juventude Brasil- Quem são... como vivem... o que pensam e propõem os jovens brasileiros?** Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Relatório Parcial Resumido. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. **Boletim Juventude Informa: Educação**. Participatório-Observatório Participativo da Juventude da Secretaria Nacional de Juventude/SNJ e do Instituto de

\_\_\_\_\_. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) MDS. **Extrema Pobreza em seu município (Manaus/Am)**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=236](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=236)>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva**, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) MDS. **Proteção Social Básica em Manaus**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=235](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=235)>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) MDS. **Relatório do Pacto do Aprimoramento do Suas 2013**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 1 de abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) MDS. **Relatório do Pacto do Aprimoramento do Suas 2014**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 1 de abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) MDS. **Vulnerabilidade Social e Juventude Negra em Manaus**. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>> . Acesso em: 2 de abr. 2017.

BENTES, Norma. **Manaus realidades e contrastes sociais**. 2. edição revisada e ampliada. – Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.



CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos**. – São Paulo: Cortez, 2014.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: Desigualdade e a questão social/ Org. Mariangela Belfiore-Wanderley, Lúcia Bógus, Carmelita Yasbek, -3. Ed. rev. e ampliada- São Paulo: Educ, 2008.

COSTA, Suely Gomes. **Sociedade Salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro**. In: O enfrentamento da Pobreza em questão. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.63, p. 5- 26, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. In: Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, DF. Reimpressão, 2013.

COUTO, Berenice Rojas. YAZBEK, Maria Carmelita. SILVA, Maria Ozanira da Silva. RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. (Org.) Berenice Rojas Couto... [et al.]. -3. Ed rev. e atual.- São Paulo: Cortez, 2012.

DENCKER, Ada de Freitas Manetti, VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. Editora: Futura.- São Paulo, 2001.

FAUSTINO, Taiane Queithe da Silva. **Assistência Social e Intersetorialidade: conteúdos para um debate**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas- JOIINP. Desenvolvimento da crise Capitalista e a Atualização das lutas contra a exploração, a dominação e humilhação. Cidade Universitária, São Luiz do Maranhão, 20 a 23 de agosto de 2013.

GARAJAU, Narjara. **Reflexões sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão social**. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões Socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. Belo Horizonte, 7 a 9 de junho de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IAMAMOTO, M.V. CARVALHO, R de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10 ed. São Paulo: 2008.

IANNI, Octávio. **Questão Social**. Revista USP. São Paulo, set/out/nov/, p. 145-154, 1989.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010 (Município de Manaus)**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=130260&idtema=1&search=amazonas|manaus|censo-demografico-2010:-sinopse>>. Acesso em: 6 de jun. 2016.

IBGE. **Informações referentes ao censo de 2010**. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 30 de maio. 2016.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios Brasileiros**/ editores: Marco Aurélio Costa, Barbara Oliveira Marguti.- Brasília: IPEA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Democracia Racial e Homicídio de Jovens negros na cidade partida**/ editores: Daniel Cerqueira, Danilo Santa Cruz Coelho.- Texto para discussão 2267. Brasília: IPEA, 2017.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice Aparecida. **A interlocução do território na agenda das políticas sociais**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, jul. 2010.

MANAUS (Capital). Resolução nº 011, de 20 de junho de 2013. **Dispõe sobre o Termo de Aceite do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Manaus**, Ano XIV, Edição 3200, 2 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites, e dá outras providências**. Manaus, Ano XI, Edição 2365, 14 de janeiro de 2010.

MONTAÑO. Carlos. **Pobreza, “Questão Social e seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Sueli. **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan. /mar.2010.

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. **Território: conceito estratégico na assistência social**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n.1, p. 66-88, jul. /dez. 2013.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “ Questão Social”**. Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, Graffiline, 2001.

NUNES, Maisa Bruna de Almeida. Dissertação de Mestrado. **Juventude e Trabalho: uma análise da implementação do Programa Projovem Trabalhador no Município de Manaus**. Dissertação de Mestrado. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: UFAM, 2015.

PEREIRA, Potyara. A. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara. A. **P. Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan. /jun. 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. 4ª Ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Josiane Santos. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**- São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Serviço Sociedade e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out. /dez. 2013.

\_\_\_\_\_, Aldaíza. **Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais**. Caderno e Textos da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS/MDS, 2007.

\_\_\_\_\_, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: MDS, UNESCO. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009.

\_\_\_\_\_, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. FLEURY. **A seguridade na travessia do Estado Assistencial Brasileiro**. In: Os direitos (dos desassistidos) sociais. -6.ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. – São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade; MACEDO, Débora Maria Borges. **O Conselho Nacional de Juventude e a Participação Social dos Jovens no Ciclo de Políticas Públicas**. In: Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas. Organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho. – Brasília: Ipea, 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes. **Os jovens adolescentes no Brasil: a situação socioeconômica, a violência e o sistema de justiça juvenil**. In: Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas. Organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho. – Brasília: Ipea, 2016.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TAVARES, Gisele de Cássia. **O financiamento da Política de Assistência Social na era SUAS**. In: MDS, UNESCO. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. In: Questão Agrária/ Pobreza. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UFAM

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_ para participar da pesquisa referente ao Projeto intitulado: **Proteção Social e Juventude: impactos da unificação do Projovem adolescente ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos-SCFV em Manaus**, de responsabilidade da pesquisadora **Lidiane de Aleluia Cristo**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, localizado no Setor Norte do Campus Universitário no Instituto de Ciências Humanas e Letras, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado, pelo telefone (92) 3305-4579 / 991289265, email: ppgss@ufam.edu.br e de sua orientadora **Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira** no mesmo endereço citado acima.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo geral Avaliar os impactos do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que unificaram os recursos e as ações do *Programa Projovem Adolescente* sobre a oferta da proteção social básica à juventude em Manaus e objetivos específicos: a) Identificar o perfil da vulnerabilidade e risco social da juventude atendida no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; b) Caracterizar as ações de proteção social básica que estão sendo ofertadas para os jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Analisar se o processo de unificação realmente possibilitou a qualificação e ampliação das ações socioassistenciais de proteção básica voltada para a juventude.

A referida pesquisa será desenvolvida através da realização de Entrevistas Semiestruturadas. Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio da concessão de 01 (uma) entrevista com a autorização prévia para o uso de gravador, e máquina fotográfica, todavia, se isto representar algum tipo de incômodo, não o utilizaremos, lançando mão da escrita para que as informações sejam registradas.

Informamos que os riscos advindos de sua participação nessa pesquisa podem envolver desconforto, constrangimento em algum momento da realização das entrevistas. Sendo que tais riscos serão trabalhados para que não ocorram, mas caso aconteçam a pesquisadora responsável por essa pesquisa se compromete em imediatamente encaminhar os sujeitos aos profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral, bem como ressarcir de qualquer prejuízo, assegurando o direito à indenização e à cobertura material para reparação de danos oriundos desse processo. Além disso, o trabalho será organizado por meio de números e letras, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados, garantindo o sigilo e preservando a sua identidade.

Dentre os benefícios advindos neste estudo destaca-se que se você aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, bem como aprimorar a política de Assistência Social e de Juventude a partir da concretude da política social no cotidiano profissional, e assim como poder qualificar as ações que são realizadas com os usuários a partir de suas realidades.

Serão respondidas as perguntas que o (a) Sr. (a) souber e quiser responder, além disso, o Sr. (a) terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. Se depois de consentir sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em

qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por prestar informações.

Os resultados produzidos com a pesquisa serão analisados e publicados nos meios científicos, e os dados coletados que serão obtidos por meio dos instrumentais de pesquisa serão armazenados e arquivados nas dependências do grupo de pesquisa Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia, que é sediado nas dependências da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, no Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL, no departamento de Serviço Social, sala 5. Cabe ressaltar, também, que sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UFAM, localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone fixo: 3305-1181, ramal 2004, email: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com).

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa.

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pela pesquisadora responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participan

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da  
Impressão do dedo polegar direito

Pesquisadora

Caso não possa assinar

## Apêndice B – Formulário de pesquisa- segmento dos operadores (técnicos e orientadores sociais) e gestores da proteção social básica



Universidade Federal do Amazonas  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

### FORMULÁRIO DE PESQUISA

**Projeto:** Proteção Social e Juventude: Impactos da Unificação do Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV em Manaus.

**Pesquisadora:** Lidiane de Aleluia Cristo

**Orientadora:** Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira

**Sujeitos da Pesquisa:** Segmento dos Operadores (Técnicos e Orientadores) e dos gestores da Proteção Social Básica

**CRAS:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ **nº** \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO

1. Gênero:  Masculino     Feminino
2. Tempo de trabalho no CRAS? (\_\_\_\_\_)
3. Estado Civil:  Solteiro(a)  Casado(a)  União Consensual  Separado( ) ( )  
Divorciado(a)  Outros:
4. Idade:  15-19     20-24     25-29     30-34     35-39     40-44     45-49     50-54  
 55-59  Acima de 60 anos
5. Qual é a sua renda individual mensal?  
 menos de 1s/m  
 1 s/m  
 de 1s/m a 2s/m  
 de 2s/m a 3s/m  
 de 3 s/m a 4 s/m  
 de 4 s/m a 5 s/m  
 5 s/m ou mais
6. Nível de ensino:  
 Nunca estudou  
 Alfabetizado  
 Ens. Fundamental incompleto  
 Ens. Fundamental completo  
 Ens. Médio incompleto  
 Ens. Médio completo  
 Ens. Superior incompleto  
 Ens. Superior completo

**Perfil dos CRAS que atendem a juventude em situação de vulnerabilidade e risco social- Perguntas somente para o técnico coordenador**

**O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS:**

7. Quanto tempo o CRAS está no bairro? \_\_\_\_\_
8. Quantos bairros esse CRAS atende? \_\_\_\_\_
9. Quais são os nomes desses bairros?
10. O imóvel que funciona o CRAS é cedido ou é alugado?
11. Quais são os programas, projetos, benefícios, serviços ofertados no CRAS?
12. Quantas famílias são atendidas no CRAS?
13. Quantos jovens e adolescentes são atendidos no CRAS?
14. Há quantos grupos do SCFV:
  - ( ) Crianças
  - ( ) Adolescentes
  - ( ) Jovens de 15 a 17 anos
  - ( ) Jovens e Adultos
  - ( ) Idosos

**Equipe de Referência do CRAS**

15. Na equipe de referência todos os profissionais são concursados?
  - ( ) Sim ( ) Não
16. Possui quantitativo de técnicos de nível superior exigido?
  - ( ) Sim ( ) Não
17. Possui materiais pedagógicos, culturais e esportivos disponíveis?
  - ( ) Sim ( ) Não
18. Quantos técnicos trabalham no CRAS? \_\_\_\_\_
19. Quantos orientadores sociais trabalham no CRAS? \_\_\_\_\_
20. Como que chegam às demandas no CRAS?

**Estrutura do CRAS**

21. Qual é o horário de funcionamento do CRAS? \_\_\_\_\_
22. Sobre a estrutura mínima do CRAS, a unidade possui:
  - Recepção ( )
  - Sala de atendimento ( )
  - Sala de uso coletivo ( )
  - Sala administrativa ( )
  - Copa ( )
  - Banheiros ( )
  - Outros Especificar: \_\_\_\_\_ -
23. Há Condição adequadas de acessibilidade no CRAS?
  - ( ) Sim ( ) Não
24. Possui computador com acesso à internet?
  - ( ) Sim ( ) Não
 Caso positivo, são suficientes para a realização do trabalho?

**FORTELEZAS- Melhorias internas ocorridas** com o reordenamento do SCFV de 2013, que mudou as regras de cofinanciamento dos recursos (piso a piso), e inseriu a realização do Projovem Adolescente-PJA no SCFV (**PARA TÉCNICOS, ORIENTADORES E GESTORES**).

25. Quais foram **fortalezas** internas ao CRAS nesse processo de flexibilização dos recursos, isto é, com a unificação dos pisos?

26. Quais são as fortalezas internas a partir do reordenamento do SCFV de 2013, no que tange a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros?

27. Na sua opinião, com o reordenamento do SCFV, sobretudo na realização das ações do serviço a jovens de 15 a 17 anos, o reordenamento trouxe fortaleza para a realização do serviço? Sim ( ) Não ( )  
Se sim, quais foram as principais fortalezas internas apresentadas com esse novo contexto do reordenamento?

**FRAQUEZAS – Dificuldades internas ocorridas** com o reordenamento do SCFV de 2013, que mudou as regras de cofinanciamento dos recursos (piso a piso), e inseriu a realização do Projovem Adolescente-PJA no SCFV (**PARA TÉCNICOS, ORIENTADORES E GESTORES**).

28. Quais foram fraquezas internas ao CRAS nesse processo de flexibilização dos recursos, isto é, com a unificação dos pisos?

29. Quais são as fraquezas internas a partir do reordenamento do SCFV de 2013, no que tange a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros?

30. Na sua opinião, com o reordenamento do SCFV, sobretudo na realização das ações do serviço a jovens de 15 a 17 anos, o reordenamento trouxe fraquezas para a realização do serviço? Sim ( ) Não ( )  
Se sim, quais foram as principais fraquezas externas apresentadas com esse novo contexto do reordenamento?

**OPORTUNIDADES Melhorias externas ocorridas** com o reordenamento do SCFV de 2013, que mudou as regras de cofinanciamento dos recursos (piso a piso), e inseriu a realização do Projovem Adolescente-PJA no SCFV (**PARA TÉCNICOS, ORIENTADORES E GESTORES**).

31. Quais foram oportunidades externas ao CRAS nesse processo de flexibilização dos recursos, isto é, com a unificação dos pisos?

32. Quais são as oportunidades externas a partir do reordenamento do SCFV de 2013, no que tange a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros?

33. Na sua opinião, com o reordenamento do SCFV, sobretudo na realização das ações do serviço a jovens de 15 a 17 anos, o reordenamento trouxe oportunidade para a realização do serviço? Sim ( ) Não ( )  
Se sim, quais foram as principais oportunidades externas apresentadas com esse novo contexto do reordenamento?

**AMEAÇAS- Dificuldades externas ocorridas** com o reordenamento do SCFV de 2013, que mudou as regras de cofinanciamento dos recursos (piso a piso), e inseriu a realização do Projovem Adolescente-PJA no SCFV (**PARA TÉCNICOS, ORIENTADORES E GESTORES**).

34. Quais foram ameaças externas ao CRAS nesse processo de flexibilização dos recursos, isto é, com a unificação dos pisos?



35. Quais são as ameaças externas partir do reordenamento do SCFV de 2013, no que tange a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros?

36. Na sua opinião, com o reordenamento do SCFV, sobretudo na realização das ações do serviço a jovens de 15 a 17 anos, o reordenamento trouxe ameaças para a realização do serviço? Sim ( ) Não ( )  
Se sim, quais foram as principais ameaças externas apresentadas com esse novo contexto do reordenamento?

<b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PARA TÉCNICOS E GESTORES)</b>
--

37. Em sua percepção a partir do reordenamento houve ampliação dos atendimentos aos jovens a partir da unificação de recursos do SCFV? Sim ( ) Não ( ) Justifique a resposta:

38. A partir do reordenamento a articulação com outros programas, ações e ou serviços aumentaram? ( ) sim ( ) não Se positivo, de que modo?

39. Você saberia me dizer qual era o quantitativo de atendimento antes da unificação do SCFV à juventude? Sim ( ) Não ( )

40. Caso positivo, você saberia dizer qual seria o quantitativo?

41. Aumentou o quantitativo de atendimento depois da unificação do Projovem Adolescente ao SCFV? Sim ( ) Não ( ) Caso positivo, você saberia dizer qual seria o quantitativo?

<b>CATEGORIA: PROTEÇÃO SOCIAL - SOMENTE PARA OS ORIENTADORES SOCIAIS</b>
--

42. Dentre as atividades contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, para os jovens de 15 a 17 anos, quais atividades são realizadas nesse CRAS?

- ( ) Atividades políticas e ambientais
- ( ) Atividades de esporte-lazer
- ( ) Atividades intergeracionais
- ( ) Atividades Coletivas e comunitárias
- ( ) Atividades que incentivam o trabalho
- ( ) Atividades de arte-cultura
- ( ) Atividades que promovam a consciência crítica
- ( ) Atividades que promovam a comunicação e a inclusão digital
- ( ) Atividades que valorizam sua condição juvenil

43. No que tange a realização de atividades no SCVF, dentre os temas abaixo relacionados conforme a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, quais estão sendo trabalhados no CRAS?

Social:

- ( ) Diversidade ( ) machismo ( ) aborto ( ) identidade de gênero ( ) sexualidade ( )  
prevenção de drogas ( ) gravidez ( ) ( ) violência Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

Cultural:

- ( ) cinema ( ) teatro ( ) música ( ) dança ( ) leitura ( ) ( ) valorização da cultura local ( )  
Outras. Especificar: \_\_\_\_\_

Ambiental:

- ( ) educação ambiental ( ) coleta seletiva ( ) hortas ( ) mobilizações ( ) Outras. Especificar:  
\_\_\_\_\_

Política:

democracia  Participação  organização  direitos e deveres  Políticas Públicas Outras.  
Especificar: \_\_\_\_\_

44. Além desses temas/atividades citadas, há outras atividades que não foram citadas?  
Sim  Não  Caso positivo, quais são essas atividades?

45. São desenvolvidas ações que estimulam práticas associativas? Descreva:

46. Há um estímulo às diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público que favoreça seu Protagonismo juvenil? Sim  Não  Se sim, de que maneira é realizado?

47. Como que frequência são realizadas as ações para os jovens?

48.  semanal  mensal  anual  Outra. Especificar: \_\_\_\_\_

49. Para a realização das atividades há materiais socioeducativos suficientes?

50.  Sim  Não. Se não, por quê?

51. Com continuação da metodologia Projovem Adolescente no SCFV, você considera que tenha aumentado a qualidade na oferta da Proteção Social básica à juventude?

52. Você considera que a partir do reordenamento do SCFV de 2013, que garantiu a continuidade da metodologia Projovem Adolescente no SCFV, tenha garantido o aumento do acesso a juventude em situação de vulnerabilidade e risco social as ações do SCFV?

53. Você considera que houve mudanças no SCFV após o reordenamento do serviço em 2013? Sim  Não  Justifique:

54. Na sua opinião, houve mudanças na realização do SCFV para jovens de 15 a 17 anos, após do reordenamento do serviço em 2013? Sim  Não  Se sim, quais foram as principais melhorias:

## APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE PESQUISA - SEGMENTO DOS USUÁRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - JOVENS DE 15 a 17 ANOS



Universidade Federal do Amazonas  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

### FORMULÁRIO DE PESQUISA

**Projeto:** Proteção Social e Juventude: Impactos da Unificação do Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV em Manaus.

**Pesquisadora:** Lidiane de Aleluia Cristo

**Orientadora:** Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira

**Sujeitos da Pesquisa:** Jovens de 15 a 17 anos participantes do SCFV

**CRAS:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_

<b>I. Perfil do jovem entrevistado</b>
--

1. Idade: ( ) 15 ( ) 16 ( ) 17 ( )
2. Qual é a sua identidade de gênero? ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro.  
Especificar: \_\_\_\_\_
3. Você sabe ler? ( ) Sim ( ) Não
4. Você (a) sabe escrever? ( ) Sim ( ) Não
5. Grau de Escolaridade: ( ) Nunca estudou ( ) Não alfabetizado ( ) Alfabetizado  
( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo ( ) Médio Incompleto  
( ) Médio Completo ( ) Superior Incompleto
6. Onde você nasceu? ( ) Na cidade de Manaus ( ) Em outro município ( ) Em outro Estado: Especificar: \_\_\_\_\_
7. Você mora com os pais? ( ) Sim ( ) Não
8. Se não, Por qual motivo que não mora com eles? ( ) São separados ( ) Guarda paterna ( ) guarda materna ( ) guarda dos avós ( ) casado ( ) por opção ( ) Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

9. Dados dos membros da família:

Qual é a Relação de Parentesco das pessoas que moram com você?	Idade	Sexo		Grau de Escolaridade							Trabalho		RENDA POR PESSOA	
		M	F	Nunca Estudou	Alfabetizado	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	SIM		NÃO

Renda Total da Família

II. Condição de vida da família dos jovens que são atendidos
--

MORADIA:
----------

10. Em que bairro você mora? \_\_\_\_\_ a que zona pertence? \_\_\_\_\_
11. Quantas pessoas moram na mesma casa que você? ( ) 1 pessoa  
( ) 2 pessoas ( ) 3 pessoas ( ) 4 pessoas ( ) 5 pessoas ( ) Mais de 5 Especificar: \_\_\_\_\_
12. Sua família mora em casa própria? ( ) Sim ( ) Não
13. Se NÃO, a quem pertence a casa? \_\_\_\_\_
14. Como é a sua casa? ( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Mista- Madeira e Alvenaria
15. Você considera que sua casa está localizada em área de risco?  
( ) Sim ( ) Não
- Se, sim, qual o risco? \_\_\_\_\_
16. Quantos cômodos tem sua casa? ( ) apenas 1 ( ) apenas 2 ( ) apenas 3 ( ) ( ) 4 apenas ( ) apenas 5 ( ) mais de 5 Especificar: \_\_\_\_\_
17. Há quanto tempo você mora neste bairro?  
( ) Menos de 01 ano ( ) De 01 a 05 anos ( ) De 06 a 10 anos ( ) De 11 a 15 anos  
( ) De 16 a 20 anos ( ) De 21 a 25 anos ( ) Acima de 30 anos \*Especificar \_\_\_\_\_

RENDAS
--------

18. Qual a quantidade de membros de sua família que trabalha nas seguintes condições:  
( ) Empregados sem carteira ( ) Trabalhadores domésticos sem carteira ( ) Trabalhadores por conta própria ( ) Trabalho Informal
19. Na sua família, qual quantidade de membros obtém renda nos seguintes setores:

Ocupações	Quantidade	Especificação da área
1. Agrícola		
2. Indústria Tradicional		
3. Indústria Moderna		
4. Construção		
5. Comércio por conta própria e ambulante		
6. Técnicos e artistas		

7. Serviços gerais (de transporte, manutenção e saneamento)		
8. Administração pública		
9. Educação, saúde e serviços sociais		
10. Serviços domésticos		
11. Serviços pessoais (de atendimento, higiene, beleza)		
12. Ocupações não manuais de rotina		

20. A renda familiar obtida é suficiente para atender às necessidades de todos na família?

Sim       Não       Parcialmente

Por quê? \_\_\_\_\_

21. Você recebe algum benefício e/ou auxílio da Assistência Social?

Sim, recebe     Sim, já recebeu     Nunca recebeu     Não soube responder

22. Alguém na sua família recebe algum benefício da Assistência Social?

Sim, recebe     Sim, já recebeu     Nunca recebeu     Não soube responder

Especificar quem recebe e ou recebeu: \_\_\_\_\_

Se SIM, qual benefício recebe?     BPC       Bolsa Família

Auxílio Funeral     Auxílio Natalidade     Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

<p>III. Identificação das Vulnerabilidades e Riscos Sociais: acesso a serviços sociais públicos (riscos sociais potenciais ou já existentes)</p>
--

SAÚDE:
--------

25. No seu bairro tem algum equipamento de saúde     Sim     Não

Se positivo, qual? \_\_\_\_\_

26. Você participa de algum programa de atenção à saúde?  Sim  Não

Se SIM, qual programa participa? \_\_\_\_\_

27. Você tem algum tipo de doença que precisa de acompanhamento médico?

Sim     Não

Se positivo, qual? \_\_\_\_\_

28. Está em acompanhamento?  Sim  Não

EDUCAÇÃO
----------

29. Quantas escolas de ensino fundamental existe em seu bairro? (\_\_\_\_\_)

30. Quantas escolas de ensino médio existem em seu bairro? (\_\_\_\_\_)

31. Você já repetiu alguma série? ( ) Sim ( ) Não

32. Você já teve que alguma vez desisti da escola? ( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, por quê desistiu? \_\_\_\_\_

33. Você falta muito a escola? ( ) Sim ( ) Não

34. Você tem dificuldade de ir à escola? ( ) Sim ( ) Não

Se, positivo quais as dificuldades? \_\_\_\_\_

35. Tem uma alimentação adequada na escola? ( ) Sim ( ) Não

36. Na escola, você tem professores para todas as disciplinas? ( ) Sim ( ) Não

37. Você tem dificuldades para absorver conteúdos? ( ) Sim ( ) Não

TRANSPORTE
------------

38. Você considera que a quantidade de ônibus presente em seu bairro atende com qualidade a população?

1. ( ) Sim 2. ( ) Não

Se não, justifique? ( ) Suficiente 2. ( ) Insuficiente \_\_\_\_\_

SANEAMENTO, AMBIENTE E LAZER
------------------------------

39. Há coleta de lixo em seu bairro? ( ) Sim ( ) Não

40. Em seu bairro tem coleta seletiva? ( ) Sim ( ) Não

41. Há muita poluição em seu bairro? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais tipos de poluição? ( ) Lixões ( ) Poluição de igarapés e nascentes ( ) queimadas ( ) lixo nas ruas ( ). Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

42. Você tem acesso a água de qualidade em seu bairro? ( ) Sim ( ) Não

Caso negativo, de onde vem a água? ( ) cacimbas ( ) poço comunitário ( ) poço artesiano próprio  
Outros Especificar: \_\_\_\_\_

43. Existe área verde em seu bairro? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais? ( ) Reserva ( ) presença de árvores nas casas ( ) área de preservação ambiental ( )  
Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

Tem áreas de lazer em seu bairro? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais são as áreas de lazer? ( ) campo de futebol ( ) praças ( ) quadra de esportes ( ) Pista de corrida ( ) Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

44. Você tem acesso a cultura em seu bairro? ( ) Teatro ( ) Dança ( ) Cinema ( ) Museu ( ) Outro:  
Especificar: \_\_\_\_\_

PARTICIPAÇÃO
--------------

45. Você (a) pertence à alguma organização comunitária? ( ) Sim ( ) Não

Se SIM, qual? ( ) ONG ( ) Coletivos ( ) Associação ( ) Grupo de jovens ( ) Partido Político  
( ) Clube ( ) Outra: \_\_\_\_\_

Por quê você participa dessa organização: \_\_\_\_\_

RISCOS DE VIOLÊNCIA: INTRAFAMILIAR
------------------------------------

46. Você divide seu quarto com alguém? ( ) Sim ou ( ) Não

Se, sim com quem? \_\_\_\_\_ Caso positivo, você tem privacidade nessas condições? ( ) Sim ou ( ) Não

44. Como é a relação com seus pais? ( ) Dialógica ( ) conflituosa ( ) indiferente ( ) Amorosa/carinhosa ( ) Outra. Especificar: \_\_\_\_\_

45. Você já sofreu algum tipo de violência? ( ) Sim ( ) Não

46. Qual tipo de violência?

( ) Violência Psicológica

( ) Violência Física

( ) Violência Sexual

( ) Violência Institucional

( ) Violência Doméstica

( ) Violência Patrimonial

( ) Violência Moral

47. Com que frequência? ( ) Sempre ( ) Nunca ( ) Raramente ( ) Sim ( ) Não

RISCOS DE VIOLÊNCIA NA COMUNIDADE
-----------------------------------

46. Você já sofreu alguma violência na comunidade? ( ) sim ( ) não

Qual? \_\_\_\_\_

47. Você já foi assaltado na comunidade? ( ) sim ( ) não

48. Você já sofreu alguma agressão física? ( ) Sim ( ) Não

49. Você já sofreu bullying na escola? ( ) Sim ( ) Não

50. Você já entrou em conflitos na escola? ( ) Sim ( ) Não



RISCOS A PSICOATIVOS
----------------------

51. Você já usou substâncias psico-ativas (drogas)? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais tipos? ( ) maconha ( ) cola ( ) cocaína ( ) crack ( ) Outra. Especificar:

IV.Percepção dos jovens sobre as Ações de Proteção Social Básica
--

52.Quanto tempo você participa do SCFV?

( ) 3 meses ( ) 6 meses ( ) 8 meses ( ) 1 ano ( ) 2 anos

53. Quais as principais atividades que são ofertadas no SCFV que você conhece?

- ( ) Atividades políticas e ambientais
- ( ) Atividades de esporte-lazer
- ( ) Atividades intergeracionais
- ( ) Atividades Coletivas e comunitárias
- ( ) Atividades que incentivam o trabalho
- ( ) Atividades de arte-cultura
- ( ) Atividades que promovam a consciência crítica
- ( ) Atividades que promovam a comunicação e a inclusão digital
- ( ) Atividades que valorizam sua condição juvenil

54.Quais as atividades que você participa no SCFV?

- ( ) Atividades políticas e ambientais
- ( ) Atividades de esporte-lazer
- ( ) Atividades intergeracionais
- ( ) Atividades Coletivas e comunitárias
- ( ) Atividades que incentivam o trabalho
- ( ) Atividades de arte-cultura
- ( ) Atividades que promovam a consciência crítica
- ( ) Atividades que promovam a comunicação e a inclusão digital
- ( ) Atividades que valorizam sua condição juvenil

55. Você gosta das atividades das quais você participa?

Se sim, por que gosta? \_\_\_\_\_

Se não, por que não gosta? \_\_\_\_\_

56. Você lembra de alguma atitude que tinha antes de entrar no serviço, e que a partir das atividades você tenha mudado de atitude? Se sim, descreva:

57. O SCFV colabora para que você seja um jovem mais comprometido com a realidade que o cerca? Por meio de que você percebe isso?

58. Se pudesse sugerir alguma mudança no SCFV, o que você mudaria?

59. Você ouviu falar que serviço de convivência passou por um reordenamento:

Sim ( ) Não ( ) Se positivo, explique o que sabe a respeito:

60. Você considera que houve uma melhoria nas ações do serviço de convivência a partir de 2013?

Sim ( ) Não ( )

Se positivo, descreva as melhorias:

61. O SCFV por meio das atividades colaborou para que você pensasse sobre seu projeto de vida?

Sim ( ) Não ( )

Por quê?

**APÊNCIDE D – CENTROS DE REFERÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PESQUISADOS – CRAS ALFREDO NASCIMENTO E CRAS JORGE TEIXEIRA**



Foto 1: Cras Alfredo Nascimento, localizado na zona norte de Manaus

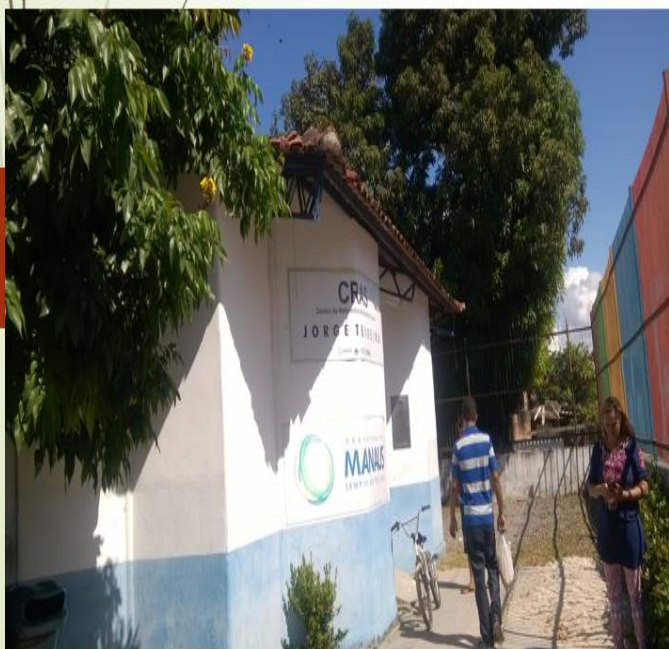
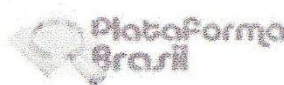


Foto 2: Cras Jorge Teixeira, localizado na zona leste de Manaus

## ANEXO A - APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PROTEÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE: IMPACTOS DA UNIFICAÇÃO DO PROJÓVEM ADOLESCENTE AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-SCFV EM MANAUS

**Pesquisador:** LIDIANE DE ALELUIA CRISTO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 61617916.7.0000.5020

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

**Patrocinador Principal:** MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.898.067

#### Apresentação do Projeto:

O estudo pretende realizar uma avaliação de impacto a partir da Unificação do Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV da Assistência Social em Manaus. A pesquisa busca evidenciar como se realiza a proteção social à juventude em situação de extrema pobreza, a partir do momento histórico em que a juventude brasileira torna-se prioridade na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, em consonância com a Política Nacional de Juventude (2005). Ainda em 2004, o governo federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretária-Geral da Presidência da República, que reuniu dezenove Ministérios e Secretarias, para realizar o enfrentamento do que se chamou: a questão da juventude, que ganhou contornos de prioridade política, consubstanciada, no ano seguinte, pela criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJÓVEM, instituídos pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Neste sentido, o projeto de pesquisa tem como objetivo geral: avaliar os impactos do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que unificaram os recursos e as ações do Programa Projovem Adolescente sobre a oferta da proteção social básica à juventude em Manaus. E como objetivos específicos: 1) Identificar o perfil da vulnerabilidade e risco social da juventude atendida no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; 2)

**Endereço:** Rua Teresina, 4960

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-6130

**Fax:** (92)3305-6130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 1.598.057

Outros	termo_de_anuencia_clausulas.pdf	01/11/2016 17:45:00	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito
Outros	termo_inicio.pdf	01/11/2016 17:42:54	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito
Outros	Formulario_de_pesquisa_jovens.docx	01/11/2016 17:35:05	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito
Outros	Formulario_de_pesquisa_gestores.docx	01/11/2016 17:30:40	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito
Outros	curriculo_lidiane.pdf	01/11/2016 17:22:43	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito
Outros	Curriculo_Prof_Marinez.pdf	01/11/2016 17:21:39	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_mestrado_docx.docx	01/11/2016 16:26:39	LIDIANE DE ALELUIA CRISTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 25 de Janeiro de 2017

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-6130

Fax: (92)3305-6130

E-mail: cep@ufam.edu.br